



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MARIA EMANUELLA PANCHONI

**O CARÁTER DE ESPAÇOS HISTÓRICOS AVALIAÇÃO DAS
PRAÇAS DE LONDRINA PR**

Londrina
2007

MARIA EMANUELLA PANCHONI

**O CARÁTER DE ESPAÇOS HISTÓRICOS AVALIAÇÃO DAS
PRAÇAS DE LONDRINA PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Humberto Tetsuya Yamaki

Londrina
2007

MARIA EMANUELLA PANCHONI

**O CARÁTER DE ESPAÇOS HISTÓRICOS AVALIAÇÃO DAS
PRAÇAS DE LONDRINA PR**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Humberto Tetsuya Yamaki
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dra. Stael de Alvarenga Peixoto Costa
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dra. Yoshiya Nakagawara Ferreira
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 08 de novembro de 2007.

Dedicado aos meus pais e ao meu irmão.

AGRADECIMENTOS

À minha família, agradecimentos sem fim.

Ao Professor e Orientador Dr. Humberto T. Yamaki, o meu reconhecimento e agradecimentos pela dedicação, competência, conhecimento e ajuda constante ao sugerir e criticar com firmeza, colaboração indispensável para a realização deste trabalho.

Agradeço à Profa. Dra. Yoshiya Nakagawara Ferreira, à Profa. Dra. Milena Kanashiro e demais professores que participaram das bancas, com sugestões e auxílio no enriquecimento e conclusão deste trabalho.

Ao Curso de Pós – Graduação Mestrado em Geografia, Meio ambiente e Desenvolvimento. Coordenação, Professores, Funcionários e Colegas pela oportunidade de crescimento cultural, pela cooperação e amizade.

Ao Sr. Rudolpho Horner, pela disposição e ajuda.

A todos os meus amigos, pela força e vibração em relação a esta jornada e pelo incentivo em todos os momentos.

Ao direcionamento e companheirismo, Profa. Cristiane Afonso A. Zerbetto, Profa. Ana Paula P. Demarchi e ao Prof. Carlo Vezzolli.

Ao Dr. Rodrigo Gomes de Oliveira e Dra. Heloisa G. A. Campos por ajudarem nesta caminhada.

A Prefeitura do Município de Londrina pela concessão de informações.

A todos que colaboraram para a realização e finalização deste trabalho.

“A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.”
Ítalo Calvino, 2006.

PANCHONI, M. E. **O Caráter de Espaços Históricos – Avaliação das Praças de Londrina PR.** 2007. 217f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

RESUMO

A preocupação com a qualidade dos espaços públicos é um dos importantes temas das agendas atuais. A pesquisa preliminar revelou a existência de inúmeras e possíveis variáveis de análise de qualidades. Destacam-se a acessibilidade, diversidade, legibilidade, adaptabilidade, continuidade / fechamento e a chamada personalidade ou caráter. Dentre as qualidades analisadas, o presente trabalho enfoca a questão do caráter e as possibilidades de avaliação. De acordo com os estudos de precedentes tais como Pps (2003), Detr (2000), Llewelyn-Davis (2000), Cabe Space (2003) , permitiu a identificação de dez critérios. A saber: primeira impressão, relevo, acessos e circulação interna, vegetação, mobiliário, vistas, escala, história e significado da praça, história e significado visual do entorno e apropriação pela comunidade. Possibilitam em conjunto, a análise do chamado “grau de caráter”. A aplicabilidade do mecanismo de avaliação do caráter de praças foi testada em Londrina, através das praças “históricas” oficializadas pela Lei 216/53. As 14 praças agrupadas de acordo com a sua data de criação e localização revelaram, segundo a sistemática proposta, uma certa fragilidade na articulação dos elementos componentes do seu caráter. Assim, somente quatro praças apresentaram caráter forte, mostrando a sua importância na memória e identidade local. A grande maioria teve avaliação neutra ou negativa, evidenciando a perda gradativa dos seus significados para a comunidade. Conclui-se que construir e preservar o caráter de uma praça depende de uma série de variáveis. Um mecanismo de avaliação do caráter de praças históricas proposto permite a identificação dos pontos frágeis dos espaços que marcam a passagem do tempo nas cidades. Espaços dotados de caráter são importantes para a construção de cidades com forte identidade.

Palavras-chave: Caráter. Espaços históricos. Espaços públicos. Londrina.

PANCHONI, M. E. **The Character of Historic Environment – Evaluation of the squares in Londrina PR.** 2007. 217p. Dissertation (Master`s dedree in Geography, Environment and Development) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

ABSTRACT

The concern with the quality of public spaces is one of the important subjects of the current urban agendas. The preliminary research has revealed the existence of innumerable and possible variants of analysis of qualities. They are distinguished: accessibility, diversity, legibility, adaptability, continuity / enclosure, and the so called personality or character. Amongst the analysed qualities, the current assignment emphasizes the character question and its evaluation possibilities. In accordance with the studies of precedents such as Pps (2003), Detr (2000), Llewelyn-Davis (2000), Cabe Space (2003), allowed the identification of ten criteria. To be known: first impression, relief, access and internal circulation, vegetation, furniture, views, scale, history and meaning of the square, visual history and meaning of surrounding area and appropriation of the community. In set, they make possible the analysis of so called 'character'. The applicability of the mechanism of evaluation of the character of squares was tested in Londrina, through the "historical" squares officialized by Law 216/53. The 14 squares, grouped in accordance with its date of creation and localization, had revealed, according to systematic proposal, some sort of fragility in the joint of the component elements of its character. Thus, just four squares had got strong character; it shows that they are important to the memory and local identity. The great majority had got neutral or negative evaluation, evidencing the gradual loss of its meanings for the community. Therefore, it is concluded that to build and preserve the character depend on several variables. A mechanism of evaluation of the character of historical squares allows the identification of the fragile points of the spaces that mark the passing of the time in the cities. The spaces which have the character are important for the construction of the cities with strong identity.

Keywords: Character. Historic environment. Public places. Londrina.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Organograma 01 – Síntese de Qualidades do Espaço Público	31
Mapa 01 – Londrina no Estado do Paraná.....	56
Mapa 02 – Área adquirida pela Companhia de Terras Norte do Paraná	58
Figuras 01 e 02 – Estudos de Rob Krier	47
Figura 03 – Quadro contendo o tipo, o caráter e a função de espaços públicos.....	49
Figura 04 – Tipos primários de espaços livres em Austin.....	50
Figura 05 – Companhia de Terras Norte do Paraná	59
Figura 06 – Planta de Londrina.....	60
Figura 07 – Planta de Londrina, 1934 – Detalhe.....	65
Figura 08 – Planta da Cidade de Londrina (1938) 1961	66
Figura 09 – Planta da Cidade de Londrina (1938) 1961. (Detalhe da Praça Marechal Floriano)	66
Figura 10 – Planta da Cidade de Londrina (1938) 1961. (Detalhe da Praça Rocha Pombo).....	67
Figura 11 – Londrina Detalhe do Mappa Parcial, Estado do Paraná, 1939	67
Figura 12 – Capa e contracapa do folheto de inauguração do Jockey Club de Londrina, 1952.....	68
Figura 13 – Londrina – Foto Guia, 1949	69
Figura 14 – Londrina , 1955.....	70
Figura 15 – Planta da Cidade de Londrina – Planta n. 13, 1958.....	71
Figura 16 – Londrina Detalhe do Mappa Parcial, Estado do Paraná, 1958	72
Figura 17 – Centro de Londrina, 2007	73
Figura 18 – Jardim Shangri-Lá, 2007.....	73
Figura 19 – Grupo de Praças I / Satélite, 2007	78
Figura 20 – Grupo de Praças II / Satélite, 2007	78
Figura 21 – Grupo de Praças III / Satélite, 2007	79
Figuras 22 e 23 – Grupo de Praças IV / Satélite, 2007	79

Figura 24 – Praça Marechal Floriano Peixoto (anos 40). Ajardinamento reforçando o traçado. Vista para a Matriz	85
Figura 25 – Praça Marechal Floriano Peixoto / Satélite, 2007	86
Figura 26 – Praça Rocha Pombo, 1950/54. Praça com evidente ajardinamento e incorporação de elementos naturais	91
Figura 27 – Praça Rocha Pombo / Satélite, 2007	92
Figura 28 – Praça Willie Davids. Traçado marcante e edificações históricas no entorno.....	96
Figura 29 – Praça Willie Davids / Satélite, 2007	97
Figura 30 – Praça Gabriel Martins / Satélite, 2007	102
Figura 31 – Praça 1º de Maio. Concha Acústica.....	106
Figura 32 – Praça 1º de Maio / Satélite, 2007.....	107
Figura 33 – Praça 7 de Setembro / Satélite, 2007	111
Figura 34 – Praça 19 de Dezembro, década de 80. A vegetação marcante.....	115
Figura 35 – Praça 19 de Dezembro / Satélite, 2007	116
Figura 36 – Praça XV de Novembro, Década de 80. Árvores como a marca do lugar.....	120
Figura 37 – Praça XV de Novembro / Satélite, 2007	121
Figura 38 – Praça 21 de Abril / Satélite, 2007.....	127
Figura 39 – Praça Jonas Faria de Castro, Década de 80. Praça aprazível com densa vegetação.....	131
Figura 40 – Praça Jonas Faria de Castro / Satélite, 2007	132
Figura 41 – Vista aérea do Jardim Shangri-lá, anos 60. A vegetação pontuando o traçado do novo bairro	136
Figura 42 – Praça Dom Pedro I / Satélite, 2007.....	137
Figura 43 – Praça Dom Pedro II / Satélite, 2007.....	140
Figura 44 – Praça Princesa Isabel / Satélite, 2007	143
Figura 45 – Praça Santa Cruz / Satélite, 2007.....	147
Figura 46 – Gráfico Padrão com Critérios de Avaliação do Caráter de Praças.....	152
Figura 47 – Londres, vista para The Houses of Parliament, 2006	167
Figura 48 – Principal tipo de pavimentação das calçadas de Londres	170
Figura 49 – Construção da pavimentação das calçadas de Londres.....	171

Figura 50 – A visão do pedestre em relação ao piso das calçadas de Londres.....	171
Figura 51 – Antiga pavimentação das ruas de Londres.....	172
Figura 52 – A Restauração e manutenção da pavimentação de áreas históricas em Londres.....	173
Figura 53 – A eliminação de elementos supérfluos do mobiliário em Londres, antes e depois.....	174
Figura 54 – A eliminação de elementos supérfluos do mobiliário em Londres, antes e depois (2)	175
Figura 55 – A preservação de elementos históricos que caracterizam áreas em Londres.....	176
Figura 56 – A preservação de elementos históricos característicos de Londres.....	177
Figura 57 – Mapa da região de South Bank – Londres.....	177
Figura 58 – South Bank Thames River – Londres, 2006	179
Figura 59 – Luminária de South Bank Thames River – Londres, 2006.....	180
Figuras 60 e 61 – Detalhe das luminárias de South Bank Thames River – Londres, 2006	181
Figura 62 – South Bank Thames River – Londres, 2006	182
Figura 63 – “Praça Rui Barbosa” 1938	191
Figuras 64,65 e 66 – Bancos do Museu.....	191
Figuras 67 e 68 – Banco de Granilite Manchete	192
Figuras 69 e 70 – Bancos de Granilite	192
Figura 71 – Banco “Amebas”	193
Figura 72 – Banco “Bola” antigo	194
Figura 73 – Banco “Bola” cópia.....	194
Figura 74 – Banco do ponto de táxi	195
Figura 75 – Banco do Bosque.....	195
Figuras 76 e 77 – Bancos ondulados	195
Figura 78 – Banco duplo	197
Figuras 79 e 80 – Banco duplo (detalhes).....	197
Figura 81 – Banco do calçadão	198

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 01 – Análise Semântica sobre o termo Público	30
Tabela 02 – População urbana e rural do município de Londrina (1960-70-80-91-2000)	63
Quadro 01 – Matriz dos elementos definidores do caráter das ruas de Minneapolis.....	42
Quadro 02 – Qualidades dos espaços públicos. Elaborado a partir dos manuais consultados	43
Quadro 03 – Quadro de itens definidores do caráter de espaços públicos	44
Quadro 04 – Quadro de Avaliação do Caráter das Praças	81
Quadro 05 – Tabela de valores para a avaliação do caráter das praças	82
Quadro 06 – Sistema de pontuação da análise do caráter das praças	84
Quadro 07 – Praça Mal. Floriano Peixoto, 2006.....	87
Quadro 08 – Mobiliário Urbano da Praça Mal. Floriano Peixoto.....	88
Quadro 09 – Mobiliário Urbano da Praça Mal. Floriano Peixoto (2)	89
Quadro 10 – Mobiliário Urbano da Praça Floriano Peixoto (3)	90
Quadro 11 – Quadro de Avaliação do caráter da Praça Marechal Floriano Peixoto.....	90
Quadro 12 – Praça Rocha Pombo, 2006.....	93
Quadro 13 – Mobiliário Urbano da Praça Rocha Pombo.....	94
Quadro 14 – Mobiliário Urbano da Praça Rocha Pombo (2)	95
Quadro 15 – Quadro de Avaliação do caráter da Praça Rocha Pombo	95
Quadro 16 – Praça Willie Davids, 2006.....	98
Quadro 17 – Mobiliário Urbano da Praça Willie Davids.....	99
Quadro 18 – Mobiliário Urbano da Praça Willie Davids (2)	100
Quadro 19 – Quadro de Avaliação do caráter da Praça Willie Davids	100
Quadro 20 – Praça Gabriel Martins, 2006	103
Quadro 21 – Mobiliário Urbano da Gabriel Martins	104
Quadro 22 – Mobiliário Urbano da Gabriel Martins (2)	105
Quadro 23 – Quadro de Avaliação do caráter da Praça Gabriel Martins.....	105
Quadro 24 – Praça 1º de Maio, 2006	108

Quadro 25 – Mobiliário Urbano da 1º de Maio.....	109
Quadro 26 – Quadro de Avaliação do Caráter da Praça 1º de Maio	109
Quadro 27 – Praça 7 de Setembro, 2006.....	112
Quadro 28 – Mobiliário Urbano da Praça 7 de Setembro.....	113
Quadro 29 – Mobiliário Urbano da Praça 7 de Setembro (2)	114
Quadro 30 – Quadro de Avaliação do caráter da Praça 7 de Setembro	114
Quadro 31 – Praça 19 de Dezembro, 2006.....	117
Quadro 32 – Mobiliário Urbano da Praça 19 de Dezembro.....	118
Quadro 33 – Mobiliário Urbano da Praça 19 de Dezembro.....	119
Quadro 34 – Quadro de Avaliação do caráter da Praça 19 de Dezembro	119
Quadro 35 – Praça XV de Novembro, 2006	122
Quadro 36 – Mobiliário Urbano da Praça XV de Novembro	123
Quadro 37 – Mobiliário Urbano da Praça XV de Novembro (2).....	124
Quadro 38 – Mobiliário Urbano da Praça XV de Novembro (3).....	125
Quadro 39 – Quadro de Avaliação do caráter da Praça XV de Novembro.....	125
Quadro 40 – Praça 21 de Abril, 2006	128
Quadro 41 – Mobiliário Urbano da Praça 21 de Abril	129
Quadro 42 – Mobiliário Urbano da Praça 21 de Abril (2).....	130
Quadro 43 – Quadro de Avaliação do caráter da Praça 21 de Abril.....	130
Quadro 44 – Praça Jonas Faria de Castro, 2006	133
Quadro 45 – Mobiliário Urbano da Praça Jonas Faria de Castro	134
Quadro 46 – Mobiliário Urbano da Praça Jonas Faria de Castro (2).....	135
Quadro 47 – Quadro de Avaliação do caráter da Praça Jonas Faria de Castro	135
Quadro 48 – Praça D. Pedro I, 2006	138
Quadro 49 – Mobiliário Urbano da Praça D. Pedro I	139
Quadro 50 – Quadro de Avaliação do caráter da Praça D. Pedro I.....	139
Quadro 51 – Praça D. Pedro II, 2006	141
Quadro 52 – Mobiliário Urbano da Praça D. Pedro II	142
Quadro 53 – Quadro de Avaliação do caráter da Praça D. Pedro II.....	142
Quadro 54 – Praça Princesa Isabel, 2006.....	144
Quadro 55 – Mobiliário Urbano da Praça Princesa Isabel.....	145
Quadro 56 – Mobiliário Urbano da Praça Princesa Isabel (2).....	146
Quadro 57 – Quadro de Avaliação do caráter da Praça Princesa Isabel	146

Quadro 58 – Praça Santa Cruz, 2006	148
Quadro 59 – Mobiliário Urbano da Praça Santa Cruz	149
Quadro 60 – Quadro de Avaliação do caráter da Praça D. Santa Cruz	149
Quadro 61 – Quadro Comparativo do Caráter das Praças de Londrina.....	151
Quadro 62 – Gráficos de Caráter das Praças de Londrina.....	153
Quadro 63 – Gráficos das praças com forte caráter.....	154
Quadro 64 – Gráficos das praças com caráter regular.....	154
Quadro 65 – Gráficos das praças com fraco caráter	154
Quadro 66 – Gráficos das praças do grupo I.....	155
Quadro 67 – Gráficos das praças do grupo II.....	155
Quadro 68 – Gráficos das praças do grupo III.....	155
Quadro 69 – Gráficos das praças do grupo IV	155
Quadro 70 – Quadro de qualidades e diretrizes para o projeto de elementos do mobiliário urbano.....	187
Quadro 71 – Banco 01	199
Quadro 72 – Banco 02	200
Quadro 73 – Banco 03	201
Quadro 74 – Banco 04	202
Quadro 75 – Banco 05	204
Quadro 76 – Banco 06	205
Quadro 77 – Banco 07	207
Quadro 78 – Banco 08	208
Quadro 79 – Banco 09	209
Quadro 80 – Banco 10	211
Quadro 81 – Banco 11	212
Quadro 82 – Banco 12	214
Quadro 83 – Banco 13	215
Quadro 84 – Banco 14	217

*As ilustrações e quadros sem indicação da fonte são de autoria própria.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 OBJETIVO GERAL	19
1.1.1 Objetivos Específicos	19
1.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	20
1.2.1 Referências Teórico- Metodológicas Sobre as Praças e o Seu Significado Histórico e Simbólico	22
1.3 METODOLOGIA DA PESQUISA	25
1.4 QUALIDADE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS SEGUNDO OS GUIAS DE DESIGN.....	27
2 QUALIDADES DO ESPAÇO PÚBLICO	30
2.1 QUALIDADES DO ESPAÇO PÚBLICO	30
2.1.1 Acessibilidade	32
2.1.2 Diversidade	35
2.1.3 Legibilidade	37
2.1.4 Adaptabilidade.....	38
2.1.5 Continuidade e Fechamento	39
2.1.6 Caráter	41
Considerações Sobre Qualidades do Espaço Público	43
2.2 CARÁTER DOS ESPAÇOS PÚBLICOS HISTÓRICOS	44
2.2.1 Sítio Natural.....	46
2.2.2 Contexto (Forma, Componentes, Entorno).....	46
2.2.3 História e Significado: Caráter de Espaços Históricos	51
Considerações	53
3 PRAÇAS EM LONDRINA: CRIAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CARÁTER ...	55
3.1 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DE LONDRINA.....	57
3.2 AS PRAÇAS DE LONDRINA SEGUNDO A LEI 216/53	64
CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PRAÇAS DE LONDRINA.....	76
3.3 INVENTÁRIO DE PRAÇAS DE LONDRINA E SEU CARÁTER: AS PRAÇAS OFICIALIZADAS PELA A LEI 216/53	77
3.3.1 Inventário e Análise do Caráter das Praças	80
3.3.1.1 Praça Floriano Peixoto	85

3.3.1.2 Praça Rocha Pombo	91
3.3.1.3 Praça Willie Davids.....	96
3.3.1.4 Praça Gabriel Martins.....	101
3.3.1.5 Praça 1º de Maio	106
3.3.1.6 Praça 7 de Setembro.....	110
3.3.1.7 Praça 19 de Dezembro.....	115
3.3.1.8 Praça XV de Novembro.....	120
3.3.1.9 Praça 21 de Abril.....	126
3.3.1.10 Praça Jonas de Faria Castro.....	131
3.3.1.11 Praça D. Pedro I.....	136
3.3.1.12 Praça D. Pedro II.....	140
3.3.1.13 Praça Princesa Isabel.....	143
3.3.1.14 Praça Santa Cruz	147
Considerações Sobre a Análise do Caráter das Praças	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	162
ANEXOS	167
ANEXO I – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE ÁREAS HISTÓRICAS DA CIDADE DE LONDRES.....	167
I.1 Manutenção do Caráter de Áreas Históricas: Pavimentação de Ruas e Calçadas.....	169
I.2 Manutenção do Caráter de Áreas Históricas: Mobiliário Urbano.....	173
I.3 Construção do Caráter Histórico por Meio de Elementos do Mobiliário Urbano em Bairros de Londres – A Área de South Bank Thames River	177
I.3.1 As Características da Área de Estudo – South Bank Thames River	178
I.3.2 Os Elementos do Mobiliário Urbano Presentes em South Bank Thames River	180
Considerações	183
ANEXO II – A CONTRIBUIÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO PARA A CONSTRUÇÃO DO CARÁTER DE ESPAÇOS PÚBLICOS	184

II.1 O Mobiliário Urbano	184
II.1.1 A Abordagem Funcional do Mobiliário Urbano	184
II.1.2 O Design de Mobiliário Urbano	185
II.2 O Mobiliário Urbano Como Elemento Definidor de Caráter em Espaços Públicos	189
II.3 Estudo de Caso: Os Bancos de Londrina.....	190
II.3.1 Histórico dos Bancos de Londrina	190
II.3.2 Inventário dos Bancos de Londrina	199
Considerações	218
ANEXO III – LEI 216/53	220

INTRODUÇÃO

O interesse no estudo sobre os espaços públicos e suas qualidades tem sido tema de pesquisas em várias áreas do conhecimento. Tais estudos se intensificaram principalmente nas últimas décadas, tendo em vista a importância destes espaços para a qualidade de vida do homem nos ambientes urbanos.

Preservar o caráter, a personalidade dos lugares, recuperar a sua atratividade, tem sido um dos desafios emergentes. O estudo de precedentes da memória urbana, reconhecendo e respeitando as marcas e cicatrizes, pode servir de importante subsídio e estratégia nos projetos de intervenção e reabilitação, de construção de novas paisagens. (YAMAKI, 2006 p. XV)

Freqüentes indagações que os pesquisadores e projetistas fazem quanto ao espaço público e a cidade, refletem a sua importância.

De que forma pensar a cidade como espaço múltiplo de lazer? Considerando os equipamentos culturais possibilidades de lazer, como pensar no acesso a tais bens no âmbito municipal? Que relação esses bens teriam com a relação socioeconômica e com a atual situação das cidades [...] (MELO E PERES, 2005, p. 83)

Ao iniciar pesquisa, e no desenvolvimento posterior deste trabalho, houve a preocupação em relação aos indicadores do chamado caráter dos espaços públicos, principalmente as praças. Representam espaços de amenidades, de importância simbólica e cultural significativa.

Nasci e cresci em Londrina. Como moradora há mais de duas décadas, noto que as praças de Londrina tem sido foco de pouca atenção do poder público. Se a manutenção é precária, menor ainda parece ser a preocupação em relação à sua preservação enquanto paisagem histórica.

Visitando outras cidades, percebemos uma preocupação com a atratividade desses espaços, através de uma manutenção adequada e também preocupações estéticas e culturais.

O trabalho visa estudar os elementos de definição do caráter de espaços históricos praça. As quatorze praças foram escolhidas por terem sido oficializadas de acordo com a mesma lei, a Lei 216/53. Oficializadas na mesma época, apesar de terem se originado em décadas distintas, permitem um recorte específico. São todas, portanto, praças com mais de cinquenta anos. Apesar de diferentes locais de implantação e configuração, é difícil notar nestes espaços o processo de evolução e as marcas do tempo.

Através deste tipo de avaliação, é possível, mesmo a um leigo, reconhecer as possíveis qualidades e desqualidades dos espaços praça. Serve também como subsídio ao direcionamento para investimentos em preservação e melhorias, contribuindo para o fortalecimento da identidade da cidade. Os espaços públicos, de certa forma, podem refletir o orgulho da população.

1.1 Objetivo Geral

Estudar o chamado caráter de espaços históricos. Entende-se como caráter o conjunto de atributos que fazem com que o local adquira personalidade e própria.

1.1.1 Objetivos Específicos

1. Investigar as variáveis de definição de qualidades em espaços públicos.
2. Avaliação do caráter das praças, segundo elementos configuradores.
3. Analisar as praças oficializadas pela Lei 216/53, aqui consideradas como espaços públicos históricos da cidade de Londrina.

1.2 Fundamentação Teórica

Discute-se a falta ou perda de identidade das cidades em decorrência, entre outras, de uma legislação homogeneizadora que conduz à fragilização da paisagem.

Vivemos em um mundo globalizado, que trouxe junto ao processo de internacionalização do capital, modismos e padrões sociais, culturais e econômicos. Este cenário tem influenciado a vida e a individualidade das pessoas, caracterizando uma certa crise de identidade que estamos presenciando nos dias de hoje.

Entre os vários autores que estudaram a relação entre o homem e o seu ambiente, percebemos que muitos se referem à sociedade como responsável pela dinâmica de transformação do espaço. Cosgrove (1999) menciona que:

Os seres humanos experienciam e transformam o mundo natural em um mundo humano, através de seu engajamento direto enquanto seres pensantes, com sua realidade sensorial e material. A produção e reprodução da vida material são necessariamente uma arte coletiva, mediada na consciência e sustentada através de códigos de comunicação. Esta última é produção simbólica. Tais códigos incluem não apenas a linguagem em seu sentido formal, mas também o gesto, o vestuário, a conduta pessoal e social, a música, pintura, a dança, o ritual, a cerimônia e as construções. Mesmo essa lista não esgota a série de produções simbólicas através das quais mantemos o nosso mundo vivido, porque toda atividade humana é, ao mesmo tempo material e simbólica, produção e comunicação. (COSGROVE, 1999, p. 103)

Carlos (1992) destaca que a paisagem não é estática, mas comporta o movimento da vida e as relações que o homem mantém continuamente para se produzir enquanto ser humano, membro de uma sociedade e enquanto espécie. Nos estudos realizados verificamos que esta assertiva pode ser observada. Um outro autor, Leite, assim se expressa:

[...] as formas da paisagem não correspondem, portanto, à idéia de finalização, mas a uma idéia de transformação. Mais ainda, estão, necessariamente, impregnadas de conteúdo existencial, são formas de identidade e de memória. (LEITE, 2001, p.434)

Desta maneira, o cotidiano do homem moderno, que vive num mundo que quase sempre privilegia o que é novo, se reflete nas suas relações mais profundas para com o ambiente. Hoje notamos um comportamento de desapego do homem diante dos espaços públicos.

De acordo com Souza (1988), o espaço é a linguagem da história que reflete diferentes momentos da evolução da sociedade. É possível reconhecer e entender a cidade somente por meio da existência de elementos remanescentes de diferentes tempos na sua paisagem. Eles refletem a história das sociedades que se sucederam e geraram este espaço.

Landim faz uma referencia a importância do passado em relação ao presente, quando assinala que: “Sem um passado não há expectativa de presente ou de futuro. De forma análoga, a lembrança de uma sociedade, de um povo ou de uma nação significa sua segurança em relação ao futuro”. (LANDIM, 2004, p. 38)

Reformulações e revitalizações são constantes em cidades novas como Londrina. Muitas vezes essas mudanças descartam preciosos capítulos da história da cidade e do seu caráter. Por esta razão muitas vezes é difícil notar a evolução dos espaços públicos e as marcas do tempo.

Quando objetos antigos que fazem parte dos espaços públicos não recebem necessária manutenção e restauração, quase sempre são inutilizados e descartados, embora estejam imbuídos de conteúdo e símbolos do seu tempo. Os espaços então são preenchidos com novos objetos, que possuem sua própria significação, desta maneira os mais jovens desconhecem tudo o que preenchia a

paisagem do lugar no passado. E aos mais antigos resta o que foi retido no imaginário, a respeito do lugar outrora vivenciado.

A paisagem é uma produção que deve ser vista como construção social e cultural e, enquanto produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo ser humano incorpora dimensões culturais de valores e significados simbólicos. Tuan (1983); Cosgrove (1998).

A falta de identidade está ligada à perda do lugar, que é representado pelo laço afetivo que une o homem e o espaço geográfico. O homem fica desterritorializado de suas origens, quando perde o referencial representado pelo lugar. Por isso é importante que as cidades possuam uma essência identificável (Relph, 1979).

A identidade do lugar pressupõe que este possua caráter ou atributos que o façam distinto de qualquer outro, e dão a ele presença única. Deste modo, o estudo do caráter das praças pode nos levar a uma melhor compreensão sobre elas, fornecendo subsídios para uma melhora na qualidade destes espaços e a preservação de sua história.

1.2.1 Referências Teórico- Metodológicas Sobre as Praças e o Seu Significado Histórico e Simbólico.

Há muitas referências na literatura, na área das Ciências Sociais em geral que abordam as praças públicas, apresentando alguns indicadores sobre os seus valores, tanto históricos como simbólicos, as suas estruturas, funções, como também a importância dos elementos naturais na caracterização das praças.

Todos esses elementos mencionados fazem parte da constituição do caráter das praças.

Bonnemaison (2002) é um pesquisador francês que estudou o significado e a importância das paisagens para os homens e para a sociedade. Ele se refere a outros estudiosos que também tem estudado essa questão, conforme citação abaixo:

A reflexão de Buttimer parte de uma constatação: as geoestruturas decodificadas pela linguagem regionalista, paisagista – portanto, social – remetem sempre à idéia de visual – portanto, de estrutura. O vivido não é assumido. Para essa autora, trata-se menos de conceitualizar do que chegar a uma “geografia existencial”, que restituiria ao conjunto do mundo da vida (*“lifeworld”*) seu dinamismo e suas relações vividas; segundo Buttimer, que retoma algumas idéias do geógrafo francês Max Sorre, o “espaço social” é essencialmente uma noção subjetiva e cultural. (BONNEMAISON, 2002, p. 87)

Os espaços públicos sejam praças, ambientes fechados ou abertos, quando são construídos com algum significado cultural, seja étnico ou simbólico, representam fortes traços que identificam uma comunidade.

Conduzindo a um aprofundamento dos conceitos de cultura, etnia e território, a abordagem cultural nos leva a definir um espaço novo: o espaço dos geossímbolos. Um geossímbolo pode ser definido como um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade. (BONNEMAISON, 2002, p.109)

Wagner e Mikesell (2000), estudiosos da cultura, observam que “a cultura resulta da capacidade de os seres humanos se comunicarem entre si por meio de símbolos” (p.114).

Prosseguindo na relação entre cultura e significados, os autores fazem a seguinte análise:

A atribuição de significados, inerente à cultura, orienta a ação (quer vista como simbólica ou utilitária) e resulta, desse modo, em expressões concretas como sistemas de crença, instituições sociais e bens materiais. Portanto, o caráter destes elementos da cultura deve ser amplamente inferido da base de características significativas da comunicação e simbolização [...] associadas a elas. (WAGNER E MIKESELL, 2000, p. 116-117).

Do ponto de vista cultural, os geógrafos estudam o espaço como uma construção de três níveis:

O primeiro nível pode ser qualificado de espaço estrutural ou objetivo; o segundo, de espaço vivido; e o terceiro, enfim de espaço cultural. Esses três níveis se elevam a partir de uma única e mesma realidade, mas implicam tipos diferentes de olhares, ações e métodos de pesquisa. (BONNEMAISON, 2002, p.109).

Para este trabalho de pesquisa, consideramos mais relevantes o primeiro e o segundo nível, ou seja, o espaço objetivo e o espaço vivido, pois, conforme Bonnemaïson:

Toda sociedade ordena e estrutura um espaço original de acordo com suas próprias finalidades, funções e nível tecnológico. Adaptando-se a um meio natural preciso, e numa determinada configuração espacial, as sociedades interpretam e produzem seu espaço. (BONNEMAISON, 2002, p.109)

Uma das vertentes do estudo sobre a identidade dos lugares (place Identity) busca evidenciar os fatores que influenciam na fixação ou ligação das pessoas a determinados lugares (place attachment).

Proshansky (1996) relaciona alguns fatores responsáveis pela fixação ou ligação emocional entre as pessoas e os lugares:

1. Genealogia. Pessoas da mesma família morando no mesmo lugar durante algumas gerações.
2. A perda ou destruição de lugares, podendo construir ou fortalecer a ligação das pessoas com o lugar.
3. Posse ou propriedade. Considerado o principal fator de ligação entre pessoas e lugares. Quando um lugar é apropriado pela mesma pessoa ou grupo de pessoas por um longo tempo, ele passa a fazer parte da vida dessa pessoa ou grupo.
4. Ligação cósmica com o lugar. Refere-se à crença na importância cósmica de um lugar, como por exemplo, o centro do universo.

5. Lugares sagrados ou com importância mística. As pessoas são ligadas emocionalmente a estes lugares, que são esporadicamente visitados, como por exemplo, em períodos de peregrinações.

6. Narrativas. A ligação com o lugar pode surgir através do contato com histórias que ressaltam a importância de determinado lugar.

Entre temas muito estudados pelos geógrafos culturais, estão: “cultura, área cultural, paisagem cultural, história da cultura e ecologia cultural – constituem, juntos, o núcleo da geografia cultural”. (WAGNER E MIKESELL, 2000, p. 113).

Estes conhecimentos são de grande valia para que possamos compreender os espaços, seu significado e simbolismo.

1.3 Metodologia da Pesquisa

O trabalho tem como início o estudo das qualidades dos espaços públicos, realizada através de extensa pesquisa bibliográfica. Engloba autores e experiências de Guias de Design, enfatizando a compreensão e determinação dos elementos construtores do caráter em espaços públicos históricos.

Na revisão bibliográfica e iconográfica sobre Londrina, enfocou-se o processo histórico da formação de praças na cidade. O recorte do estudo consiste nas quatorze praças citadas pela Lei 216/53 de 1953, que oficializou e deu nome aos logradouros públicos de Londrina.

A elaboração de um inventário considerando os atributos das praças, permitiu a formatação de um gráfico “radar”, facilitando a avaliação de cada espaço, bem como uma análise comparativa.

A criação de um mecanismo permite a avaliação e a reavaliação do caráter de maneira bastante simples.

Algumas pesquisas desenvolvidas no decorrer do trabalho foram deixadas como anexo.

No primeiro anexo, trabalhamos com referências empíricas sobre a manutenção do caráter de cidades históricas, tendo como referência a cidade de Londres. Foram consideradas áreas históricas da cidade, buscando identificar os métodos e processos de construção e manutenção do seu caráter.

Um segundo anexo, trata do mobiliário urbano como elemento potencial para a construção do caráter em espaços públicos.

1.4 Qualidades dos Espaços Públicos Segundo Guias e Manuais de Design

Na pesquisa bibliográfica foram utilizados Guias e Manuais de Design. São publicações direcionadas aos profissionais de áreas envolvidas ao urbanismo e desenho urbano, contendo princípios que servem de suporte para promover a qualidade dos espaços públicos. Foram consultados os seguintes autores:

1. DETR : By Design — Urban Design In The Planning System: Towards Better Practice – Inglaterra, 2000: Trata-se de um guia sobre planejamento urbano publicado pelo governo inglês com princípios para alcançar a qualidade em espaços públicos.

2. Llewelyn – Davies : Urban Design Compendium – English Partnerships / The Housing Corporation – Inglaterra, 2000: Publicado pelo governo da Inglaterra em parceria com The Housing Corporation, o Urban Design Compendium é um manual para profissionais envolvidos com o desenvolvimento e regeneração de áreas urbanas.

3. The Edimburgh Standards for Urban Design – Escócia, 2003: É um guia de planejamento urbano com princípios para manter o caráter e a identidade da cidade de Edimburgo e direcionar o seu desenvolvimento para assegurar a alta qualidade dos espaços públicos.

4. PPS : Project for Public Spaces – Estados Unidos, 2006: O PPS é um programa de design e gestão de espaços públicos lançado por uma equipe de arquitetos e planejadores americanos para ajudar na melhoria da qualidade de parques, praças, mercados, ruas, etc.

5. Cabe Space: Spaceshaper - Inglaterra, 2007: A equipe Cabe representa a Comissão para a Arquitetura, o Ambiente Construído e Espaços Públicos na

Inglaterra. A publicação Spaceshaper, propõe a avaliação de espaços públicos, por meio da participação de diferenciados grupos de pessoas da comunidade, considerando determinados critérios de qualidade. Por meio da comparação dos resultados, é possível a tomada de decisões para a melhoria do espaço.

6. JACOBS, Alan B. : Great Streets, 1999: O autor descreve e compara centenas de ruas situadas em diversas cidades do mundo. Determinar os fatores que fazem com que algumas delas sejam mais atrativas do que outras.

7. BENTLEY, I et al: Responsive Evironments, 1985: Consiste em um manual direcionado às qualidades do projeto urbano e o planejamento de espaços públicos.

2 Qualidades do Espaço Público

2.1 Qualidades do Espaço Público

O espaço público tem sido objeto de estudo de várias áreas do conhecimento. As várias abordagens que vigoram sobre o tema, quase sempre são direcionadas às suas dimensões social, política e comunicativa.

Lavalle (2005) realizou um estudo semântico a respeito do termo público, enfocando três dimensões que confrontam os termos “público” e “privado”:

Análise semântica

	I	II	III
Público:	Aquilo que é aberto, irrestrito: sem restrições excludentes de entrada ou circulação, acessível.	Aquilo que é comum, geral e de interesse de todos: excluído das possibilidades de apropriação privada.	Aquilo que é amplamente difundido e aquele para quem é divulgado ou que assiste um evento ou espetáculo.
Próprio de termos como:	Parque público, via pública, transporte público, telefone público, mulher pública, casa pública.	Bem público, propriedade pública, poder público, orçamento público, educação pública.	Publicar, publicidade, publicitar, opinião pública, conhecimento público, em público, público (espectador).
Privado:	Aquilo que por ser considerado próprio da intimidade exclui qualquer direito externo de intervir ou participar.	Aquilo que por ser considerado propriedade privada pressupõe direito de uso e abuso.	Aquilo que não atinge notoriedade pública, permanecendo no conhecimento de um número limitado de particulares.
Associa, organiza dicotomias como:	Casa x rua, conhecimento x estranho, fechado x aberto, família x mundo, segurança x perigo, moral x direito.	Particular x geral, interesse x razão, economia x política, opaco x transparente, desigualdade x igualdade, mercado x estado.	Local x geral, opinião particular x opinião pública, irrelevante x relevante, “irreal” x verosímilante, ignorado x notório.
Tensão:	Espaço público como oposto ao mundo da privacidade: público x íntimo privado (privacidade).	Espaço público como oposto ao mundo da propriedade: público x privado-capital (propriedade).	Espaço público como oposto ao mundo das particularidades: público x individual privado (particularidades).
Exemplo:	<i>Priver</i> (francês, s. XIX): domesticar, amansar, amestrar. V. gr. “pássaro privado” (não existe mais).	<i>Private</i> (francês, s. XVI): privilegiado, de alto nível de governo.	<i>La cour e la ville</i> (francês, s. XVII): audiência das obras de teatro (<i>le public</i> aparece em meados do s. XVII).
Real Academia Espanhola:	1ª e 2ª acepções: “notório”, “vulgar ou notado por todos”.	3ª, 4ª e 9ª acepções: “potestade, jurisdição de autoridade para fazer uma coisa”; “pertencente a todo o povo”; “comum do povo ou cidade”.	10ª e 11ª acepções: “conjunto de pessoas aficionadas que partilham a mesma afeição”, “pessoas reunidas para assistir um espetáculo”.

Tabela 01: Análise Semântica sobre o termo Público

Fonte: Lavalle, 2005, p. 36

O autor salienta que o termo público “remete àquilo que, por ser de interesse de todo, geral ou comum, deve ser excluído das possibilidades da apropriação privada”. Lavalle (2005, p.37).

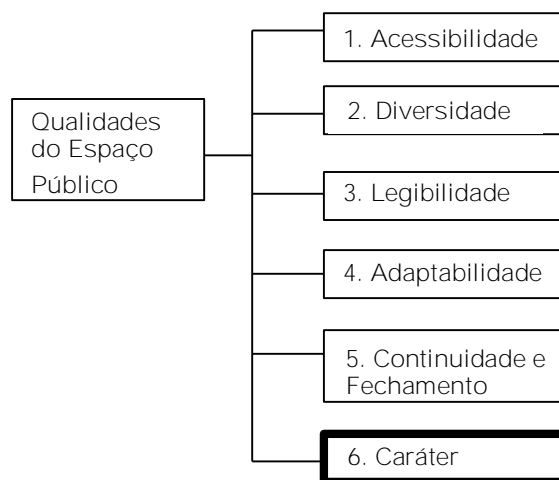
Assim, espaços públicos devem ser entendidos em termos de uma configuração multidimensional, fundamental para as relações humanas, recebendo e incentivando a diversidade e a vivência social e servindo de suporte ao exercício da cidadania.

O espaço público é o espaço do uso público, de domínio público, que realiza uma função pública. É o local destinado ao uso da população, onde se promovem os encontros, as trocas e o local de manifestação da diversidade. É o espaço que abriga, proporciona e promove o desenvolvimento humano, social e político da sociedade. O espaço público é o suporte físico, o espaço *-receptaculum* da vivência. (UEHARA, 2005, p. 19)

Desta maneira, espaços públicos devem ser projetados para atrair e acolher os mais variados usuários, oferecendo a eles segurança, conforto e escolha.

Espaços significativos possuem qualidades que os tornam mais importantes para a sociedade.

De acordo com os autores Jacobs (1999) e Bentley et al. (1985) e os Guias de Design DETR (2000); Llewelyn- Davies(2000); The City Of Edinburgh Council (2003); PPS (2003), foram constatados como qualidades importantes dos espaços públicos, os seguintes fatores citados no quadro abaixo:



Organograma 01 – Síntese de Qualidades do Espaço Público.

Fontes: Detr (2000); Llewelyn-Davis (2000); The City Of Edimburgh Council (2003); Pps (2003); Jacobs (1999); Bentley (1985).

2.1.1 Acessibilidade

A acessibilidade é definida pela facilidade de acesso físico e visual a um espaço público e a possibilidade de escolha de caminhos dentro dele, permitindo que o mesmo possa ser utilizado e freqüentado por todos, incluindo idosos, crianças e portadores de necessidades especiais.

O manual By Design define acessibilidade como facilidade de movimento: “Um local até o qual seja fácil de chegar e se mover por ele”. (DETR, 2000, p. 15).

Llewelyn-Davis, no guia Urban Design Compendium (2000, p.70), conceitua assim a acessibilidade: “A facilidade que as pessoas encontram para chegar em um local e a escolha de movimentação que elas podem fazer dentro dele [...] um espaço deve oferecer escolha de caminhos e conhecer a necessidade de todos”.

Bentley (1985, p. 10) por sua vez, ressalta a importância da acessibilidade, “[...] o número de caminhos alternativos para acessar um ambiente – é, portanto central para fazer lugares responsivos”. Bentley (op.cit.), associa a acessibilidade à permeabilidade:

Somente locais que são acessíveis às pessoas podem oferecer a elas escolha. O grau de acesso que um ambiente permite às pessoas, de um ponto ao outro é então uma chave para medir sua responsividade. Nós chamamos a essa qualidade permeabilidade. (BENTLEY, 1985, p. 12.).

Acessar visualmente um espaço público é tão importante quanto chegar até ele fisicamente:

Um bom espaço é fácil de ser visualizado e fácil de chegar até ele [...] se um parque não puder ser enxergado da rua, ou se houver muita dificuldade para idosos e crianças cruzar a rua para chegar até ele, este parque não será usado. (PPS, 2003.)

Segundo o guia Urban Design Compendium (Llewelyn-Davis op.cit., p. 14), “Espaços devem ser integrados física e visualmente [...] Isto requer

atenção na maneira que se pode chegar a ele a pé, de bicicleta, de transporte público e de carro – e nesta ordem”.

De acordo com o manual *By Design* (2000), uma estrutura urbana apropriada deve possuir um esquema de espaços e caminhos conectados, para pedestres, ciclistas e veículos, onde novos caminhos devem conectar-se aos já existentes e o transporte público deve ser planejado como parte integral do esquema viário:

Para promover acessibilidade e permeabilidade local devem ser feitos espaços que se conectem um ao outro e seja fácil de se mover neles, considerando antes as pessoas e depois o tráfego e integrando o uso do solo aos meios de transporte. (DETR, op. cit., p. 15.)

Para o grupo PPS (2003):

Para ser bem sucedida, uma praça deve ser de fácil acesso. As melhores praças são facilmente acessadas a pé: As ruas do entorno são estreitas; as faixas para travessia são bem demarcadas; os sinais são sincronizados para os pedestres; o tráfego se move lentamente; e sinais de pare são posicionados nas proximidades. (PPS, 2003).

Um outro conceito de acessibilidade é aquele que trata das pessoas portadoras de necessidades especiais: “Construções e espaços públicos devem atender as necessidades de todos, e especialmente aqueles que usam cadeiras de rodas, pessoas com necessidades especiais e idosos”. Llewelyn-Davies (op. cit. p. 97).

No Brasil, existe uma legislação que estabelece normas e critérios para este fim.

Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL. Decreto- Lei nº10.098, 2000)

A Associação Brasileira de Normas Técnicas, ABNT, que é o órgão brasileiro responsável pela elaboração de normas, visando à obtenção de um grau ótimo de ordenação em um dado contexto, reforça a legislação brasileira com a normativa ABNT NBR 9050:2004 que estabelece diretrizes para a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. (ABNT, 2004)

As Nações Unidas também convencionam normas em favor das pessoas portadoras de necessidades especiais e nesse sentido publicam manuais com especificações técnicas para promover acessibilidade à espaços públicos. (UNITED NATIONS ENABLE, 2006)

Alguns equipamentos instalados em espaços públicos podem auxiliar a possibilidade de acesso e uso dos mesmos por portadores de necessidades especiais, tais como rampas e caminhos projetados para comportar cadeiras de rodas, pavimentação diferenciada para a identificação de portadores de deficiência visual, entre outros.

Portanto a acessibilidade é uma qualidade importante, capaz de possibilitar e motivar o uso dos espaços públicos e fazer com que eles sejam mais apreciados pelos seus usuários.

2.1.2 Diversidade

A variedade de usos, oferecida por espaço público e as atividades sócio econômicas que ele pode suportar, definem esta qualidade:

A variedade de usos de um local (uma construção, rua ou espaço público) pode ajudar a determinar o quão bem usado ele é e quais são atividades sócio econômicas ele pode suportar. A mistura de usos pode ser apropriada em várias escalas: em uma vila ou cidade; em uma rua e sua vizinhança; ou em uma construção particular.No centro de uma cidade, por exemplo, seus habitantes constituem a clientela das lojas e também fazem uso do espaço ao seu redor promovendo atividades quando estes estabelecimentos estão fechados. Em áreas residenciais, a prestação de serviços, lojas e outras atividades podem fazer do lugar muito mais que somente um dormitório. (DETR, op. cit., p. 31).

Variedade – particularmente variedade de usos. Primeiro nós avaliamos os níveis de demanda por diferentes tipos de usos no local e estabelecemos a amplitude de usos economicamente e funcionalmente viável. (BENTLEY et. al., 1985, p. 10)

O incentivo às variedades de uso reforça a atração de pessoas para viver, trabalhar e passear na mesma área.

Comunidades de sucesso requerem uma grande gama de serviços e facilidades, incluindo usos comerciais, educacionais, de saúde, espirituais e cívicos. (Llewelyn-Davies, op. cit. p. 39).

Entre os princípios sugeridos pelo conselho da cidade de Edimburgo para criar ambientes mais atrativos está o da diversidade: “Usos mistos podem vitalizar e criar espaços atrativos que contribuam para a promoção de comunidades mais seguras e sustentáveis”. (THE CITY OF EDINBURGH COUNCIL, 2003 p. 48).

Bentley et. al. (op. cit), defende que a variedade de usos provoca outros níveis de variedade.

- Um lugar com variados usos possui variados tipos de construções, de variadas formas.
- Isto atrai variadas pessoas, em tempos variados, por varias razões.
- Por causa das diferentes atividades, formas e pessoas acontece uma rica mistura de percepções, diferentes usuários interpretam o lugar de diferentes formas: isso traz variados significados. (BENTLEY ,op. cit. p. 27).

A variedade ocorre em dois níveis nos espaços públicos: interna e externamente. (BENTLEY 1985; PPS 2003)

Locais que possuem variedade de usos envolvem tipos de público diferentes, usando as mesmas partes do espaço em diferentes períodos do dia e também, diferentes usos acontecendo ao mesmo tempo diferentes partes de um espaço.

Quando é estimulado o misto de usos e formas, os espaços se tornam mais convenientes e agradáveis permitem seu uso por uma grande variedade de pessoas e grupos sociais com diferentes demandas. (LLEWELYN-DAVIES, op. cit., p. 14).

Segundo o grupo Pps (op. cit.), nas praças, podem existir elementos tais como parques infantis, fontes, entre outros equipamentos, que possibilitem variedade de uso e produzam um efeito atrativo:

Toda grande praça possui uma variedade de 'lugares' menores que são apreciados por públicos variados. Eles podem incluir cafés ao ar livre, fontes, esculturas, ou um palco para performances. Estas atrações não precisam ser grandes para fazer com que a praça tenha sucesso. De fato, algumas das melhores praças cívicas possuem numerosas pequenas atrações como os vendedores ambulantes ou os *playgrounds*, que, quando são colocados juntos, promovem entretenimento para as pessoas durante o dia todo. (PPS, op. cit.).

Portanto, a diversidade é importante para estimular a atratividade e o uso dos espaços públicos, possibilitando o suprimento de demandas de um público variado.

2.1.3 Legibilidade

Kevin Lynch (1997) defende que os homens são capazes de desenvolver uma imagem do ambiente concentrada na legibilidade (clareza) da paisagem, que está sempre e continuamente em modificação.

Se bem que a clareza e a legibilidade não sejam certamente as únicas características importantes de uma bela cidade, elas assumem uma importância particular com respeito à escala humana, às dimensões, ao tempo e à complexidade do meio ambiente. Para situar corretamente o meio ambiente, não devemos considerar a cidade simplesmente como uma coisa em si, mas tal como seus cidadãos a percebem. (LYNCH, 1997, p. 329).

Para Bentley (1985), a legibilidade é fundamentada pela capacidade de compreensão de um lugar: “Legibilidade – a qualidade que faz com que um lugar seja compreensível”. (BENTLEY, 1985, p. 42).

Segundo o mesmo autor, a legibilidade de um espaço pode ser considerada em dois níveis, quanto à forma física e/ou padrões de uso:

A legibilidade é importante em dois níveis: forma física e padrões de atividade. Lugares podem ser lidos em cada nível separadamente [...] Mas para usar todo o potencial do lugar, a forma física e os padrões de uso podem complementar-se um ao outro. (BENTLEY loc. cit.)

Devemos considerar que nem todas as pessoas lêem um espaço da mesma maneira, pois esta interpretação está ligada à percepção de cada um:

As imagens do meio ambiente são resultado de um processo bilateral entre o observador e o meio. O meio ambiente sugere distinções e relações, e o observador – com grande adaptação e à luz dos seus objetivos próprios – seleciona, organiza e dota de sentido aquilo que vê. A imagem, agora sim desenvolvida, limita e dá ênfase ao que é visto, enquanto a própria imagem é posta à prova contra a capacidade de registro perceptual, num processo de constante interação. Assim, a imagem de uma dada realidade pode variar significativamente entre diferentes observadores. (LYNCH,1997. p. 16)

Assim, mulheres, homens, crianças e adultos, residentes e visitantes, jovens e idosos e pessoas com diferentes culturas, terão experiências diferentes em um mesmo local.

Espaços públicos legíveis são significativos e enriquecedores para os seus usuários.

2.1.4 Adaptabilidade

A adaptabilidade corresponde à capacidade que os espaços públicos têm de se adaptar a mudanças.

“Novos desenvolvimentos precisam ser flexíveis o bastante para responder às futuras mudanças no uso, estilo de vida da sociedade e demografia”.
Llewelin-Davies (op. cit. p. 14)

Esta qualidade pode ser notada nos projetos de espaços que possibilitam o seu uso para diferentes circunstâncias, como eventos, festivais e feiras.

O grupo PPS (op. cit), refere-se às possíveis mudanças ocorridas no uso de uma praça com o passar do tempo e sugere que a flexibilidade de alguns elementos pode ser útil para adaptá-la a estas mudanças:

O uso de uma praça muda ao longo do dia, semana e ano. Para responder a estas flutuações naturais, deve haver flexibilidade. Ao contrário de um palco permanente, por exemplo, um palco retrátil ou temporário poderia ser usado. Do mesmo modo, é importante ter um armazém no local com cadeiras, mesas, guarda-sóis, e jogos, eles podem ser usados quando for conveniente. PPS (op. cit.)

Segundo o manual By Design (DETR, op. cit.), as adaptações feitas em espaços públicos deveriam adequá-los, preservando-os o máximo possível, na intenção de sustentar seu caráter e promover sua permanência. (DETR, op. cit. p.29).

Portanto, a adaptabilidade, é importante por possibilitar a adequação dos espaços públicos para suportar as novas demandas conseqüentes de mudanças de diversas naturezas e dar continuidade ao seu uso e sua existência.

2.1.5 Continuidade e Fechamento (Enclosure)

O fechamento imposto pela relação entre as edificações na paisagem, é considerado uma qualidade desejável para uma área pública.

Espaços públicos de sucesso (incluindo as ruas) são definidos e fechados por construções, estruturas e paisagem. O relacionamento entre construções em uma rua ou entre construções e a rua, são a chave para isso. (DETR, 2000 p. 21).

A continuidade das construções produz um bom fechamento para ruas ou praças. A freqüência de portas e janelas voltadas para a rua é crucial. (THE CITY OF EDIMBURGH COUNCIL, 2003 p. 27).

Construções que formam uma linha contínua ao longo de uma rua ou praça têm mais sucesso porque providenciam um bom fechamento para estes espaços e geram 'frentes ativas', com freqüentes portas e janelas animando o patrimônio publico. (LLEWELYN-DAVIES, 2000, p.64).

Segundo o manual By Design (DETR, loc. cit.), As construções que ficam com a parte frontal, porta, janelas ou vitrinas voltadas para a rua, fazem com que seus usuários possam observar o espaço público e sentirem-se mais seguros.

Entre os princípios para promover continuidade e fechamento, analisados nos textos estudados, são muito citadas as construções agrupadas, formando “blocos”, que podem ajudar a criar a distinção entre espaço público e privado.

O fundamento mais importante para se estruturar construções agrupadas em blocos é fazer uma clara distinção entre o espaço público e privado. Construções com a frente voltada para ruas, praças ou parques dão vida a eles. (LLEWELYN-DAVIES, op. cit. p. 64).

Uma nova construção que respeita os padrões de construções já presentes no local, históricas ou tradicionais, ajuda na integração de novas construções à paisagem e promove a continuidade da malha urbana: “Boas construções enriquecem a malha urbana, visual e fisicamente, deve haver respeito pelo contexto aderindo à continuidade da linha construtiva presente ali.” (LLEWELYN DAVIES, 2000 p. 91)

As construções, os equipamentos de mobiliário urbano e a vegetação podem ajudar a definir ou delimitar ruas e espaços públicos, assim como delimitar uma propriedade privada por meio de grades, arcos, portões, sinalização ou pavimentação, contribuindo para a criação de um vínculo entre os espaços privados e públicos.

2.1.6 Caráter

Caráter é um termo bastante abrangente. O dicionário Aurélio, relaciona caráter aos aspectos inerentes a cada ser, animal ou coisa. Determinam a sua distinção perante outros seres, animais ou coisas.

Para Corona e Lemos (1972) trata-se das peculiaridades arquitetônicas de um edifício. É atribuído por meio da integração das condições funcionais, formais e estéticas. As características especiais de um projeto que refletem sua alma ou pensamento arquitetônico.

A definição mais apropriada para o conceito de caráter, ao qual nos referimos, trata do conjunto de características ou atributos de um lugar, não importando se bons ou ruins, que o torna diferente dos outros, e faz com ele seja único. (LANDSCAPE CHARACTER ASSESSMENT, 2007)

As características positivas de um lugar contribuem para o seu caráter especial e o senso de identidade. Isto inclui a paisagem, tradições construtivas e materiais, modo de vida local, e outros fatores que fazem com que um lugar seja diferente do outro. Os melhores lugares são memoráveis, com um caráter que as pessoas podem facilmente apreciar. (DETR, op. cit. p. 19)

“Lugares distintivos possuem seu próprio caráter e atmosfera”.

Llewelyn-Davies (op. cit. p. 91).

Hoje as cidades têm a preocupação de que suas ruas e espaços públicos possuam esta qualidade.

Podemos observar esta tendência no quadro abaixo, extraído do site da cidade de Minneapolis, que apresenta uma matriz com elementos que fazem parte da definição do caráter das ruas da cidade:

Street Character Element Matrix

Street Character Elements	Commercial Street Character	Community Street Character	Residential High Traffic (One-Way) Street Character	Residential High Traffic (Two-Way) Street Character	Residential Low Traffic Street Character	Residential Parkway Character
Building Awnings	X	X				
Banners	X	X				
Benches	X	X				
Bike Loops & Lockers	X	X				
Bump-Outs			X	X	X	X
Decorative Paving	X	X				
Decorative Crosswalks	X	X				
Painted Crosswalks	X	X	X	X		
Enhanced Street Signage	X	X	X	X	X	X
Fencing/Railings	X	X	X	X	X	X
Fountains	X	X				
Kiosks/Information Center	X	X				
Lighting - Pedestrian	X	X	X	X	X	X
Lighting - Seasonal	X	X				
Lighting - Street	X	X				
Medians	X					
Planters	X	X	X	X		
Public Art	X	X	X	X		X
Street Trees	X	X	X	X	X	X
Transit Shelters	X	X	X	X		
Trash Receptacles	X	X				

Figure 4: Street Character Element Matrix. The character of streets is established and reinforced by the type, location, and quantity of design elements. The matrix lists those elements that are recommended for each of the six types of streets in the project area.

Elementos Característicos das Ruas	Caráter de Ruas Comerciais	Caráter de Ruas de Uso Comunitário	Caráter de Ruas Residenciais com Forte Tráfego (1 direção)	Caráter de Ruas Residenciais com Forte Tráfego (2 direções)	Caráter de Ruas Residenciais com Tráfego Lento	Caráter de Estacionamento Residenciais
Toldos	X	X				
Cartazes	X	X				
Bancos	X	X				
Dispositivo para guardar bicicletas	X	X				
Protetores			X	X	X	X
Pavimentação Decorativa	X	X				
Faixas de Pedestre Decorativas	X	X				
Faixas de Pedestre Pintadas	X	X	X	X		
Ampla Sinalização	X	X	X	X	X	X
Barreiras/Grades	X	X	X	X	X	X
Fontes	X	X				
Quiosques / Centros de Informações	X	X				
Iluminação – para pedestres	X	X	X	X	X	X
Iluminação – Periódica	X	X				
Iluminação – Ruas	X	X				
Canteiros	X					
Floreiras	X	X	X	X		
Arte Pública	X	X	X	X		
Árvores de Rua	X	X	X	X	X	X
Abrigos de ônibus	X	X	X	X		
Cestos de lixo	X	X				

Quadro 01: Matriz dos elementos definidores do caráter das ruas de Minneapolis. Fonte: Phillips Partnership, Minneapolis – (<http://www.phillipspartnership.org>) (Tradução).

Detr(2000), Llewelin-Davies(2000), The City Of Edinburgh Council(2003), Pps(2003), Jacobs(1999), Bentley(1985), citam como possíveis definidores de caráter em espaços públicos, aspectos relativos ao seu contexto, sua forma e função; aspectos relacionados ao sítio natural, como a presença de elementos naturais, fauna, flora nativa, formações hídricas e rochosas e a topografia; aspectos referentes ao ambiente construído como as construções e seus detalhes, elementos de mobiliário urbano, pavimentação, iluminação, a interface entre as construções, o entorno dos espaços, etc. e considerações históricas, entre outros, que serão apresentadas no Capítulo 2 deste trabalho: O Caráter de Espaços Públicos Históricos.

Considerações Sobre Qualidades do Espaço Público

Qualidades dos espaços públicos	DETR (By Design) Inglaterra-2000.	Llewelyn-Davies (Urban Design Compendium) Inglaterra – 2000	The City of Edinburgh Council (The Edinburgh Standards for Urban Design –Escócia – 2003	PPS (Project for Public Spaces) – U.S.A – 2006	JACOBS, A. (Great Streets) - 1999	BENTLEY et. Al. (Responsive Environments) - 1985	Nº de citações
Caráter	*	*	*	*	*	*	6
Acessibilidade	*	*	*	*	*	*	6
Diversidade	*	*	*	*	*	*	6
Legibilidade	*	*	*	*	*	*	6
Adaptabilidade	*	*	*	*	*		5
Continuidade e Fechamento	*	*	*	*	*		5
Riqueza						*	1

Quadro 02: Qualidades dos espaços públicos. Elaborado a partir dos manuais consultados. Fontes: Detr(2000), Llewelin-Davies(2000), The City Os Edinburgh Concil(2003), Pps(2003), Jacobs(1999), Bentley(1985).

Os fatores de qualificação dos espaços públicos ordenados de acordo com a frequência de citações resultam no quadro acima. Para melhor

compreensão, os principais fatores previamente identificados, que foram citados 5 ou mais vezes, foram detalhados.

Muitas são as qualidades que os espaços públicos podem assumir. No entanto, como eles possuem diferentes configurações, funções e características, nem sempre todas estas qualidades podem estar presentes em um mesmo espaço. Não pode se descartar a hipótese de que os espaços públicos também possam sofrer ações “desqualificadoras”.

2.2 O Caráter de Espaços Públicos Históricos

Caráter é a qualidade própria de espaços que possuem atributos responsáveis pela sua personalidade e distinção. A preocupação de que o caráter de espaços públicos seja mantido é latente nos tempos de hoje.

A continuidade do caráter das cidades surge como uma das dez recomendações para o século XXI, expressa na Nova Carta de Atenas (1998):

O entorno urbanístico desempenhou tradicionalmente um importante papel educacional e cultural na vida de seus cidadãos. O conceito de cidade como motor da civilização é o que foi se formando ao longo dos séculos e é o que expressa o caráter físico de todas as cidades históricas. Infelizmente, os efeitos modernos que trazidos por esta intensa urbanização diminuiu a integridade cultural da cidade, degradou sua estética e prejudicou a homogeneidade do tecido urbano. O planejamento urbanístico desempenha um papel específico na hora de assegurar a qualidade de desenho que respeite o caráter da cidade, sem que por ele seja diminuída a criatividade da arquitetura nem a organização e gestão dos espaços entre edifícios.

O planejamento deve ser focado de tal modo que salogue os elementos tradicionais e a identidade do entorno urbano, incluídos os edifícios, os bairros históricos, os espaços abertos, e as áreas verdes. Estes elementos devem estar dentro de redes homogêneas baseadas em normas de desenho urbanístico.

No futuro, o planejamento urbanístico deve reforçar e desenvolver as tradições construtivas que imprimem a cada cidade ou região um caráter especial. A arquitetura e o planejamento das obras devem ter muita atenção à cidade em seu conjunto e seus arredores. As soluções de desenho devem estar fundadas em avaliações de tipo cultural, visual, funcional e histórico da área e em função de suas características particulares. O planejamento é o responsável por iniciar este processo, o qual leva consigo uma participação aberta e total de todos os membros da comunidade. Deveria assim mesmo contar-se com a comunicação entre urbanistas e profissionais associados, em especial topógrafos, engenheiros e arquitetos, e também com a participação de ecologistas, economistas, sociólogos, artistas e outros grupos de especialistas. (NOVA CARTA DE ATENAS, 1998, p.11-12)

Segundo este documento, o projeto urbano deve respeitar o caráter da cidade, salvaguardando seus elementos tradicionais e a identidade do entorno urbano, incluindo edificações, bairros históricos, espaços abertos e áreas verdes, que por conta dos efeitos da intensa urbanização moderna, vem sendo degradados.

No futuro, o planejamento das cidades deve reforçar e desenvolver as tradições construtivas que imprimem em cada cidade ou região, um caráter especial.

A bibliografia consultada indicou a existência de uma diversidade de enfoques sobre os elementos definidores do caráter em espaços públicos.

No quadro abaixo, foram listados os itens referentes à formação do caráter dos espaços públicos, organizados de acordo com a frequência de citações.

Itens citados como responsáveis Pela formação Do caráter de espaços Públicos	DETR (By Design) – Inglaterra - 2000.	LLEWELIN-DAVIES (Urban Design Compendium) – Inglaterra – 2000	THE CITY OF EDINBURGH COUNCIL (The Edinburgh Standards for Urban Design) Escócia – 2003	JACOBS, A. (Great Streets) – 1999	Nº de citações
1. Sítio natural					
Características do relevo	*		*	*	3
2. Contexto (Forma, Componentes e Entorno)					
Forma (forma, escala, projeto do espaço público)	*	*	*	*	4
Componentes do espaço público (Mobiliário Urbano, Pavimentação, Vegetação, Arte pública, Monumentos, Fontes)	*	*	*	*	4
Contexto do entorno (uso do solo, edificações)	*	*	*	*	4
3. Historia					
História e significado do espaço público	*	*	*	*	4
História e significado das edificações do entorno	*	*	*	*	4

Quadro 03: Quadro de itens definidores do caráter de espaços públicos.

Fontes: Detr(2000), Llewelin-Davies(2000), The City Of Edinburgh Council(2003), Jacobs(1999).

2.2.1 Sítio Natural

A preservação de características naturais da área onde está ou será implantado um espaço público, incluindo atributos físicos como o relevo, as formações hídricas ou rochosas presentes no sítio natural, além da fauna e flora locais, influencia na criação de seu caráter.

Segundo o manual *By Design* (DETR, op. cit.), estimular a integração dos espaços à paisagem natural, por meio de estruturas para vegetação, tais como floreiras, canteiros e estimular a conservação das espécies nativas reforçam o seu caráter.

Projetos construtivos podem seguir alguns princípios, no intuito de reforçar o caráter do local. Considerar a forma e o caráter da paisagem natural do local onde será implantado

- A tridimensionalidade da paisagem é a base para o projeto, auxiliando a projeção de sua forma e integrando-o mais amplamente à área, contribuindo para o senso de lugar.

- A conservação dos aspectos naturais da área onde será implantada a nova estrutura proporciona a otimização do seu relacionamento com o ambiente. Estes aspectos incluem rios e riachos, alagados, lagos e charques, colinas, árvores, habitats da vida selvagem e afloramentos rochosos.

- A ecologia local pode determinar o caráter e a identidade de um projeto e do lugar que ele será implantado.

A integração de um novo projeto à paisagem, mediante seu posicionamento, reduz seu impacto na natureza e reforça a sua identidade.

- O projeto terá mais sucesso, possuindo esquemas de integração à paisagem, tais como estruturas para vegetação, floreiras, corredores verdes ao longo de estradas, rios e canais.

- O estudo das espécies de plantas nativas ou comuns na área, ajudará a desempenhar um plantio que reforce as qualidades do caráter natural do local. (DETR, op. cit. p.20)

2.2.2 Contexto (Forma, Componentes, Entorno).

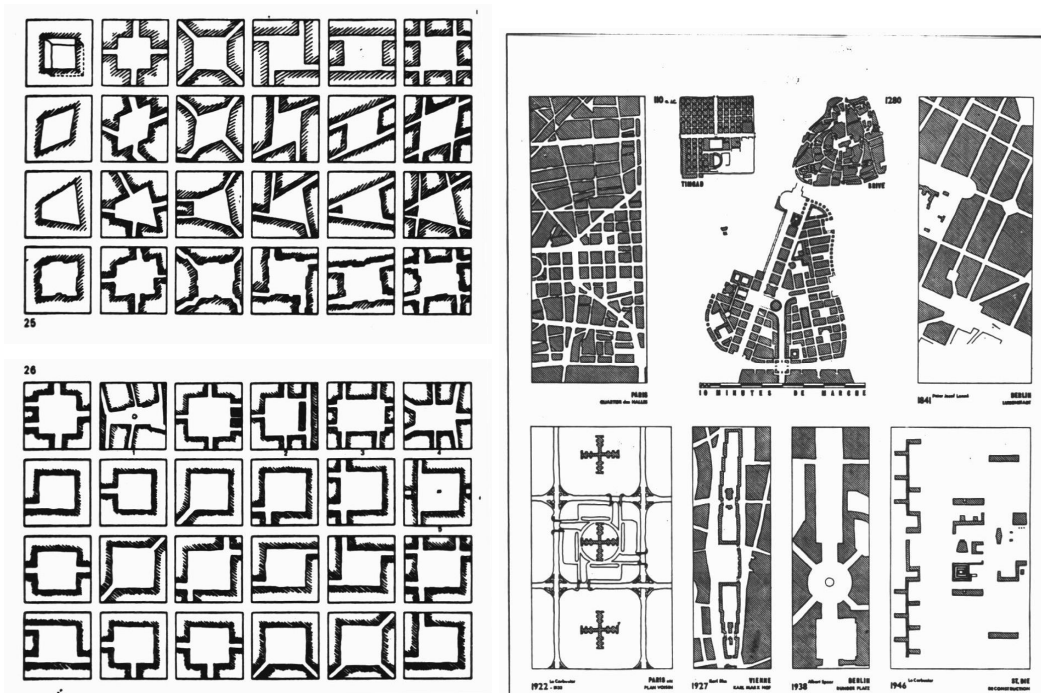
A forma e a função que cada espaço público, assim como seu uso e a relação deste com o entorno, varia de espaço para espaço, e este contexto deve ser analisado para definição de seu caráter.

Na construção das cidades há uma relação dinâmica entre os espaços construídos e os espaços livres e a maneira que estes espaços são distribuídos na malha urbana é que dará forma à cidade.

Krier (1981) considera que a rua e a praça são os dois principais elementos de definição do espaço urbano.

Os espaços livres são importantes como contrapontos à massa construída, desta maneira, segundo Yamaki (2006), há espaços que encontram seu significado maior pela razão de serem espaços vazios.

Considerações sobre a forma de espaços públicos podem ser vistas nos estudos de Krier (op. cit.), que pesquisou a morfologia de praças na Europa, e constatou a existência de praças com formas distintas: retangulares, circulares, fechadas, semi-fechadas, abertas, praças com formas compostas etc. Para ele, a forma geométrica de cada espaço e o modo como os vários espaços são organizados no tecido urbano, produz a riqueza do espaço urbano.



Figuras 01 e 02: Estudos de Rob Krier
Fonte: <<http://www.a-aarhus.dk>>

Além da forma, devemos considerar a variação de funções desempenhadas pelos espaços públicos. Burle Marx (1987, p.91), descreve as proposições de uso e o perfil brasileiro dos espaços livres:

Com a nossa vida sedentária o esporte assume papel importante e os parques terão que oferecer possibilidades e opções para a prática de esportes e para jogos de crianças. E devemos criar parques educativos, jardins botânicos e zôos-botânicos, para ensinar a conhecer a vegetação. E locais de piqueniques, onde os homens possam descansar de seu trabalho. A concepção da grande maioria das nossas praças e parques não corresponde a essas finalidades. São como ilhas do tráfego urbano, seu acesso é difícil e sua qualidade é comprometida pelo ruído. Mas as praças do interior, onde esses problemas não são tão acentuados, também não são lugares aprazíveis: recortadas de caminhos transformam-se em lugares de passagem. Perdem grandes áreas para monumentos, muitas vezes de gosto duvidoso. (BURLE MARX, 1987, p.91)

Shirvani (apud DEL RIO, 1990, p.107) salienta que os espaços livres podem desempenhar diversas funções e são implantados para assumir diferentes finalidades, como por exemplo, social, cultural, funcional ou higiênica.

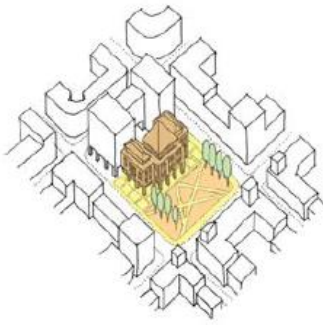
No Brasil, alguns espaços públicos são projetados para favorecer o uso e a permanência das pessoas, outros servem como locais de passagem e circulação de pedestres. Em alguns casos o espaço é projetado para preencher mais de uma função e oferecer variedade de usos.

Há também as áreas denominadas praças, que são canteiros ou jardins urbanos remanescentes do traçado viário. Estas praças possuem importância ambiental, contribuindo para a melhor circulação do ar, insolação e drenagem das águas pluviais e muitas vezes servem como amortecedores em áreas com tráfego intenso de automóveis.

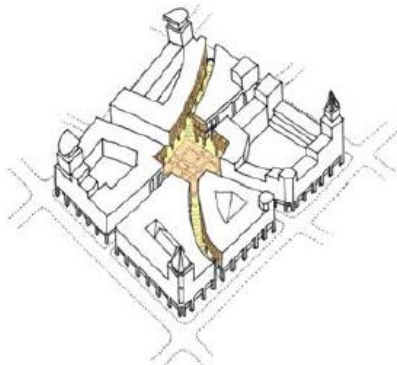
[...] termo praça está normalmente associado à espaços ajardinados. Nas cidades brasileiras, qualquer espaço verde público, seja arborizado ou simplesmente gramado, um canteiro central de avenida ou espaço livre entre edifícios é denominado praça.

(ROBBA E MACEDO, 2003 p. 03)

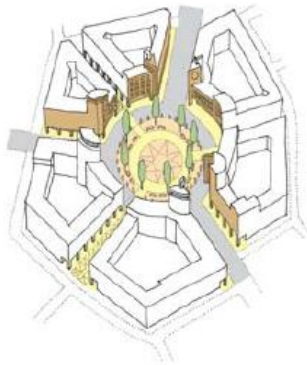
Existem vários critérios de classificação de espaços públicos.



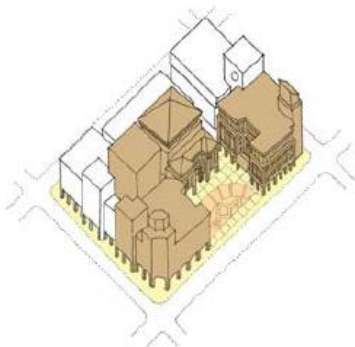
Square centred on key civic building



Court located in block interior



Circus at street intersection



Plaza as extended forecourt space

Table 3.4 A typology of open spaces

Principle open space types	Character and function
Greenway	A network of spaces encompassing cycle and footpath routes, but also acting as 'wildlife corridors' – enabling wildlife to travel through urban areas. Typically these follow streams or disused railways, for example, with green fingers penetrating from the countryside, through the town/city edge and into the urban core.
Water way	Includes lakes, ponds, rivers, canals and streams, which provide rich wildlife habitats, offer recreational value and can be used as movement corridors.
Meadow	A public space for informal recreation, located on the edge of a neighbourhood. Often part of a flood plain comprising natural grasses and wildflowers.
Woodland / Nature Reserves	A wood or coppice of trees left in the natural state, interlaced with internal footpaths, sometimes designated as a nature reserve, with restricted access to areas rich in wildlife.
Playing field	Open spaces formally laid out for active recreation, such as football or rugby- including golf courses. Management / ownership can be shared between schools, clubs and the wider community to ensure facilities are well used.
Churchyard, cemetery	Located adjacent to a church and often providing a green oasis at the heart of a community.
Allotments	A semi-public agglomeration of gardening plots rented to individuals by the local authority.
Park	See Table 3.5 for park types.
Green	An informal grassed public space associated with the focal point of village life, that sometimes incorporates a football or cricket pitch.
Square	A formal public space, no larger than a block and located at focal points of civic importance fronted by key buildings, usually hard paved and providing passive recreation.
Plaza	A public space associated with the extended forecourt of commercial (office / retail) buildings, with formal landscaping.
Communal garden	A semi-private space not accessible to the general public, usually located within the interior of a perimeter block, providing a centrally managed green space for residents.
Private garden	A private space located within the plot of an adjacent building.
Playground	A small area dedicated for child's play, that is fenced and located within close walking distance to nearby houses, overlooked by residents.
Courtyard	A private open space often for vehicular servicing/parking
Atrium	A glass covered semi-public or private space serving as a thoroughfare, seating area and sun trap for building occupants or visitors.

Figura 03: Quadro contendo o tipo, o caráter e a função de espaços públicos.

Fonte: Llewelin-Davies (op. cit. p. 55)

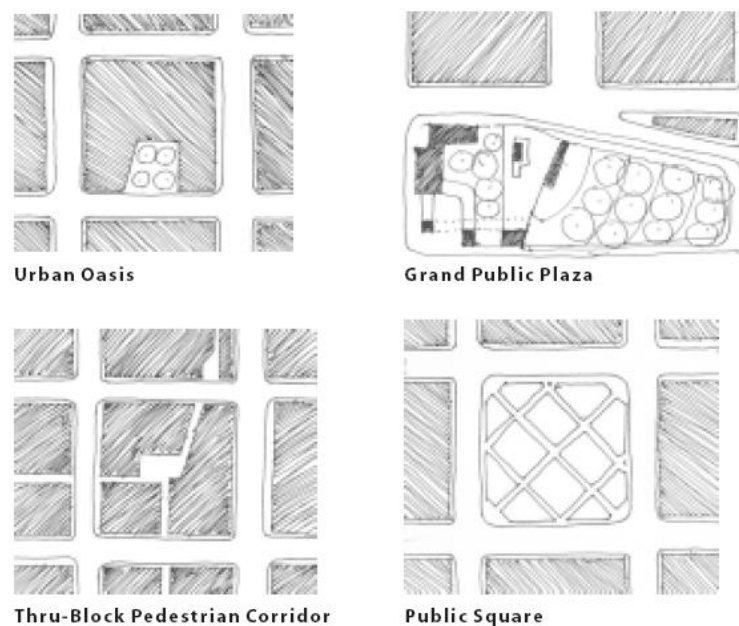


Figura 04: Tipos primários de espaços livres em Austin
 Fonte: Downtown Austin design guidelines <<http://www.ci.austin.tx.us>>

Assim, a forma e a função de um espaço público podem ser significantes para definir seu caráter.

Um espaço público tem uma forte ligação com o seu entorno. De acordo com Angelis (2000, p.08), para entender o contexto das praças, deve-se considerar que elas são estruturas que se comportam de acordo com duas perspectivas diversas: uma interna e outra externa. A perspectiva interna refere-se ao que é apresentado na área da praça, e a externa refere-se à sua relação com o entorno, e isto é o que determina sua tipologia e sua inserção na malha urbana.

As atividades e usos dos espaços públicos, sua configuração física e seu histórico quase sempre estão relacionados às atividades e ao uso do entorno.

A variedade de estilos arquitetônicos das edificações presentes em determinada área e seus detalhes, tais como a angulação de telhados, tipos diferentes de janelas, materiais e métodos construtivos, constituem elementos diferenciais.

Novas construções devem ser integradas com o caráter local estabelecido, reforçando o caráter da área, novas construções devem: Respeitar os aspectos naturais e a paisagem. Considerar o espaçamento entre as construções e o relacionamento com o espaço público. Respeitar a altura das construções existentes para dar continuidade ao ritmo e ênfase à verticalidade. Respeitar as linhas construtivas e a proporção existente entre as janelas das construções. Quando o telhado for visível, respeitar e refletir os tipos de telhados das construções adjacentes. Usar materiais predominantes em textura e cor. (THE CITY OF EDINBURGH CONCIL, op. cit. p. 29.)

A utilização de materiais e métodos construtivos locais é o fator mais importante na promoção da identidade do lugar.

- A escala (solidez e altura), a textura e a cor dos materiais de construção pesam muito na paisagem e no caráter do lugar.

- Todo elemento inserido na paisagem urbana, contribui para a formação de sua identidade, incluindo esculturas, iluminação, grades, mobiliário urbano em geral, fontes e pavimentação.

- Uma nova construção pode ser enaltecida com o uso de técnicas características em uma área, isso se refere às manufaturas como a metalurgia, vidros coloridos, mosaicos cerâmicos, alvenaria, tipos de muros e pavimentação. (DETR, op. cit. p. 21.)

Fortalecendo a identidade local: A Distinção e a identidade local podem ser fortalecidas explorando o design da pavimentação: Utilizando materiais locais. Conservando associações históricas. Instalando símbolos ou ícones, como impressões no pavimento. Tratando a ele como uma obra de arte. (LLEWELYN-DAVIES, 2000 p. 101.)

A combinação entre estes fatores ou a presença marcante de algum deles faz com que o espaço se torne reconhecível e que se torne diferenciado.

2.2.3 História e Significado: Caráter de Espaços Históricos

O caráter é uma qualidade que também se constrói com o tempo.

A Carta de Atenas (1933) chama atenção para o valor histórico das cidades e sua salvaguarda:

A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio por seu valor histórico ou sentimental, depois porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano. Eles fazem parte do patrimônio humano e

aqueles que os detêm são encarregados de sua proteção têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta para os séculos futuros essa nobre herança. (CARTA DE ATENAS, 1933).

Quando falamos em caráter histórico dos espaços públicos, devemos levar em consideração alguns fatores importantes como o tempo de existência e as condições de preservação.

Ambientes históricos são o resultado do que gerações de pessoas fizeram dos lugares em que viveram. Cada geração deixou sua marca e tomou suas decisões sobre o futuro no contexto daquilo que herdou. Este contexto é irreconstruível. Uma vez que se for, terá sido para sempre. (ENGLISH HERITAGE, op. cit, p. 17)

O valor simbólico, a permanência de construções ou vegetação entre outros elementos em espaços públicos e/ou no seu entorno, são importantes para definir seu caráter histórico.

Muitos lugares são beneficiados em favor da preservação e retenção de construções e espaços públicos de qualidade transformando-os em novos desenvolvimentos [...] ' O que é preciso é continuidade...Preservação histórica não é sentimentalismo mas uma necessidade psicológica. Nós devemos aprender a proteger a história e preservar as valiosas construções antigas... nós devemos aprender como preservá-las , não como peças patéticas de museu, mas dar a elas novos usos'.(AUSTIN et. al. AFTER HUXTABLE, 1988 Apud LLEWELYN-DAVIES op. cit. p. 98).

Ao resistirem por um período considerável no mesmo local, estes elementos podem trazer gravados em si as mudanças ocorridas com o passar do tempo.

O ambiente histórico abraça virtualmente cada aspecto do mundo em que vivemos. Embora isto seja comumente pensado em termos de construções listadas, ou talvez como restos arqueológicos, isto é em realidade extremamente amplo, englobando museus, parques, teatros, estádios, estações de trem, mobiliários urbanos, sítios, canais, modelos de ruas e sistemas de transporte. (ENGLISH HERITAGE, op. cit.)

Espaços históricos são importantes pontos de referência para todas as gerações. Portanto devemos preservar suas características especiais, sua identidade.

Considerações Sobre Qualidades do Espaço Público

Espaços históricos possuem atributos, que, construídos e transformados com o passar do tempo, representam seu perfil independente e único, o seu caráter distintivo. Geralmente possuem grande carga simbólica e cultural, e são extremamente importantes como elementos identitários das cidades.

Sob este aspecto, alguns países mais desenvolvidos adotaram leis de proteção, com a finalidade de manter as características específicas de seus espaços. Medidas que têm como princípio básico, sanar as causas de degradação e proporcionar condições para sua conservação.

Em países como a Inglaterra, o investimento na regeneração e recuperação de áreas consideradas históricas, tem se tornado freqüente nas últimas décadas, bem como a participação da comunidade local nos processos de tomada de decisões em relação aos seus espaços públicos.

Nas cidades brasileiras, apesar da importância dos espaços históricos, ainda são poucas as iniciativas voltadas à sua preservação. Por esta razão, estamos presenciando contínuas “revitalizações” de nossos espaços públicos, e sua “descaracterização”, onde são destituídos elementos significantes para o reconhecimento da evolução destes espaços, em detrimento a novos elementos.

O estado crítico em que se encontram muitos dos nossos bens culturais e históricos é devido, principalmente, ao baixo nível de investimentos por parte do governo, em medidas de preservação permanente. São consideradas fundamentais para a conservação destas áreas, além de outros fatores como a reduzida participação da comunidade na sua gestão.

É imperativo que se desenvolvam estratégias visando à recuperação e conservação do caráter de nossos espaços, a exemplo de países com experiência nesta área, como a Inglaterra.

Identificar, conservar e fortalecer o caráter dos espaços é uma das vertentes na construção de cidades com forte identidade.

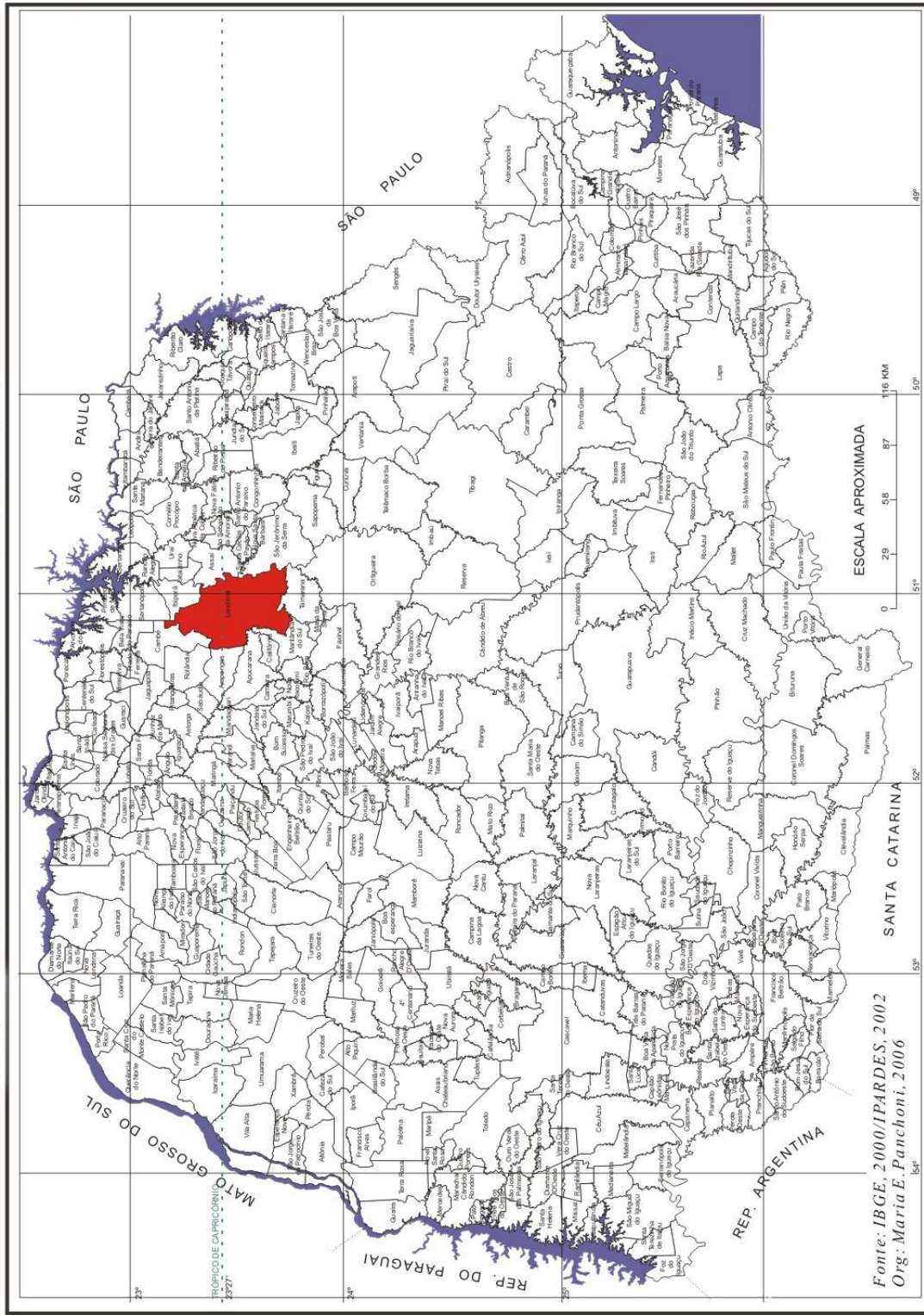
3 PRAÇAS EM LONDRINA: CRIAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E CARÁTER

O município de Londrina, criado no ano de 1934, situa-se no norte do Estado do Paraná. De acordo com Uehara (2005 p. 71), suas coordenadas geográficas são: Latitude entre 23°08'47" e 23°55'46" Se Longitude entre 50°52'23" e 51°19'11" O. Sua altitude média é de 576 metros em relação ao nível do mar e apresenta clima mesotérmico e temperatura média anual de 21,4 C °.

Londrina possui uma área aproximada de 1.724,7 m² e hoje a população da cidade é de aproximadamente 497.000 habitantes.

Este capítulo enfocará o surgimento das 14 praças de Londrina oficializadas pela Lei 216/53.

MAPA01 - LONDRINA NO ESTADO DO PARANÁ



LEGENDA

Londrina

Fonte: IBGE, 2000/IPARDES, 2002
Org: Maria E. Panchoni, 2006

3.1 Origem e Desenvolvimento de Londrina

A Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP) foi responsável pela colonização de grande parte da região Norte paranaense, onde se situa a Cidade de Londrina.

A gênese da Cia. De Terras está ligada diretamente aos interesses do governo do Brasil, que na época visava conseguir um empréstimo da ordem de 25 milhões de libras à casa bancária Rothschild, da Inglaterra.

Esta casa bancária Inglesa condicionou o empréstimo à presença de uma missão no Brasil:

Esta missão, portanto, teria como objetivo analisar a situação institucional e operacional de implementação das políticas monetária e fiscal que dessem garantia de pagamento do empréstimo solicitado. A missão inglesa imposta ao governo brasileiro, e não convidada por ele, como a maioria dos textos afirmam, vasculhou toda a estrutura econômica e financeira do Brasil, como verdadeiros auditores externos, algo parecido com o que fazem os técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) nos últimos anos.

A Missão Montagu chegou no Brasil em 30 de dezembro de 1923 e voltou a Inglaterra em 4 de maio de 1924, deixando um relatório extenso que apontava uma série de medidas que procuravam indicar como o governo brasileiro deveria se portar para, principalmente, ter um orçamento equilibrado. Para conseguir isso, as orientações eram as seguintes: aumento de impostos, corte rigoroso das despesas (redução do funcionalismo e de investimentos públicos), venda ou arrendamento (hoje diríamos, privatização) das propriedades do governo, aumento das exportações, abertura para o capital estrangeiro (com caráter preferencial aos ingleses), entre outros (TOMAZI, 2000, p.180).

Mesmo assim, o objetivo dessa missão (o empréstimo) não se concretizou, pois o governo inglês embargou o lançamento de títulos dos governos estrangeiros em Londres. Os títulos brasileiros seriam a segurança do empréstimo. Mas, o lançamento de títulos de empresas inglesas interessadas em exploração no exterior não foi embargado. (TOMAZI, 2000)

Após a missão Montagu, Lord Lovat volta para Londres e em 25 de abril de 1924, reúne seus sócios e funda a Brazil Plantations Syndicate Limited

A CTNP tinha a finalidade de lotear em pequenas propriedades e revender as terras adquiridas, bem como, planejar uma rede de cidades.

Londrina foi a primeira cidade instalada, e foi elevada a município em 1934.



panhia de
endimento
to suporte
21).

Figura 05: Companhia de Terras Norte do Paraná.
Fonte: Museu Histórico de Londrina Pe. Carlos Weiss.

O projeto básico do sítio urbano de Londrina data do início da década de 1930. De acordo com Yamaki (2003, p. 16) “O projeto é uma malha ortogonal racional, que tem como elemento excepcional, uma elipse central tangenciada por uma avenida projetada em diagonal, acompanhando o espigão”. Constituída por aproximadamente 85 quadras, e prevendo o uso de alguns espaços, entre outros, destinados à Igreja Matriz, Estação Ferroviária, Cemitério, Escola e Jardins.

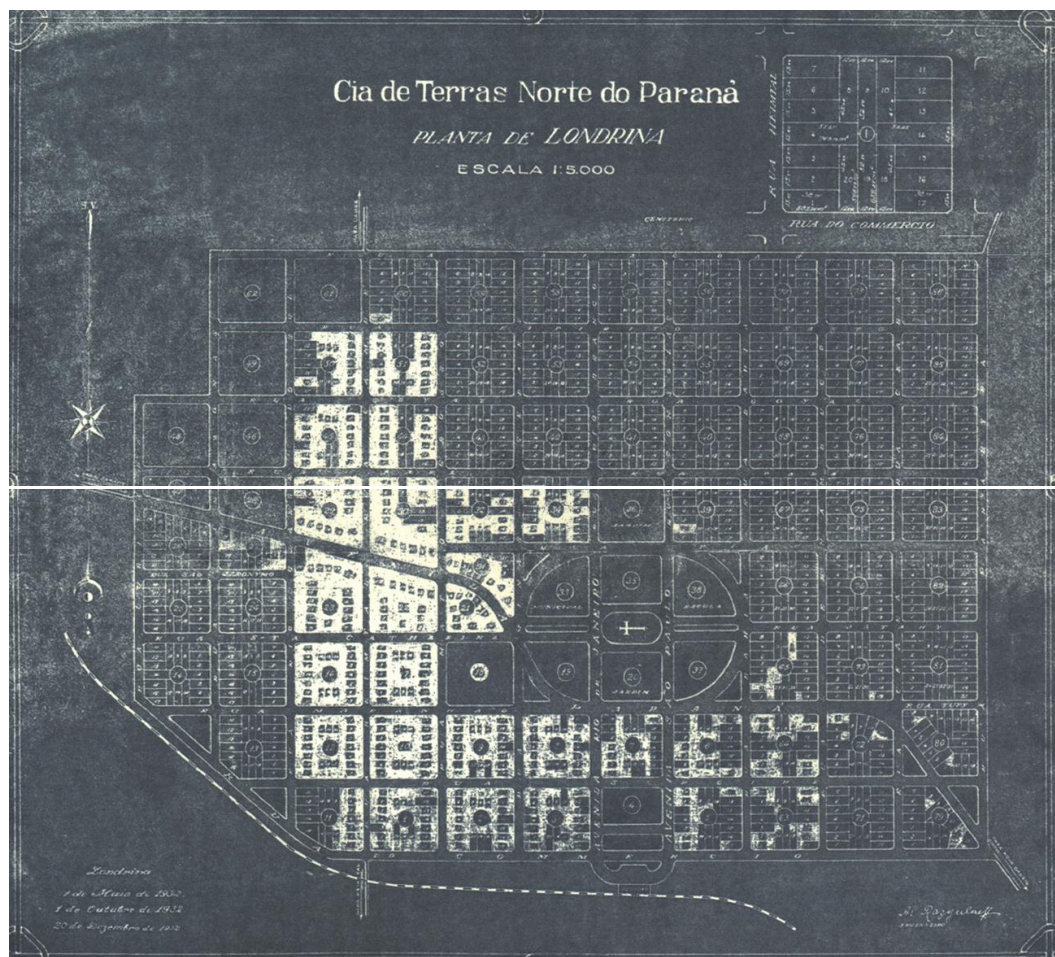


Figura 06: Planta de Londrina
Fonte: Yamaki (2003, p.17)

Em 1934 Londrina elevou-se a condição de Município e, em 1935 com a chegada da ferrovia, rapidamente a cidade foi expandida. Segundo Cavallari (1986, p.24) “[...] em 1932, Londrina possuía mais de 150 casas, em 1933, 396 casas e em 1934 já havia 568 casas [...]”. Prandini (1952, p. 64-67) continua, em 1935 a cidade contava com 700 casas, em 1936 eram cerca de 1.120, em 1940 contava com 2.224 prédios.

A cidade de Londrina logo se tornou o principal centro para abastecimento das demais municipalidades, também era local de comercialização dos produtos agrários e das terras, transações financeiras, empréstimos, investimentos, etc.(LINARDI, 1995).

Isso demonstra como Londrina desde seu início era promissora e buscava a modernidade.

É importante ressaltar a ligação de Londrina com o Estado de São Paulo, pois praticamente a totalidade dos produtos industrializados comercializados em Londrina procedia do mesmo, algo esperado na época em função das vias de circulação existentes.

Ao longo da década de 30 pode expressar uma inicial capacidade de produção agrária, principalmente exportando para a praça de São Paulo; algodão, arroz, feijão, milho, café, além de madeira e suínos, havendo considerado volume de capital decorrente da atividade agrária não só do município, mas de outras regiões. (LINARDI, 1995, p. 144).

Em 1944, a cidade e a zona suburbana onde localizavam as vilas, totalizava 3.709 edifícios; em 1947 alcançou 5025 e em 1950 perfazia 6.214 edifícios. Sendo este o período que representou a primeira ampliação do perímetro urbano, em relação à delimitação dada pela planta do sítio urbano original. As vilas que em 1947 totalizavam 53 marcaram tal expansão. (PRANDINI, 1952)

Iniciando os anos de 1950 e a terceira década da cidade de Londrina, a mesma havia expandido-se economicamente, demograficamente, etc. e, alterado completamente sua paisagem urbana, sendo nesta década 1950 que segundo o Perfil do Município de Londrina de 2004, que ocorre a oficialização das primeiras praças públicas na cidade pela Lei 216/53 do ano de 1953.

A partir do pós Segunda Guerra Mundial, iniciou-se um período particularmente favorável à cafeicultura nacional, onde a década de 1950 projetou o café paranaense na economia nacional, a cidade de Londrina recebeu a adjetivação de “Capital do Café” reconhecida internacionalmente, enquanto o norte do Paraná tornou-se o centro dinâmico da produção, que até então pertencia a São Paulo. (LINARDI, 1995)

Para Linardi (1995), o café não foi sozinho o responsável pela vitalidade econômica da cidade na década analisada, mas um conjunto de produções que viabilizaram a Londrina seus “anos dourados”.

[...] Em primeiro lugar, não era apenas o cultivo do café, incluindo-se os gêneros alimentícios e matérias-primas diversas que conformavam o quadro agrícola municipal. Inserido no mercado internacional, se o café sofresse fortes flutuações em termos de preço, quer fossem por razões climáticas ou de superprodução, isto implicaria em que as receitas dos pequenos e médios produtores rurais ficariam comprometidas de uma safra para outra. A garantia, portanto, da grande expansão e dinâmica econômico-social era dada pela pequena produção mercantil que permitiu à cidade de Londrina sua projeção (FRESCA, 2002, p. 244).

A longa citação deixa claro que não só o café, mas, toda a produção mercantil, elevou a cidade a sua grande dinâmica “anos dourados”.

Avaliando a importância econômica de Londrina na década de 1950, Linardi (1995, p.165) nos lembra que a “[...] cidade foi responsável por 11,4% do total da produção nacional exportada. [...] apresentava maior volume de exportação de café no Porto de Santos e de Paranaguá, chegando a 41% do total produzido no Estado”.

Os dados apresentados relatam o forte desenvolvimento econômico da cidade, sendo nesta década que inicia-se a substituição das casas de madeira pelas de alvenaria. Esta substituição evidenciava a melhoria das condições econômicas de seus proprietários (PRANDINI, 1952).

A partir do final dos anos de 1960 e meados de 1970, ocorre o fenômeno denominado de “esvaziamento populacional do Estado”, onde:

[...] O crescimento das cidades a nível de geração de empregos não foi suficiente para absorver o contingente expulso do campo, provocando a migração de aproximadamente 1.168.000 paranaenses, dos quais cerca de 590.000 se dirigiram para o Estado de São Paulo (IPARDES, 1983, p. 7 apud CUNHA, 1996, p. 50).

Tal esvaziamento demográfico foi um dos resultados das mudanças estruturais na economia, que afetaram diretamente o setor agrícola. Isso resultou em decadência de algumas cidades do norte do paranaense e, outras cidades cresceram com a chegada da população do campo (êxodo rural), Londrina foi uma cidade que teve grande explosão demográfica, principalmente em sua periferia o que fez surgir vários problemas de cunho urbano e ambiental.

	1960		1970		1980		1991		2000	
População	Hab	%	Hab	%	Hab	%	Hab	%	Hab	%
Urbana	77.382	57	163.528	72	266.940	88	364.627	94	433.369	97
Rural	57.439	43	64.573	28	34.771	12	23.069	06	13.696	03
Total	134.821	100	228.101	100	301.711	100	387.696	100	447.065	100

Tabela 02: População urbana e rural do município de Londrina (1960-70-80-91-2000).
Fonte: Censos Demográficos: 1960, 70, 80, 91 e 2000 – IBGE.

Analisando a tabela acima, observamos que o processo de urbanização foi acentuado em Londrina, a partir de 1960.

Esse aumento demográfico provocou, principalmente a falta de moradias. Visando atender a essa problemática, a Prefeitura Municipal de Londrina implanta na década de 1970 grandes conjuntos habitacionais na Zona Norte – os chamados “Cinco Conjuntos”.

Hoje, a cidade de Londrina é considerada a mais importante do Norte do Paraná, totalizando mais de 450.000 habitantes.

Estes estudos possuem grande valia para a pesquisa, que se refere aos espaços públicos londrinenses, desenvolvidos sob estes fatos.

3.2 As Praças de Londrina Segundo a Lei 216/53

A compilação e análise de documentos históricos como mapas, vistas aéreas e propagandas de época, possibilita uma leitura temporal do surgimento e desenvolvimento das 14 praças de Londrina citadas na Lei 216/53, assinada em 18 de dezembro de 1953, que oficializa dá nome aos logradouros.

Este estudo foi viabilizado principalmente pela existência dos documentos cartográficos pertencentes à obra realizada por Yamaki (2003), Iconografia Londrinense, que registra o desenvolvimento da cidade, desde o seu projeto inicial.

A explanação se inicia pela observação do projeto conhecido como “Planta Azul” (fig. 06), que se trata da planta inicial da Cidade de Londrina, datada do ano de 1932, e assinada por Alexandre Razgulaeff, membro da Companhia de Terras Norte do Paraná .

Pode-se observar nesta planta, o traçado predominantemente geométrico, com quadras quadrangulares e a elipse central, onde há a existência de espaços projetados indicando a localização mais apropriada para a Igreja Matriz e a Estação Ferroviária, e ao redor destas estruturas, espaços reservados para “Jardins”, onde hoje se encontram as praças Marechal Floriano Peixoto e Marechal Cândido Rondon, mais conhecida como Bosque.

Em documento posterior, também citado por Yamaki (2003), de autoria de Alexandre Razgulaeff e Arthur Thomas, ambos membros da CTNP, datado do ano de 1934, àqueles espaços anteriormente reservados para “Jardins” é acrescida mais uma quadra, o que hoje faz parte também da Praça Marechal

Cândido Rondon ou Bosque. Estes espaços ganham traçados ensejando os traçados dos caminhos das praças (fig. 07).

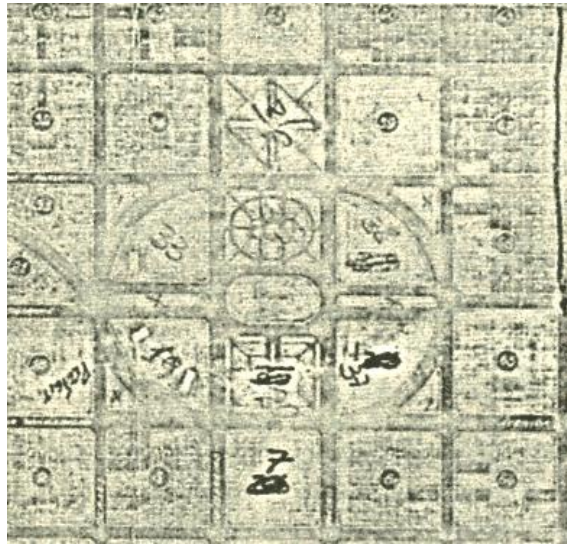


Figura 07: Planta de Londrina, 1934 – Detalhe.
Fonte: Yamaki (2003, p.19)

O traçado das praças se evidencia mais na Planta de Londrina (1938) -1961, de autoria da Prefeitura Municipal de Londrina (fig. 08), que segundo Yamaki (2003, pg. 22), se trata de uma Planta do início da Cidade de Londrina, registrada como sendo de 1938 e redesenhada em 1961. Além do detalhamento mais visível destes espaços, é acrescido um traçado ao espaço onde hoje é localizada a Praça Rocha Pombo, e os traçados assemelham-se a asteriscos. (figs. 09 e 10) “Permitindo o acesso e a passagem de maneira homogênea, o traçado era funcional e conveniente, e possivelmente não uma ‘bandeira inglesa’ como sugerem alguns autores”. Yamaki (2003, p. 22).

Além disso, há a observação dos espaços triangulares perdidos ao longo da Rua Quintino Bocaiúva, sobras que possivelmente se destinariam à espaços públicos, mesmo não havendo ainda recebido um traçado. Nestes espaços

hoje se situam as praças XV de Novembro, 19 de Dezembro, 21 de Abril e Jonas de Faria Castro.

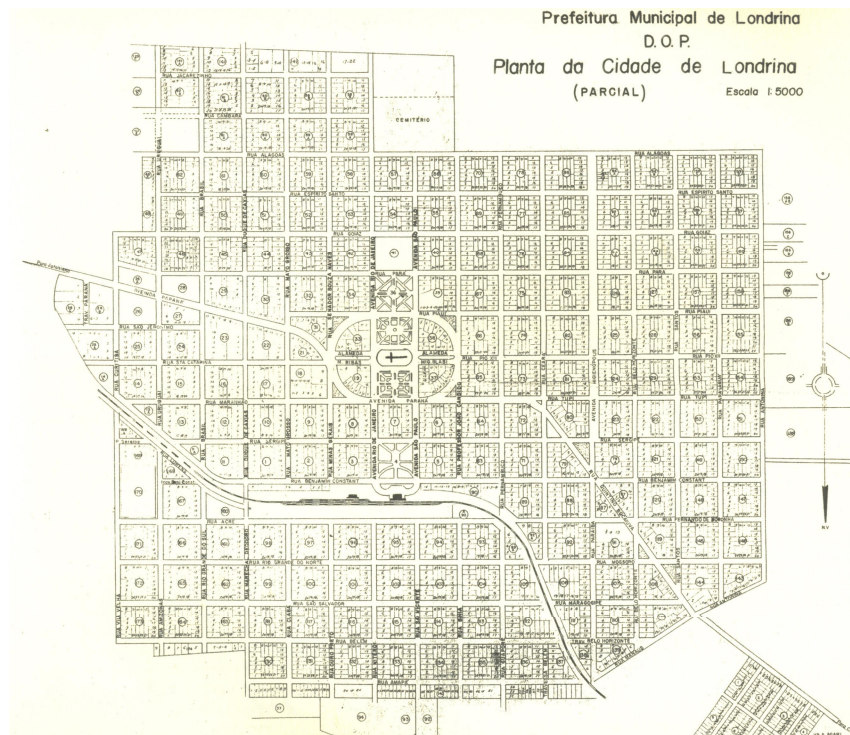


Figura 08: Planta da Cidade de Londrina (1938) 1961.

Fonte: Yamaki (2003, p. 23)

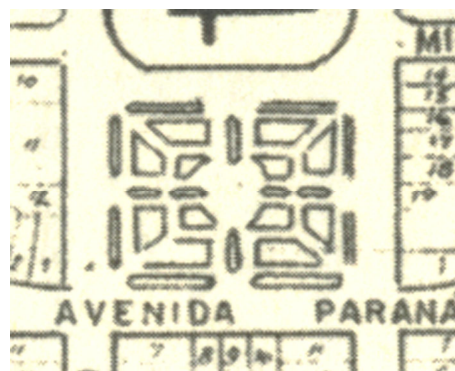


Figura 09: Planta da Cidade de Londrina (1938) 1961. (Detalhe da Praça Marechal Floriano Peixoto)

Fonte: Yamaki, (2003, p. 23)

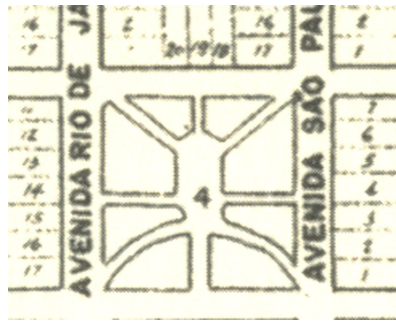


Figura 10: Planta da Cidade de Londrina (1938) 1961. (Detalhe da Praça Rocha Pombo)
Fonte: Yamaki, (2003, p. 23)

Prosseguindo, temos o Mappa Parcial do Estado, mencionado por Yamaki (2003, p. 24-25) como a primeira planta cadastral da Cidade de Londrina e datada do ano de 1939. Este documento, organizado pelos engenheiros Alexandre Beltrão e Ulysses Medeiros, mostra a dimensão da ocupação dos lotes pelas construções onde se pode notar a crescente urbanização na direção oeste, e ressalta que: "... as duas únicas praças com denominação na época, a Rui Barbosa e a Rocha Pombo e o Bosque apresentam traçados semelhantes, em forma de asterisco". (YAMAKI, op. cit.). Vide fig. 11, abaixo.



Figura 11: Londrina Detalhe do Mappa Parcial, Estado do Paraná, 1939.
Fonte: Yamaki (op. cit. p. 25)

Outro documento, o livreto de Inauguração do Jockey Club de Londrina, datado de 1952, trazia na sua contracapa a propaganda do Jardim Shangri-Lá, pelo qual era responsável a Imobiliária Ypiranga, de São Paulo. A propaganda intitulada “Bairro Aristocrático de Londrina, Jardim Shangri-Lá”, mencionava a infra-estrutura com a qual o bairro foi projetado: “Asfalto, água e luz. Arborização nas ruas, praças e avenidas”. Como pode ser visto na fig. 12, abaixo.



Figura 12: Capa e contracapa do folheto de inauguração do Jockey Club de Londrina, 1952.

Em um documento datado de 1949, uma aerofoto referente ao recorte central da Cidade, pertencente ao Acervo da Prefeitura Municipal da Cidade de Londrina. Yamaki (2005, p. 45), tece interessante comentário sobre as praças inseridas neste contexto: “As praças cuidadosamente ajardinadas e a arborização das ruas reforçam a tentativa de criação de uma ‘urbs moderna’”. (fig. 13, abaixo).

Com isto, podemos perceber no traçado das praças centrais retratados nesta imagem, a sugestão de que já havia sido iniciada a implementação destas praças e inclusive com o traçado que permanece até os dias de hoje. Na vista da Praça Marechal Floriano Peixoto, logo acima da Igreja Matriz, e situada na parte central da elipse que compõe o traçado urbano londrinense é claro o traçado reforçado pelo ajardinamento.



Figura 13: Londrina – Foto Guia, 1949.
Fonte: Yamaki (2003, p. 45)

Em mais uma aerofoto (fig. 14, abaixo) datada de 1955, pertencente ao acervo do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, Yamaki (2003, pg. 50) afirma que a implantação do Jardim Shangri-Lá, “... com seu traçado sinuoso, contrasta com a malha regular, dominante no tecido urbano”. Encontra-se na região oeste desta vista gerada pela foto aérea.

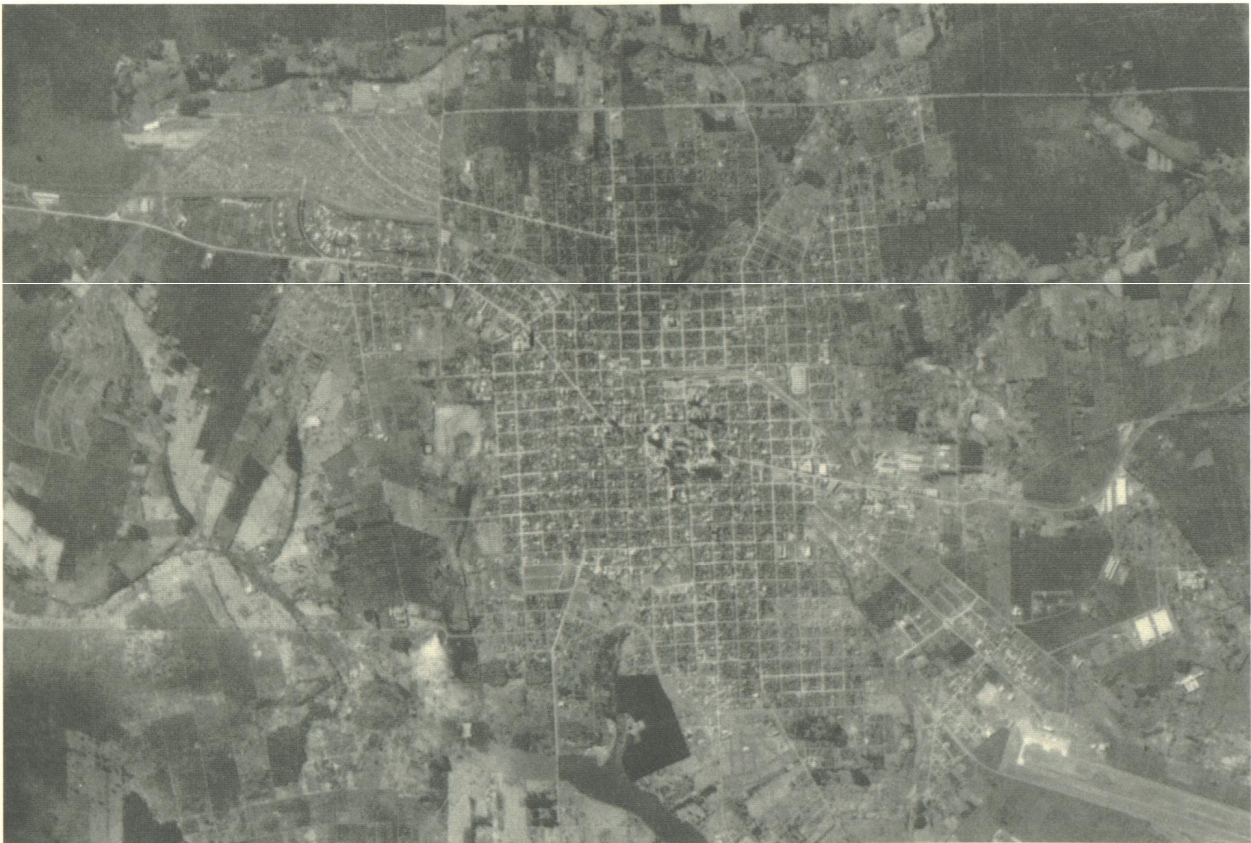


Figura 14: Londrina, 1955.
Fonte: Yamaki (2003, p. 50)

No documento da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (fig. 15 abaixo), também mostrado por Yamaki (2003, p.31), de 1958, ou seja, elaborado 16 anos depois do documento citado anteriormente, traz pela primeira vez a nomenclatura das praças situadas ao longo do eixo da Rua Quintino Bocaiúva e aquelas triangulares situadas nos cantos da elipse central do mapa.

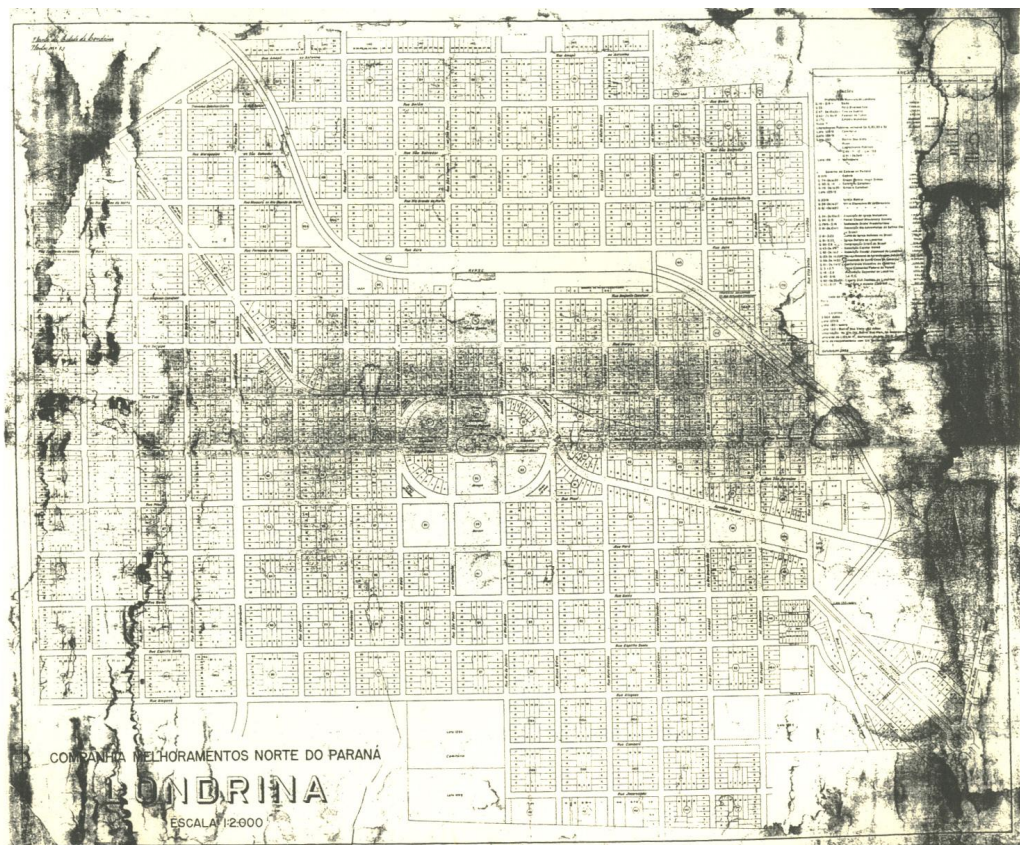


Figura 15: Planta da Cidade de Londrina – Planta n. 13, 1958.

Fonte: Yamaki (2003, p. 31)

A expansão da urbanização pode ser vista na Planta da Cidade de Londrina, produzida pela Geográfica Universal em 1958, visto em Yamaki (2003, pgs. 43-44), que ressalta a criação de novos bairros na periferia da cidade, e o surgimento do Jardim Shangri-Lá:

... o primeiro loteamento projetado obedecendo a Lei 133, lei de loteamento que teve a autoria do engenheiro Prestes Maia. Tinha como característica o traçado em 'T', sistemas de vielas para pedestres e distribuição estratégica de espaços livres. Yamaki (2003, p. 43).

A Vila Casoni já havia sido criada e o bairro Aeroporto começava a se desenvolver, e assim, todas as praças contidas na Lei 216/53 já haviam sido criadas, como podemos observar na fig. 16, abaixo.

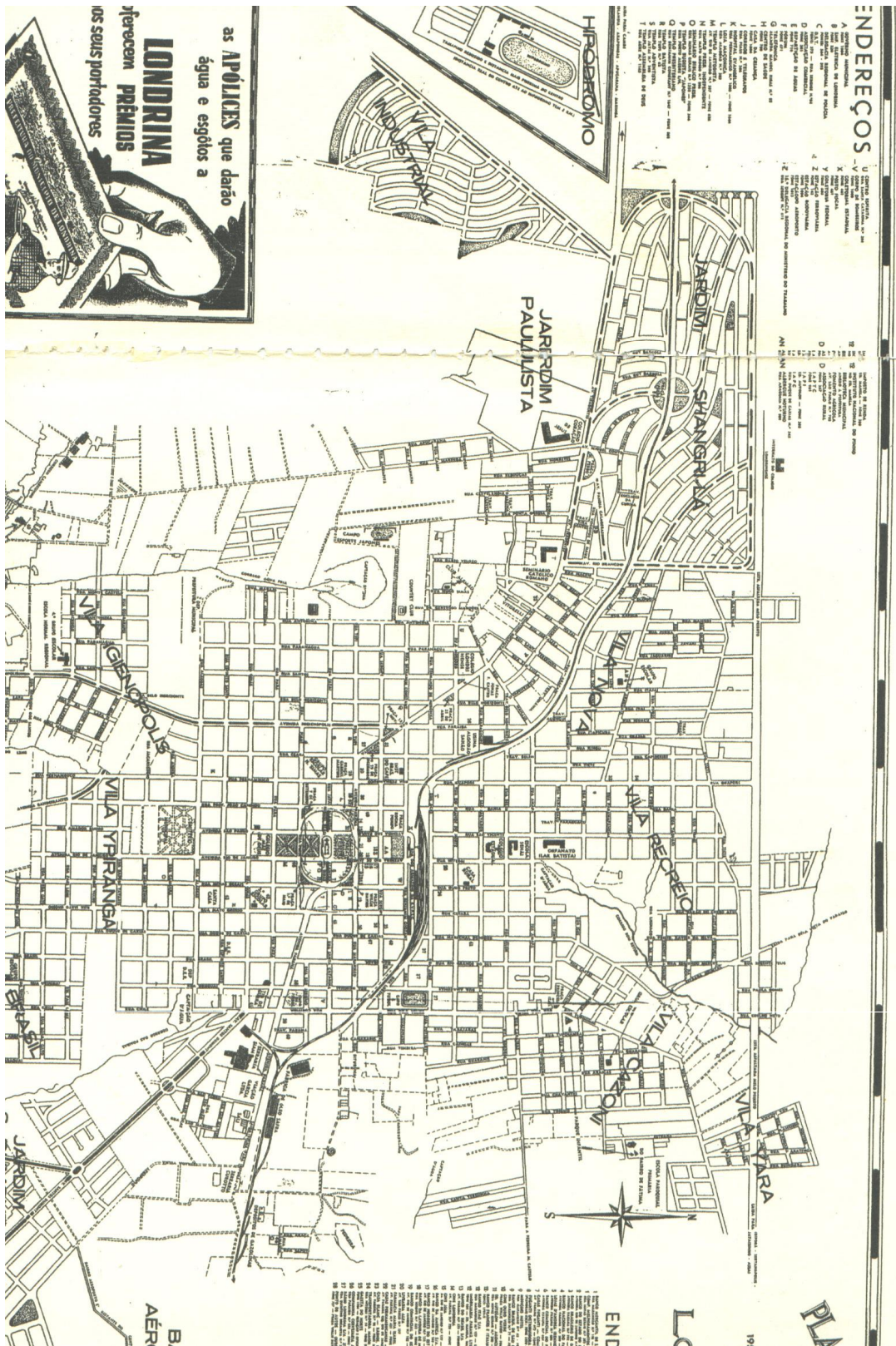


Figura 16: Londrina Detalhe do Mappa Parcial, Estado do Paraná, 1958.
 Fonte: (Yamaki, 2003, p. 25)

Temos as seguintes imagens de satélite (fig. 17 e 18 abaixo),
mostrando a cidade atualmente:



Figura 17: Centro de Londrina, 2007.
Fonte: Google Earth



Figura 18: Jardim Shangri-Lá, 2007.
Fonte: Google Earth

Traçando uma linha temporal relacionada à análise destes documentos, podemos sintetizar:

1932 – “Planta Azul” – A existência do projeto de espaços reservados para “Jardins”, onde hoje encontram-se as praças Marechal Floriano Peixoto e Marechal Cândido Rondon, o Bosque.

1934 – Àqueles espaços anteriormente reservados para “Jardins”, é acrescido, o que hoje faz parte também da Praça Marechal Cândido Rondon ou Bosque, e estes espaços ganham traçados ensejando os traçados dos caminhos de praças.

1938 – O aumento da evidência dos traçados em forma de asterisco nos espaços de implantação das praças, e a observação do surgimento dos espaços triangulares ao longo da Rua Quintino Bocaiúva, que possivelmente destinar-se-iam a espaços públicos, ainda que sem traçado definido.

1939 – O relato de que as duas praças com denominação na época eram a Rui Barbosa, hoje Marechal Floriano Peixoto e a Rocha Pombo.

1949 – A aerofoto referente ao recorte central da cidade traz as praças centrais mostrando o ajardinamento e a sugestão de que já havia sido iniciada a implementação das mesmas.

1952 – Propaganda para a venda de lotes do Jardim Shangri- Lá, trazendo seu mapa já estruturado com o mesmo traçado de hoje.

1955 – A foto aérea deixa clara a implantação do Jardim Shangri-Lá, na região oeste da Cidade de Londrina.

1958 – Os documento trazem pela primeira vez a denominação das praças localizadas ao longo da Rua Quintino Bocaiúva, que são hoje as praças XV de Novembro, 19 de Dezembro, 21 de Abril e Jonas Faria de Castro, e aquelas

triangulares, nos cantos da elipse central que compõe o mapa do traçado da cidade, hoje praças Willie Davids, 1º de Maio, 7 de Setembro e Gabriel Martins.

Um outro mapa datado do mesmo ano mostra também implantados o Jardim Shangri- Lá, a Vila Casoni e o bairro Aeroporto dentre os novos bairros criados na periferia da cidade de Londrina, e todas as praças nomeadas e oficializadas pela Lei 216/53.

Considerações Sobre as Praças de Londrina

De acordo com a observação dos documentos históricos, algumas referências às praças centrais apareciam desde o projeto inicial de Londrina. Sua oficialização e nomeação somente se deram com da Lei 216/53, do ano de 1953, como por exemplo, as praças Marechal Floriano e Rocha Pombo, com seu traçado interno praticamente já definido no ano de 1934, e já conhecidas por seus atuais nomes, no ano de 1939.

O estudo das praças situadas no Jardim Shangri- Lá, revela elas foram projetadas no ano de 1952. Duas delas, a Dom Pedro I e Dom Pedro II, (antigas Praça “1” e “2” do projeto Shangri-Lá) foram oficializadas pela Lei 216/53. A maioria foi oficializada posteriormente, pela Lei 880/64.

De acordo com a Lei 216/53, somente as praças Marechal Floriano Peixoto, Rocha Pombo, Willie Davids e Gabriel Martins já possuíam nomes. Os topônimos das 14 praças estudadas referem-se à datas comemorativas nacionais e personagens históricos.

As praças oficializadas pela Lei 216/53 surgiram em diferentes momentos, a implantação (1932) e posterior expansão urbana do Município. Algumas tiveram outros nomes, antes de receber a denominação oficial em 1953.

3.3 Inventário de Praças de Londrina e seu Caráter : As Praças Oficializadas pela a Lei 216/53

Este trabalho enfoca as 14 praças da Cidade de Londrina que foram oficializadas pela Lei 216/53 de 18 de dezembro de 1953 (anexo III). Esta Lei oficializou e denominou avenidas, ruas, praças e travessas integrantes da malha urbana do distrito da sede do Município de Londrina e entrou em vigor no dia primeiro de janeiro de 1954 e de acordo com a citação original, abrange as 14 seguintes praças:

- 1- Praça Willie Davids
- 2- Praça Gabriel Martins
- 3- Praça 1º de Maio
- 4- Praça 7 de Setembro
- 5- Praça 21 de Abril
- 6- Praça 19 de Dezembro
- 7- Praça XV de Novembro
- 8- Praça Jonas de Faria Castro
- 9- Praça Princesa Isabel
- 10- Praça Santa Cruz
- 11- Praça D. Pedro I
- 12- Praça D. Pedro II
- 13- Praça Floriano Peixoto
- 14- Praça Rocha Pombo

Estas praças foram organizadas em quatro grupos distintos, de acordo com critérios de localização e implantação.

Grupo I: Praças do centro histórico de Londrina.

- 1 – Praça Marechal Floriano Peixoto
- 2 – Praça Rocha Pombo
- 3 – Praça Willie Davids
- 4 – Praça Gabriel Martins
- 5 – Praça 1º de Maio
- 6 – Praça 7 de Setembro



Figura 19: Grupo de Praças I / Satélite, 2007.
Fonte: Google Earth, M.E. P. org.

Grupo II: Praças ao longo do eixo da Rua Quintino Bocaiúva.

- 7 – Praça 19 de Dezembro
- 8 – Praça XV de Novembro
- 9 – Praça 21 de Abril
- 10 – Praça Jonas de Faria Castro



Figura 20: Grupo de Praças II / Satélite, 2007.
Fonte: Google Earth, M.E. P. org.

Grupo III: Praças do bairro Shangri- Lá.

11 – Praça D. Pedro I

12 – Praça D. Pedro II



Figura 21: Grupo de Praças III / Satélite, 2007.

Fonte: Google Earth, M.E. P. org.

Grupo IV: Outras Praças

13 – Praça Princesa Isabel

14 – Praça Santa Cruz



Figuras 22 e 23: Grupo de Praças IV / Satélite, 2007.

Fonte: Google Earth, M.E. P. org.

O primeiro grupo é constituído pelas praças localizadas na região do centro histórico de Londrina que compreende as praças Floriano Peixoto, Rocha Pombo, Willie Davids, Gabriel Martins, 1º de Maio e 7 de Setembro.

O segundo grupo abrange as praças localizadas ao longo do eixo da Rua Quintino Bocaiúva, antigo caminho que levava à cidade de Nova Dantzig, que hoje é chamada Cambé e compreende as quatro praças: 19 de Dezembro, XV de Novembro, 21 de Abril e Jonas de Faria Castro.

Já o terceiro grupo é formado pelas duas praças localizadas no Jardim Shangri-Lá, as praças D. Pedro I e D. Pedro II.

E finalmente o quarto grupo que reúne as duas outras praças citadas pela Lei 216/53, Princesa Isabel e Santa Cruz.

3.3.1 O Inventário e Análise do Caráter das Praças

O inventário consiste na sistematização de informações sobre as praças estudadas. Os dados utilizados para a elaboração do inventário foram coletados por meio de pesquisa bibliográfica e iconográfica, além de visitas aos locais. Organizados de maneira a fornecer um panorama descritivo atual sobre cada praça, permitem a análise do seu caráter.

Procurou-se detalhar alguns itens que colaboram para a construção do caráter, tais como o relevo, a forma, os elementos de mobiliário urbano, o tipo de pavimentação, a vegetação e elementos importantes presentes no entorno de cada praça. Os elementos do mobiliário foram classificados de acordo com os critérios funcionais sugeridos pela Encyclopedia of Public Design (INAJI, 1991), citados no Anexo II (pág. 162) deste trabalho.

A análise, que tem como objetivo identificar o caráter das praças de Londrina será realizada a partir dos critérios apresentados no quadro abaixo.

Critérios Para a Análise do Caráter									
1. Primeira Impressão	2. Relevo	3. Acessos e Circulação Interna	4. Vegetação	5. Mobiliário	6. Vistas	7. Escala	8. História e Significado da Praça	9. História e Significado Visual do Entorno	10. Apropriação pela Comunidade

Quadro 04: Quadro de Avaliação do Caráter das Praças.

Fontes: Bentley et al. (1985) DETR (2000); Jacobs (1999); Llewelyn- Davies(2000); The City Of Edinburgh Council (2003); PPS (2003) e Spaceshaper (2007).

O quadro de análise foi elaborado a partir da sistematização das variáveis consideradas importantes para a construção da identidade de espaços públicos, conforme autores como Jacobs (1999); Bentley et al. (1985) e os Manuais de Design DETR (2000); Llewelyn- Davies (2000); The City Of Edinburgh Council (2003); PPS (2003) e Cabe Space (2007).

Foram adotados dez critérios para a análise das praças, detalhados a seguir:

1. Primeira Impressão: A primeira impressão que causa ao freqüentador. Inclui uma análise geral sobre a aparência, o traçado, a vegetação, o mobiliário, das varias atividades de lazer, o estado de conservação, etc.
2. Relevo: O relevo como elemento marcante, definidor da característica da praça.
3. Acessos e Circulação Interna: Facilidade de acesso e alternativas de movimentação pela praça.
4. Vegetação: A vegetação como elemento marcante na praça. Alguns aspectos importantes são os tipos de espécies plantadas, a organização da vegetação na

praça, o volume da vegetação, o porte das árvores, produção de sombra e a presença de flores.

5. Mobiliário: O mobiliário como elemento de identificação da praça. Os elementos de mobiliário reforçando o traçado da praça. Alguns aspectos negativos podem ser o mobiliário em excesso ou em número reduzido.

6. Vistas: Visibilidade da praça a partir de certa distancia; Controle visual de toda a praça. Eventuais vistas e panoramas que se vislumbram através de locais estratégicos da praça.

7. Escala: Dimensão da praça em relação às edificações do entorno e em relação à escala humana.

8. Historia e Significado da Praça: A carga simbólica das praças. Podemos considerar as praças da lei 216/53 como históricas, pelo tempo que existem.

9. Historia e Significado Visual do Entorno: Edificações, conjuntos de edificações, antigos caminhos e bairros com possibilidade de reconhecimento visual, onde se localiza a praça;

10. Apropriação pela Comunidade: Uso efetivo da praça pela comunidade. Desenvolvimento de atividades variadas de lazer, diárias, sazonais, eventuais.

Para a análise do caráter das praças, adotou-se um sistema de pontuação, que visa identificar quais os pontos positivos, neutros e negativos na construção do caráter das praças. Desta maneira, para cada uma das categorias de análise que compõe o quadro, será atribuído um valor, entre 3 e 1 pontos.

Os elementos percebidos como sendo mais positivos para a formação do caráter, receberão maior pontuação (3 pontos), elementos neutros, pontuação intermediária (2 pontos) e os elementos percebidos como negativos receberão a menor pontuação (1 ponto):

Descrição	Pontuação
Elementos positivos para a construção do caráter da praça.	3
Elementos neutros na construção do caráter da praça.	2
Elementos negativos na construção do caráter da praça.	1

Quadro 05: Tabela de valores para a avaliação do caráter das praças.

A avaliação dos itens que compõe o quadro de análise do caráter das praças será realizada da seguinte maneira:

Critérios de Análise / Características / Atribuição de Valores	POSITIVO (3) Elementos que se destacam ou influenciam positivamente na construção do caráter do espaço público.	NEUTRO (2) Elementos neutros que não influenciam no caráter do espaço.	NEGATIVO (1) Elementos que interferem no espaço de maneira negativa.
1. Primeira Impressão	Espaço atrativo. Causa boa impressão ao freqüentador, seja pela conservação, variedade de atividades que se pode desenvolver nele, pela segurança do local etc.	Espaço indiferente. Que passa despercebido.	Espaço não convidativo ou que causa rejeição.
2. Relevô	Relevô como característica marcante e indissociável do espaço.	Relevô como característica pouco significativa.	Relevô que dificulta o uso da praça.
3. Acessos e Circulação Interna	Facilidade de acesso e de circulação interna.	Local com poucos acessos e circulação interna restrita.	Local de difícil acesso e circulação interna.
4. Vegetação	Presença marcante da vegetação no espaço, pelo porte, volume, distribuição, variedade, sazonalidade.	Vegetação esparsa e pouco significativa para o reconhecimento do local.	*Ausência de vegetação.
5. Mobiliário	Mobiliário como elemento de identificação. Possibilita a diversidade de usos. Distribuição reforçando o traçado.	Mobiliário não marcante para o reconhecimento do local.	Ausência ou excesso de mobiliário.
6. Vistas	Visibilidade à distância e oportunidades de controle visual.	Pouca visibilidade à distância e existência de barreiras visuais internas.	Visibilidade restrita à distância e internamente.
7. Escala	Marcante e adequada ao entorno e ao uso.	Indiferente ao entorno.	Inadequada ao uso.
8. História e Significado da Praça	Associado a fatos históricos e edificações do entorno.	Espaço com pouco significado histórico.	Local sem importância histórica.
9. História e Significado Visual do Entorno	Reconhecimento visual de edificações e elementos históricos no entorno	Presença de poucos elementos históricos de reconhecimento visual representativos no entorno.	Ausência de elementos históricos visíveis no entorno.
10. Apropriação pela Comunidade	Praça com uso intenso e ocorrência de diversificadas atividades em diferentes períodos.	Espaço pouco utilizado, com rara ocorrência de atividades.	Local não utilizado pela comunidade.

Quadro 06: Sistema de pontuação da análise do caráter das praças.

Fonte: Panchoni e Yamaki, 2007.

3.3.1.1. Praça Marechal Floriano Peixoto



Figura 24: Praça Marechal Floriano Peixoto (anos 40). Ajardinamento reforçando o traçado. Vista para a Matriz.

Localização: No centro de Londrina entre ao Catedral e o Calçadão. Conhecida como a Praça da Bandeira, uma pouco provável alusão à bandeira inglesa. Foi chamada de Praça da Matriz, Praça Rui Barbosa e finalmente Marechal Floriano. (YAMAKI, 2006)

Usos: Lazer, passagem de pedestres, comércio de ambulantes.

Relevo: O terreno é levemente inclinado. De acordo com o plano inicial da cidade, está localizada na parte mais alta de Londrina.

Forma: Forma retangular e traçado interno em forma de asterisco.

Mobiliário Urbano: Altar da pátria, ponto de táxi, lixeiras, rampas e escadas, quiosques, floreiras, luminárias, bancos (cópias dos bancos dos anos 1940) e elementos de infra-estrutura tais como banheiros públicos.

Pavimentação: A pavimentação é feita com paver nas cores marrom e vermelho.

Vegetação: Árvores de grande porte, grama e plantas floríferas.

Entorno: Os elementos mais significativos presentes no entorno são o Calçadão e a Catedral Metropolitana de Londrina.



Figura 25: Praça Marechal Floriano Peixoto e Entorno.

Fonte: Google Earth. M.E. P. org., 2007.



Praça Marechal Floriano



Praça Marechal Floriano Peixoto 2006
 Vista interna – destaque para a escala e o mobiliário.

Bairro: Centro
Região: Central
Nº da (o) lei/decreto de criação: Lei nº216
Data de criação: 18.12.1953
Localização: Situada ente as Av. Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro e a Rua Piauí e a Travessa Padre Eugênio Herter, ao lado da Catedral.

Fontes: Câmara Municipal de Londrina - Lei 216/53
 Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL.

Localização da Praça Marechal Floriano Peixoto



Praça Marechal Floriano Peixoto - 2006
 Local de descanso



Praça Marechal Floriano Peixoto - 2006
 Local de encontros



Praça Marechal Floriano Peixoto - 2006
 Manutenção - Limpeza



Praça Marechal Floriano Peixoto - 2006
 Comércio Ambulante – Venda de Alimentos



Praça Marechal Floriano Peixoto - 2006
 Comércio Ambulante – Venda de Artesanato



Praça Marechal Floriano Peixoto - 2006
 Fotógrafo Ambulante – “Lambe-lambe”

Quadro 07: Praça Mal. Floriano Peixoto, 2006

Praça Marechal Floriano - Mobiliário Urbano

Elementos visuais e referenciais

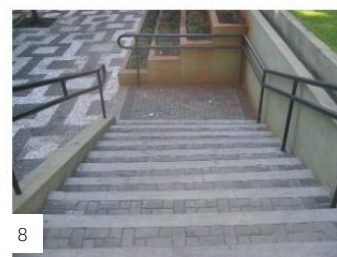
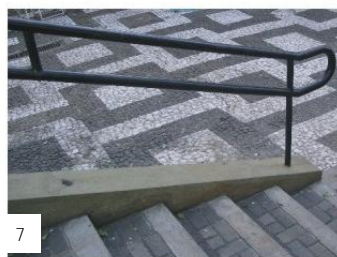


- 1- Altar da Pátria
- 2- Ponto de Táxi
- 3- Banheiro Público
- 4- Lixeira
- 5- Lixeiras para Recicláveis
- 6- Sinalização do Logradouro
- 7- Corrimãos
- 8- Escada Principal
- 9- Escadas Secundárias

Elementos de apoio à circulação e serviços



Elementos de sinalização e ordenação da circulação



Quadro 08: Mobiliário Urbano da Praça Mal. Floriano Peixoto.

Praça Marechal Floriano - Mobiliário Urbano

Elementos de comercialização



10

Elementos de incorporação da natureza



11

Elementos de construção da paisagem noturna



12

13

14

Elementos de lazer



15

11- Kioske (Alimentos) e Lamber-lambe

12- Estrutura para Vegetação (Floreiras)

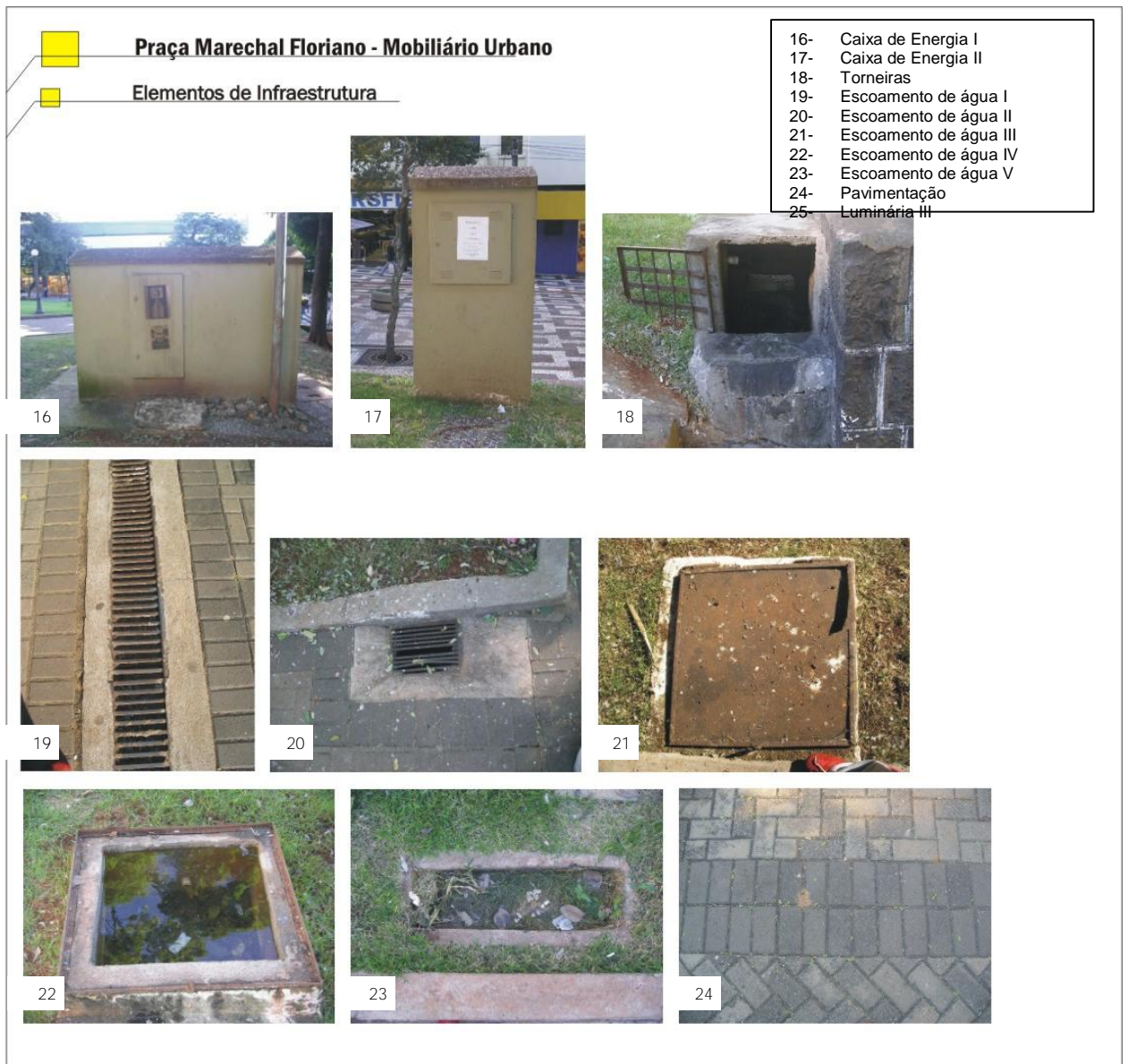
13- Luminária I

14- Luminária II

15- Luminária III

16- Banco "Bola"

Quadro 09: Mobiliário Urbano da Praça Mal. Floriano Peixoto (2).



Quadro 10: Mobiliário Urbano da Praça Floriano Peixoto (3)

Análise do Caráter									
1. Primeira Impressão	2. Relevo	3. Acessos e Circulação Interna	4. Vegetação	5. Mobiliário	6. Vistas	7. Escala	8. História e Significado da Praça	9. História e Significado Visual do Entorno	10. Apropriação pela Comunidade
2	3	2	3	3	3	3	3	3	3

Quadro 11: Quadro de Avaliação do caráter da Praça Marechal Floriano Peixoto

3.3.1.2. Praça Rocha Pombo



Figura 26: Praça Rocha Pombo, 1950/54. Praça com evidente ajardinamento e incorporação de elementos naturais.

Fonte: Castelnou (2002, p. 143)

Localização: No centro de Londrina, entre as Avenidas São Paulo e Rio de Janeiro e a Rua Benjamin Constant, junto à antiga Estação Rodoviária (hoje Museu de Arte de Londrina) e Museu Histórico Pe. Carlos Weiss.

Usos: Lazer, passagem de pedestres e comércio de ambulantes.

Relevo: Terreno inclinado, com desníveis.

Forma: Forma retangular e traçado interno em forma de labirinto.

Mobiliário Urbano: Lixeiras, telefone público, rampas e escadas, quiosques, uma fonte, luminárias, bancos e elementos de infra estrutura.

Pavimentação: A praça é asfaltada.

Vegetação: Árvores de pequeno porte, coqueiros e grama.

Entorno: As principais edificações do entorno da praça, são o Museu Histórico Padre Carlos Weiss, antiga estação ferroviária de Londrina e o Museu de Arte de Londrina, antiga estação rodoviária da cidade. Além disso, fica localizado no entorno da praça, o Terminal Rodoviário Urbano de Londrina, casas bancárias, escritórios e estabelecimentos comerciais variados, e aos Domingos acontece uma feira.

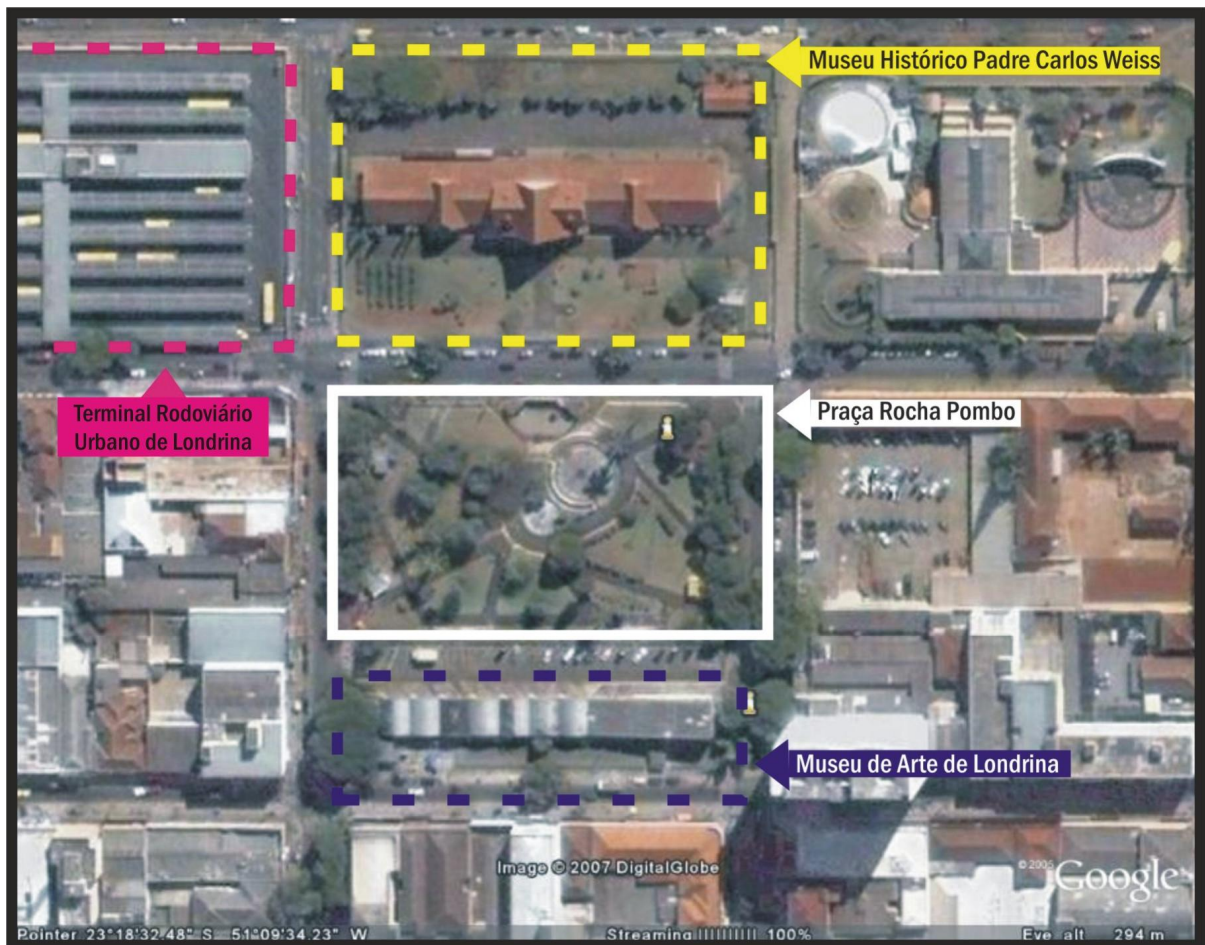
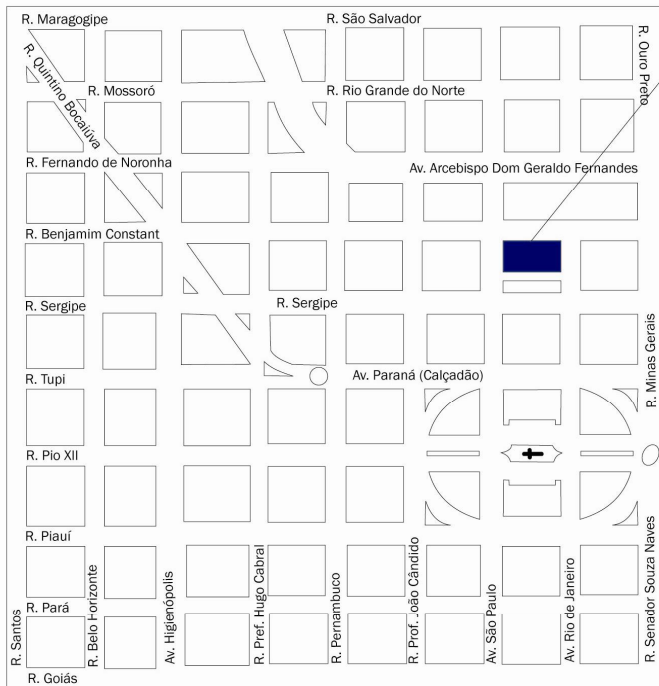


Figura 27: Praça Rocha Pombo e Entorno.
Fonte: Google Earth. M.E. P. org., 2007.



Localização da Praça Rocha Pombo

Praça Rocha Pombo



Praça Rocha Pombo - 2006

Vista frontal da praça, destacando a vegetação.

Bairro: Centro

Região: Central

Nº da (o) lei/decreto de criação: Lei nº216

Data de criação: 18.12.1953

Localização: Situada ente as Av. São Paulo e Rio de Janeiro e a Rua Benjamin Constant.

Fontes: Câmara Municipal de Londrina - Lei 216/53

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL.



Praça Rocha Pombo - 2006
Entrada do Museu Histórico.



Praça Rocha Pombo - 2006
Local de descanso



Praça Rocha Pombo - 2006
Local de encontros



Praça Rocha Pombo - 2006
Comércio Ambulante – Venda de Alimentos



Praça Rocha Pombo - 2006
Comércio Ambulante – Venda de Artesanato



Praça Rocha Pombo - 2006
Comércio Ambulante – Venda de Alimentos

Quadro 12: Praça Rocha Pombo, 2006.

Praça Rocha Pombo - Mobiliário Urbano

Elementos Visuais e Referenciais



- 10- Memorial da Praça
- 11- Ponto de Taxi
- 12- Banheiro Público
- 13- Lixeira
- 14- Telefone Público (Sercomtel)
- 15- Escadarias
- 16- Kioske (Jornal)
- 17- Kioske (Alimentos)
- 18- Kioske (Desativado)

Elementos de Apoio à Circulação e Serviços



Elementos de Sinalização e Ordenação da Circulação



Elementos de Comercialização



* Elementos retirados em 2007.

Quadro 13: Mobiliário Urbano da Praça Rocha Pombo



Quadro 14: Mobiliário Urbano da Praça Rocha Pombo (2)

Análise do Caráter									
1. Primeira Impressão	2. Relevo	3. Acessos e Circulação Interna	4. Vegetação	5. Mobiliário	6. Vistas	7. Escala	8. História e Significado da Praça	9. História e Significado Visual do Entorno	10. Apropriação pela Comunidade
1	2	3	3	2	3	3	3	3	3

Quadro 15: Quadro de Avaliação do caráter da Praça Rocha Pombo

3.3.1.3 Praça Willie Davids



Figura 28: Praça Willie Davids. Traçado marcante e edificações históricas no entorno.
Fonte: Yamaki (2006, p.47)

Localização: No centro de Londrina, entre a Avenida Rio de Janeiro e as Ruas Maranhão, Minas Gerais e Santa Catarina.

Usos: Passagem de pedestres e comércio nos quiosques.

Relevo: Terreno com leve declive.

Forma: Forma triangular. É uma das quatro praças que emolduram a elipse do plano central de Londrina. É cortada por diagonais que formam seu traçado interno.

Mobiliário Urbano: a praça possui um busto de Willie Davids, dois marcos simbólicos, pontos de ônibus, lixeiras, telefones públicos, sinalização, quiosques, floreiras, luminárias e bancos.

Pavimentação: A pavimentação é feita com petit-pavèe, como no Calçadão.

Vegetação: Árvores de portes variados e arbustos.

Entorno: Os principais elementos presentes no entorno da praça são o Cine Ouro Verde, construído nos anos 1950, a ACIL (Associação Comercial e Industrial de Londrina) e o Calçadão.

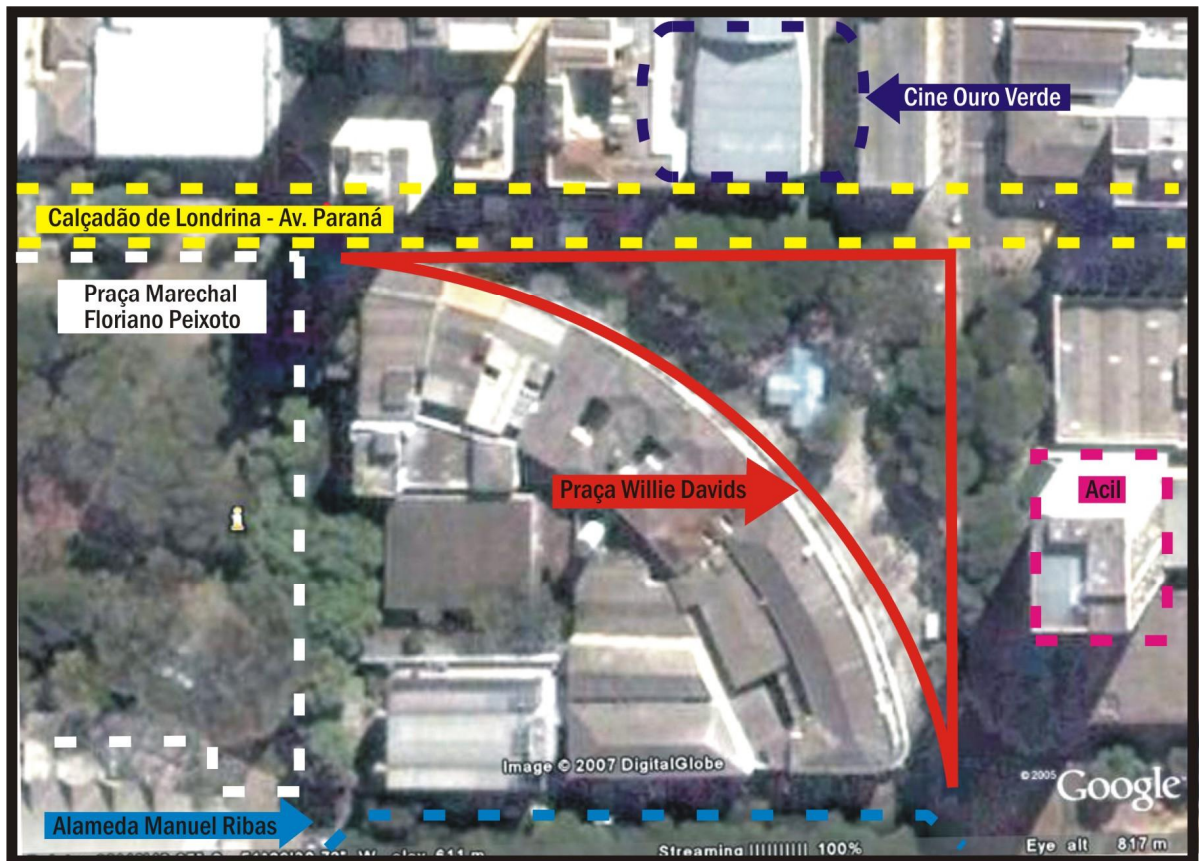


Figura 29: Praça Willie Davids e Entorno.
Fonte: Google Earth. M.E. P. org., 2007.

Localização da Praça Willie Davids

Praça Willie Davids

Praça Willie Davids - 2006

Vista frontal da praça.

Bairro: Centro
Região: Central
Nº da (o) lei/decreto de criação: Lei nº216
Data de criação: 18.12.1953
Localização: Situada ente as Av. Rio de Janeiro e as Ruas Maranhão, Minas Gerais e Santa Catarina.

Fontes: Câmara Municipal de Londrina - Lei 216/53
 Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL.

Praça Willie Davids - 2006
Comércio de Artesanato

Praça Willie Davids - 2006
Kioske - venda de alimentos

Quadro 16: Praça Willie Davids, 2006.

Praça Willie Davids - Mobiliário Urbano

Elementos visuais e referenciais

19- Busto de Willie Davids
 20- Elemento memorial
 21- Elemento memorial
 22- Pontos de ônibus
 23- Lixeira
 24- Telefones Públicos
 25- Sinalização
 26- Kioske (Alimentos)
 27- Kioske (Jornais)
 28- Kioske (desativado)

1  2  3 

Elementos de apoio à circulação e serviços

4  5  6 

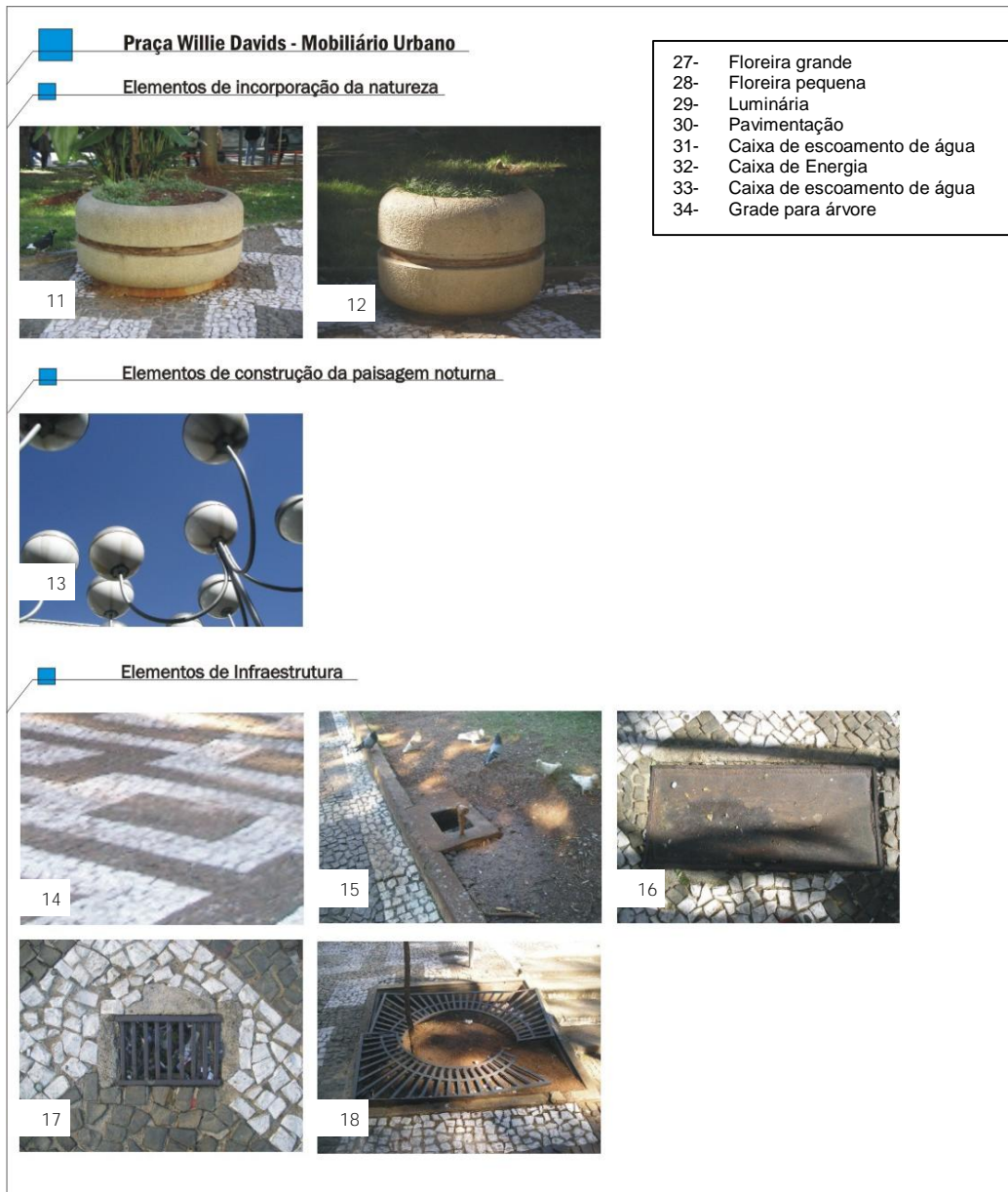
Elementos de sinalização e ordenação da circulação

7 

Elementos de comercialização

8  9  10 

Quadro 17: Mobiliário Urbano da Praça Willie Davids



Quadro 18: Mobiliário Urbano da Praça Willie Davids (2)

Análise do Caráter									
1. Primeira Impressão	2. Relevo	3. Acessos e Circulação Interna	4. Vegetação	5. Mobiliário	6. Vistas	7. Escala	8. História e Significado da Praça	9. História e Significado Visual do Entorno	10. Apropriação pela Comunidade
2	2	2	2	2	1	2	2	3	2

Quadro 19: Quadro de Avaliação do caráter da Praça Willie Davids.

3.3.1.4 Praça Gabriel Martins

Localização: No centro de Londrina, entre a Avenida Paraná e a Rua Professor João Candido e a Alameda Miguel Blasi.

Usos: Lazer e passagem de pedestres, significativo comércio nos quiosques, ambulantes e engraxates.

Relevo: Terreno Plano.

Forma: Forma triangular. É uma das quatro praças que emolduram a elipse do plano central de Londrina.

Mobiliário Urbano: Ponto de táxi, caixa de serviço postal, sinalização, quiosques, floreiras, luminárias e bancos.

Pavimentação: Pavimentação feita com petit pavèe.

Vegetação: Árvores de portes variados e plantas decorativas.

Entorno: Calçadão de Londrina, Alameda Miguel Blasi, Lojas Riachuelo e Americanas, galerias e demais estabelecimentos comerciais.

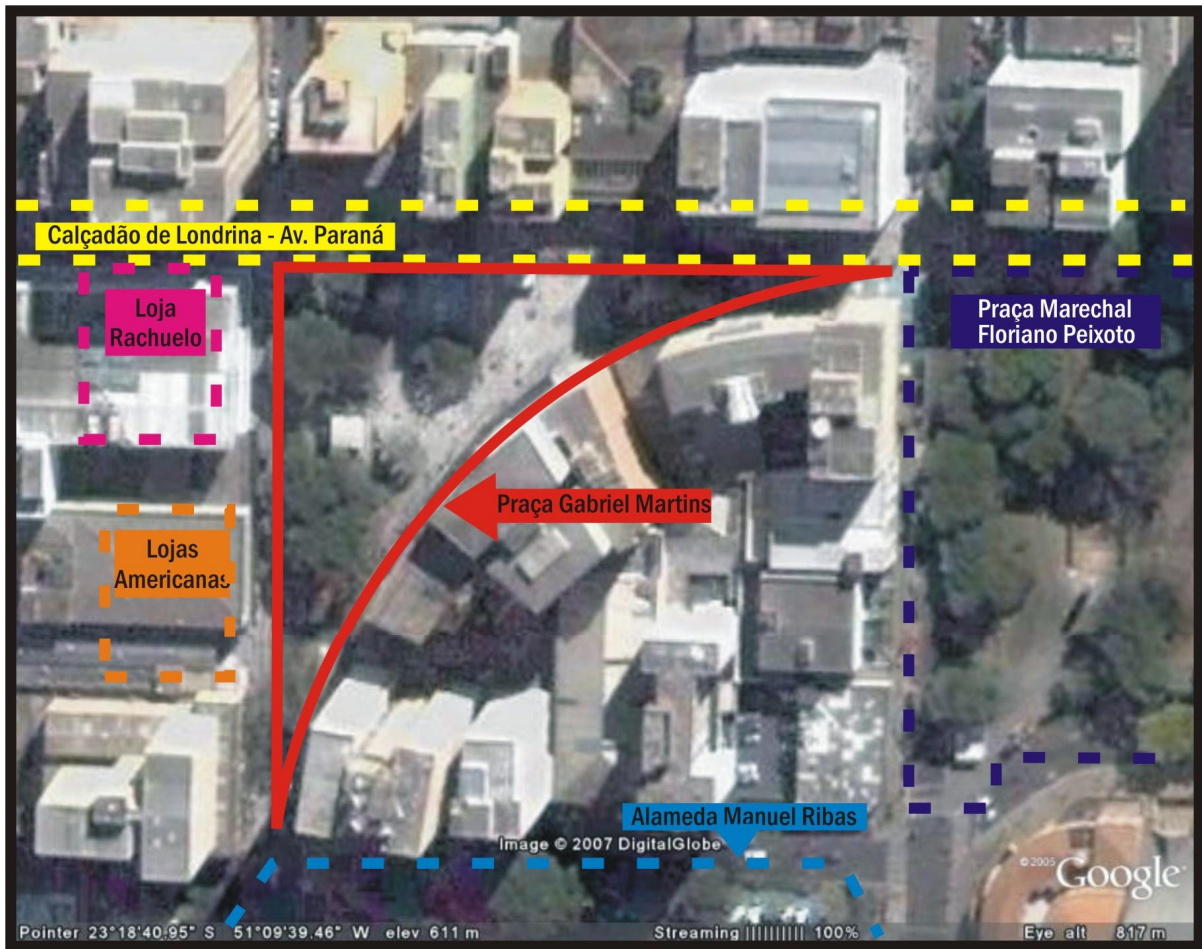
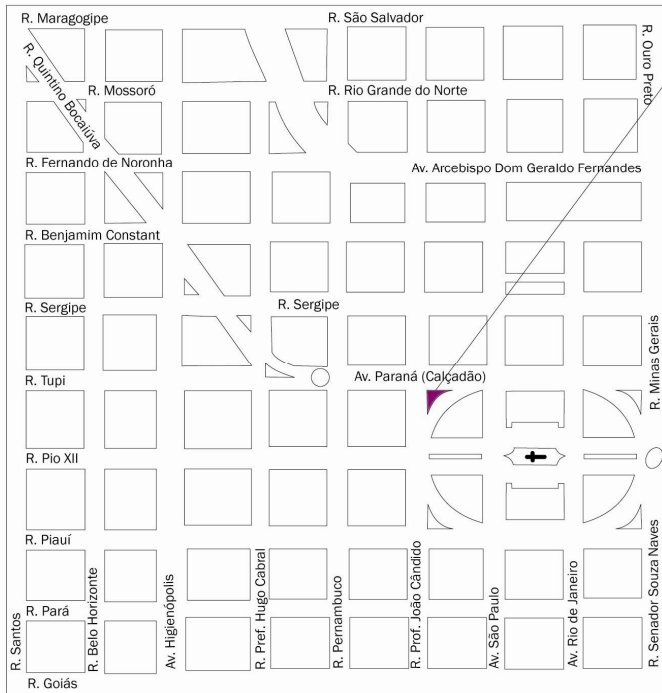


Figura 30: Praça Gabriel Martins e Entorno.
Fonte: Google Earth. M.E. P. org., 2007.



Localização da Praça Gabriel Martins

Praça Gabriel Martins



Praça Gabriel Martins - 2006

Vista geral da praça, destacando a pavimentação e o mobiliário urbano.

Região: Central

Nº da (o) lei/decreto de criação: Lei nº216

Data de criação: 18.12.1953

Localização: Situada ente as Av. Paraná, a Rua Professor João Cândido e a Alameda Miguel Blasi.

Fontes: Câmara Municipal de Londrina - Lei 216/53

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL.



Praça Gabriel Martins - 2006
Local de lazer e comércio



Praça Gabriel Martins - 2006
Acessibilidade – estacionamento para bicicletas

Quadro 20: Praça Gabriel Martins, 2006.

Praça Gabriel Martins - Mobiliário Urbano


Elementos visuais e referenciais


1- Elemento memorial
 2- Ponto de táxi
 3- Caixa dos Correios
 4- Sinalização
 5- Kioske (Alimentos)
 6- Kioske (Alimentos)
 7- Kioske (Flores)


Elementos de apoio à circulação e serviços

Elementos de sinalização e ordenação da circulação

Elementos de comercialização










Quadro 21: Mobiliário Urbano da Gabriel Martins


Praça Gabriel Martins - Mobiliário Urbano

Elementos de incorporação da natureza




8

Elementos de construção da paisagem noturna




9




10

Elementos de lazer



11

Elementos de Infraestrutura



12

8- Floreira
 9- Luminária
 10- Luminária
 11- Banco
 12- Pavimentação

Quadro 22: Mobiliário Urbano da Gabriel Martins (2)

Análise do Caráter																			
1. Primeira Impressão	2	2. Relevô	2	3. Acessos e Circulação Interna	2	4. Vegetação	2	5. Mobiliário	1	6. Vistas	1	7. Escala	2	8. História e Significado da Praça	2	9. História e Significado Visual do Entorno	2	10. Apropriação pela Comunidade	2

Quadro 23: Quadro de Avaliação do caráter da Praça Gabriel Martins

3.3.1.5 Praça 1º de Maio



Figura 31: Praça 1º de Maio. A Concha Acústica.

Fonte: < <http://www.londrina.pr.gov.br/turismo/concha.php3>>

Localização: No centro de Londrina, entre as Ruas Minas Gerais, Piauí e Maestro Egídio C. Amaral.

Usos: Lazer, apresentações, comércio nos quiosques.

Relevo: Terreno Inclinado.

Forma: Forma triangular. É uma das quatro praças que emolduram a elipse do plano central de Londrina.

Mobiliário Urbano: A praça possui a “concha acústica”, o busto de Souza Naves e uma placa em homenagem aos trabalhadores de Londrina, lixeiras, telefones públicos, sinalização, grades e quiosques.

Pavimentação: Praça acimentada.

Vegetação: Árvores de portes variados e grama.

Entorno: No entorno da praça localiza-se o conjunto de prédios Centro Comercial de Londrina, a Casa da Criança e o prédio dos Correios.

* A praça foi reformada em 2007.

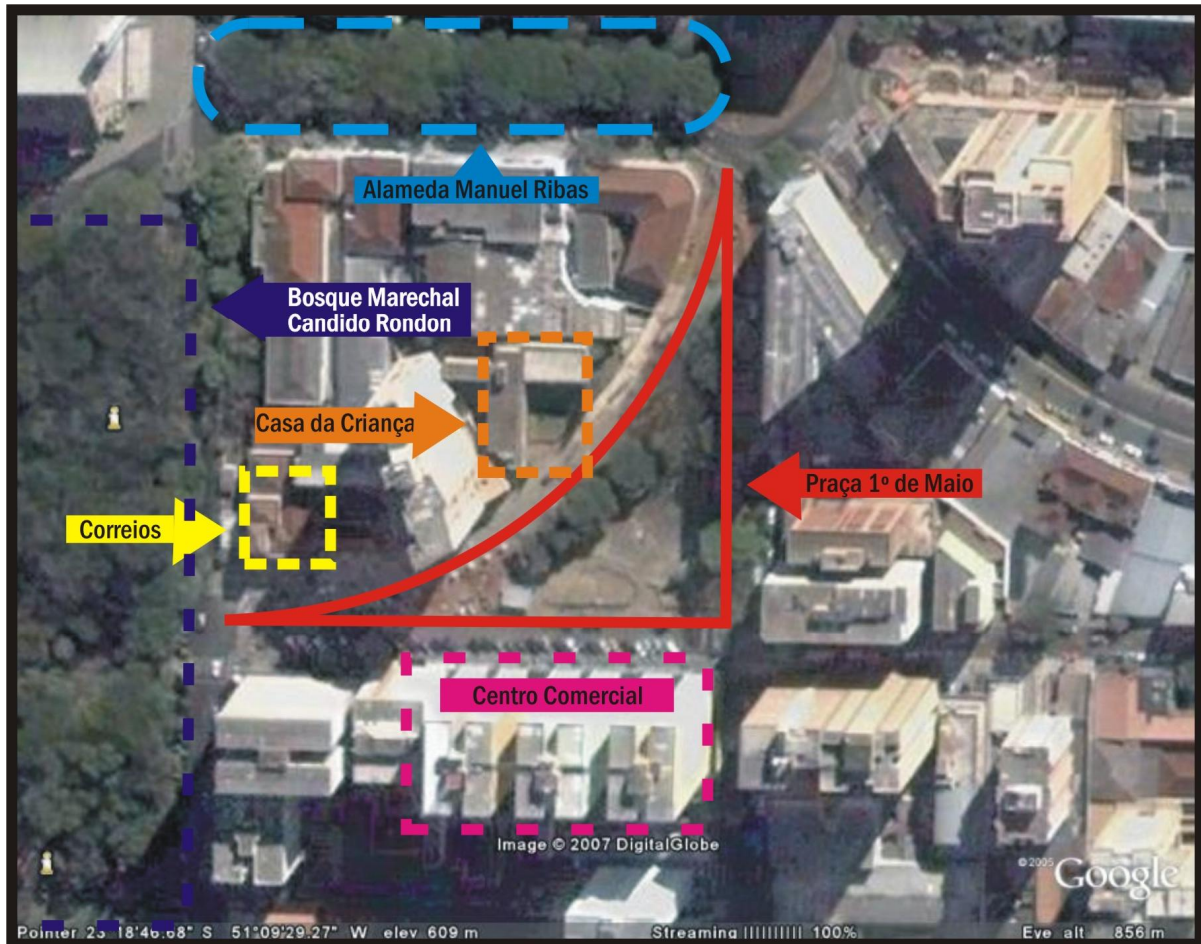


Figura 32: Praça 1º de Maio e Entorno.
Fonte: Google Earth. M.E. P. org., 2007.



Localização da Praça 1º de Maio

Prça 1º de Maio



Prça 1º de Maio - 2006

Destaque para o mobiliário da praça.

Bairro: Centro

Região: Central

Nº da (o) lei/decreto de criação: Lei nº532

Data de criação: 23.02.1960

Localização: Situada ente as Ruas Minas Gerais, Piauí e Maestro Egídio C. Amaral.

Fontes: Câmara Municipal de Londrina - Lei 216/53

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL .



Praca 1º de Maio - 2006

Apropriação pela comunidade



Praca 1º de Maio - 2006

Significado Visual do entorno.



Praca 1º de Maio - 2006

Relevo.

Quadro 24: Praça 1º de Maio, 2006.



Quadro 25: Mobiliário Urbano da 1º de Maio.

Análise do Caráter									
1. Primeira Impressão	2. Relevô	3. Acessos e Circulação Interna	4. Vegetação	5. Mobiliário	6. Vistas	7. Escala	8. História e Significado da Praça	9. História e Significado Visual do Entorno	10. Apropriação pela Comunidade
3	2	2	2	3	2	2	3	3	3

Quadro 26: Quadro de Avaliação do Caráter da Praça 1º de Maio.

3.3.1.6 Praça 7 de Setembro

Localização: No centro de Londrina, entre as Ruas Prof. João Candido, Piauí e Prof. Antônio Fernandes Sobrinho.

Usos: Lazer, passagem de pedestres, comércio nos quiosques.

Relevo: Terreno inclinado.

Forma: Forma triangular. É uma das quatro praças que emolduram a elipse do plano central de Londrina.

Mobiliário Urbano: Possui uma escultura da Nossa Senhora, lixeiras, telefones públicos, sinalização, escadas, quiosques, luminárias elementos de publicidade e bancos.

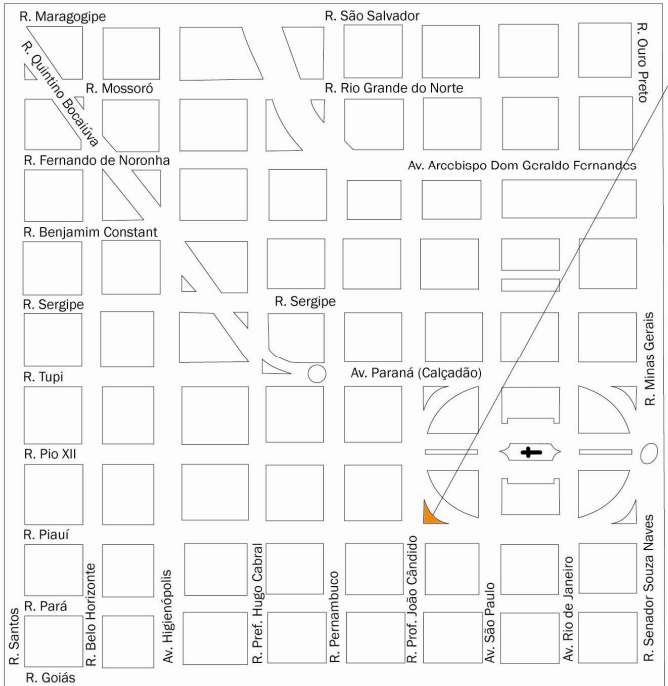
Pavimentação: A pavimentação é feita com petit pavée, com blocos de pedra assentada em sentido circular.

Vegetação: Árvores de portes variados, grama e arbustos e plantas floríferas.

Entorno: Estão presentes no entorno galerias e estabelecimentos comerciais, restaurantes, prédios residenciais.




Figura 33: Praça 7 de Setembro e Entorno.
Fonte: Google Earth. M.E. P. org., 2007.



Localização da Praça 7 de Setembro


Praça 7 de Setembro



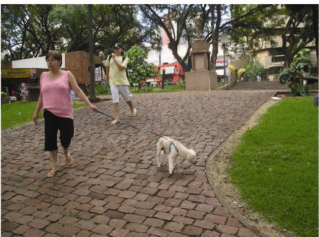
Praça 7 de Setembro - 2006
Destaque a vegetação da praça.

Bairro: Centro
Região: Central
Nº da (o) lei/decreto de criação: Lei nº216
Data de criação: 18.12.1953
Localização: Situada ente as Ruas Professor João Cândido, Piauí e Prefeito Antônio Fernandes Sobrinho.

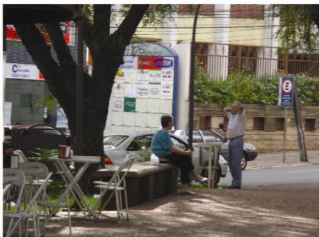
Fontes: Câmara Municipal de Londrina - Lei 216/53
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL.



Praça 7 de Setembro - 2006
Comércio de alimentos



Praça 7 de Setembro - 2006
Acessos e circulação interna.




Praça 7 de Setembro - 2006
Apropriação pela comunidade

Quadro 27: Praça 7 de Setembro, 2006.

Praça 7 de Setembro - Mobiliário Urbano


Elementos visuais e referenciais




1

- 29- Estátua de Nossa Senhora
- 30- Lixeira
- 31- Telefone público
- 32- Sinalização
- 33- Sinalização
- 34- Escadas
- 35- Kioske (Chaves)
- 36- Kioske (Alimentos)
- 37- Kioske (Jornais)

Elementos de apoio à circulação e serviços




2




3


Elementos de sinalização e ordenação da circulação



4

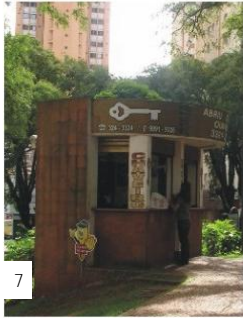


5




6


Elementos de comercialização



7



8




9


Quadro 28: Mobiliário Urbano da Praça 7 de Setembro.

Praça 7 de Setembro - Mobiliário Urbano

Elementos de construção da paisagem noturna




10



11


10- Luminária
 11- Luminária
 12- Publicidade
 13- Bancos
 14- Pavimentação

Elementos de publicidade



12

Elementos de lazer



13

Elementos de infraestrutura



14

Quadro 29: Mobiliário Urbano da Praça 7 de Setembro (2).

Análise do Caráter																			
1. Primeira Impressão	2	2. Relevô	2	3. Acessos e Circulação Interna	2	4. Vegetação	2	5. Mobiliário	2	6. Vistas	1	7. Escala	2	8. História e Significado da Praça	2	9. História e Significado Visual do Entorno	2	10. Apropriação pela Comunidade	2

Quadro 30: Quadro de Avaliação do caráter da Praça 7 de Setembro.

3.3.1.7 Praça 19 de Dezembro



Figura 34: Praça 19 de Dezembro, década de 80. A vegetação marcante.
Fonte: Autor desconhecido.

Localização: No centro de Londrina, entre as Ruas Sergipe, Quintino Bocaiúva e Pref. Hugo Cabral.

Usos: Passagem de pedestres, comércio nos quiosques, canteiro.

Forma: Forma triangular, faz parte do eixo da Rua Quintino Bocaiúva, seu traçado interno é restrito a uma diagonal.

Relevo: Terreno plano.

Mobiliário Urbano: Possui um busto do Presidente Getúlio Vargas, ponto de táxi, lixeiras, telefone público, caixa de serviço postal, sinalização, quiosques, luminárias e bancos.

Pavimentação: A pavimentação é feita com petit pavée.

Vegetação: Árvores de portes variados, arbustos e plantas floríferas.

Entorno: Esta praça fica no eixo da Rua Quintino Bocaiúva, possui no entorno a Rua Sergipe (comércio), o Calçadão da Avenida Paraná além do Hotel Cristal Palace.

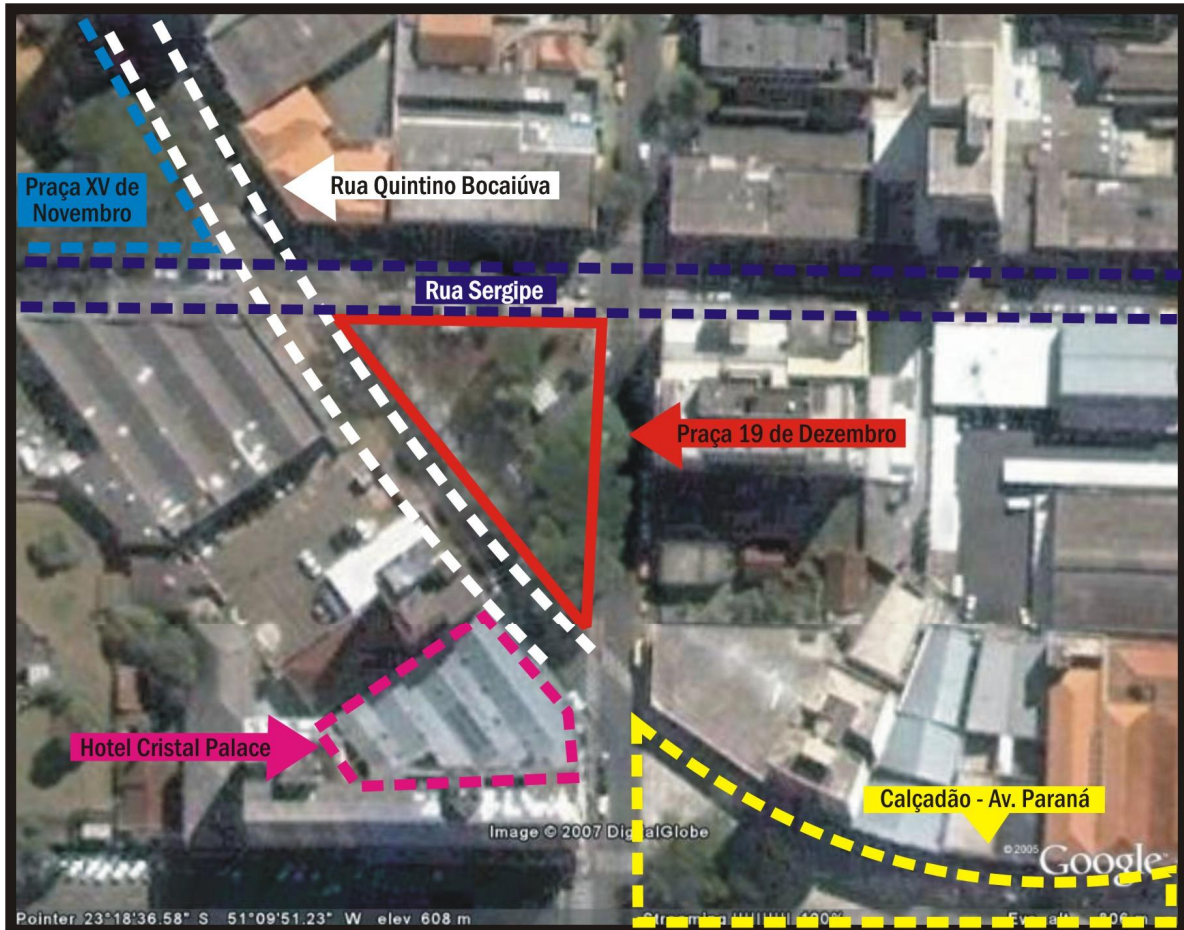


Figura 35: Praça 19 de Dezembro e Entorno.
Fonte: Google Earth. M.E. P. org., 2007.

 Praça 19 de Dezembro

Localização da Praça 19 de Dezembro 2006

Praça 19 de Dezembro - 2006
Vista geral da praça.

Bairro: Centro
Região: Central
Nº da (o) lei/decreto de criação: Lei nº249
Data de criação: 02.12.1954
Localização: Situada ente as Ruas Sergipe, Quintino Bocaiuva e Prefeito Hugo Cabral.

Fontes: Câmara Municipal de Londrina - Lei 216/53
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL.

Praça 19 de Dezembro - 2006
Apropriação pela comunidade

Praça 19 de Dezembro - 2006
Acesso a serviços de taxi.

Praça 19 de Dezembro - 2006
Mobiliário.

Quadro 31: Praça 19 de Dezembro, 2006.

Praça 19 de Dezembro - Mobiliário Urbano

Elementos visuais e referenciais

01- Busto de Getulio Vargas
 02- Ponto de táxi
 03- Lixeira
 04- Telefone público
 05- Caixa dos correios
 06- Sinalização
 07- Kioske (Jornais)
 08- Kioske (Alimentos)

Elementos de apoio à circulação e serviços

Elementos de sinalização e ordenação da circulação

Elementos de comercialização

Quadro 32: Mobiliário Urbano da Praça 19 de Dezembro

Praça 19 de Dezembro - Mobiliário Urbano

Elementos de construção da paisagem noturna

09- Luminárias
10- Banco duplo
11- Pavimentação



Elementos de lazer



Elementos de Infraestrutura



Quadro 33: Mobiliário Urbano da Praça 19 de Dezembro

Análise do Caráter										
1. Primeira Impressão	2	2	1	2	1	2	1	1	2	1
2. Relevô										
3. Acessos e Circulação Interna										
4. Vegetação										
5. Mobiliário										
6. Vistas										
7. Escala										
8. História e Significado da Praça										
9. História e Significado Visual do Entorno										
10. Apropriação pela Comunidade										

Quadro 34: Quadro de Avaliação do caráter da Praça 19 de Dezembro

3.3.1.8 Praça XV de Novembro



Figura 36: Praça XV de Novembro, Década de 80. Árvores como a marca do lugar.
Fonte: Autor desconhecido.

Localização: No centro de Londrina, entre a Av. Higienópolis e as Ruas Quintino Bocaiúva e Sergipe.

Usos: Lazer, recreação, passagem de pedestres, comércio nos quiosques e canteiro.

Relevo: Terreno com declividade.

Forma: Forma triangular. Faz parte do eixo da Rua Quintino Bocaiúva. Seu traçado interno é formado pelos acessos das ruas adjacentes que se encontram ao circundar o parque infantil localizado no centro da praça.

Mobiliário Urbano: Possui um ponto de táxi, banheiro público, um parque infantil, lixeiras, telefones públicos, caixa de serviço postal, sinalização, escadas, quiosques, luminárias e bancos.

Pavimentação: A praça é acimentada.

Vegetação: Árvores de portes variados, grama e arbustos.

Entorno: Fica no eixo da Rua Quintino Bocaiúva, possui no entorno a Rua Sergipe, a Praça 19 de Dezembro, estabelecimentos comerciais, prédios residenciais e uma academia de musculação e esportes (Iron Works Gym).

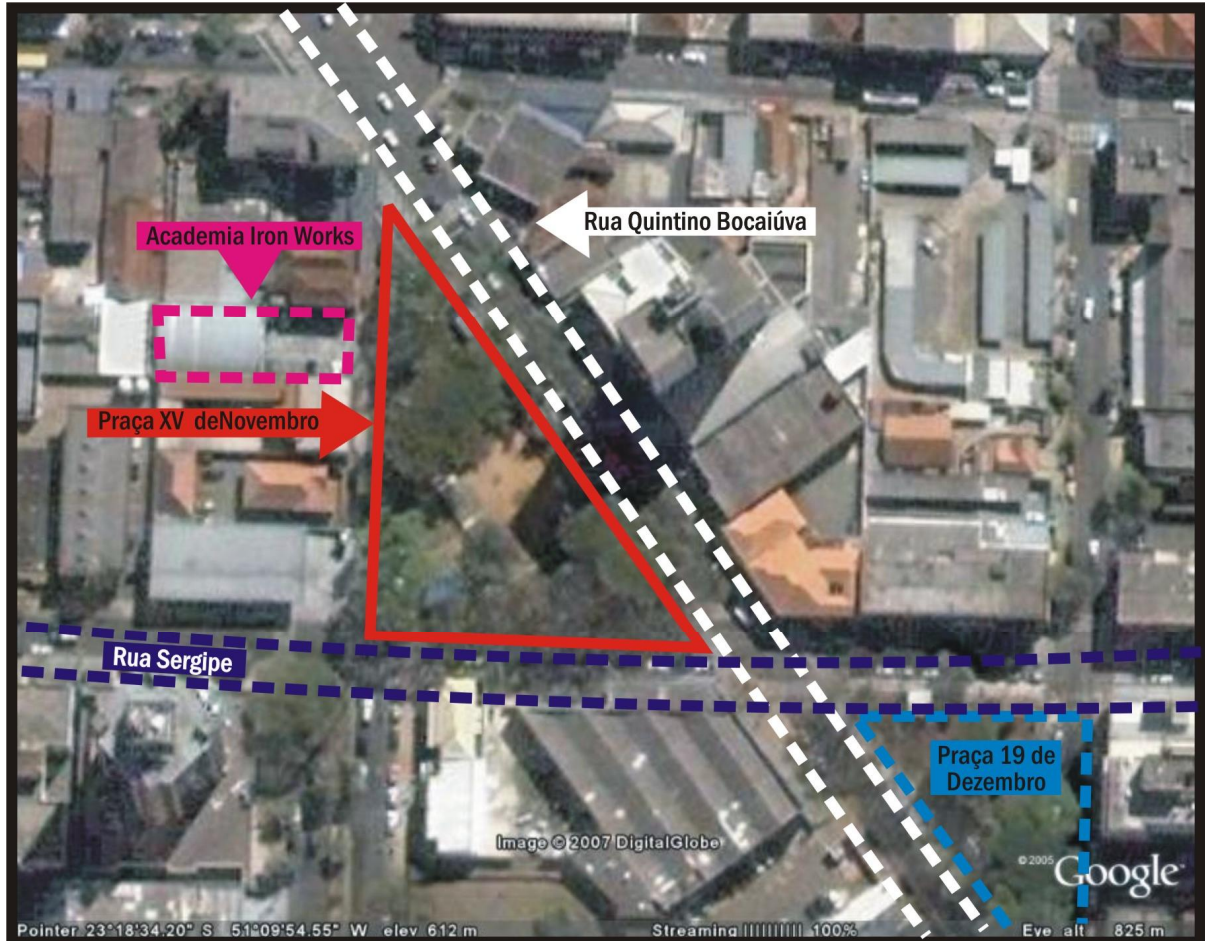


Figura 37: Praça XV de Novembro e Entorno.

Fonte: Google Earth. M.E. P. org., 2007.

Localização da Praça XV de Novembro

Praça XV de Novembro

Praça XV de Novembro - 2006

Um dos acessos à praça. Escada indicando o desnível em relação ao passeio.

Bairro: Centro
Região: Central
Nº da (o) lei/decreto de criação: Lei nº216
Data de criação: 18.12.1953
Localização: Situada ente a Av. Higienópolis e as Ruas Quintino Bocaiuva e Sergipe.

Fontes: Câmara Municipal de Londrina - Lei 216/53
 Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL.

Praça XV de Novembro - 2006
Local de descanso.

Praça XV de Novembro - 2006
Apropriação pela comunidade

Quadro 35: Praça XV de Novembro, 2006.

Praça XV de Novembro - Mobiliário Urbano

Elementos visuais e referenciais



- 01- Placa referencial do parque Infantil
- 02- Ponto de táxi
- 03- Banheiros públicos
- 04- Lixeira
- 05- Lixeira
- 06- Telefone Público
- 07- Caixa dos correios
- 08- Sinalização

Elementos de apoio à circulação e serviços



Elementos de sinalização e ordenação da circulação



Quadro 36: Mobiliário Urbano da Praça XV de Novembro

Praça XV de Novembro - Mobiliário Urbano

Elementos de comercialização



Elementos de incorporação da natureza



Elementos de construção da paisagem noturna



Elementos de publicidade



- 09- Kioske (Jornais)
- 10- Kioske (Jornais)
- 11- Kioske (desativado)
- 12- Floreira
- 13- Luminária
- 14- Publicidade

Quadro 37: Mobiliário Urbano da Praça XV de Novembro (2)



Quadro 38: Mobiliário Urbano da Praça XV de Novembro (3)

Análise do Caráter									
1. Primeira Impressão	2. Relevô	3. Acessos e Circulação Interna	4. Vegetação	5. Mobiliário	6. Vistas	7. Escala	8. História e Significado da Praça	9. História e Significado Visual do Entorno	10. Apropriação pela Comunidade
2	2	1	2	3	2	2	1	2	2

Quadro 39: Quadro de Avaliação do caráter da Praça XV de Novembro

3.3.1.9 Praça 21 de Abril

Localização: No centro de Londrina, entre as Ruas Mossoró, Quintino Bocaiúva e Belo Horizonte.

Usos: Lazer, passagem de pedestres, comércio nos quiosques, canteiro.

Relevo: Terreno plano.

Forma: A praça tem forma triangular. Faz parte do eixo da Rua Quintino Bocaiúva. Seu traçado interno é composto por diagonais irregulares que se encontram no centro da praça.

Mobiliário Urbano: Pontos de ônibus e de táxi, lixeiras, telefones públicos, sinalização, quiosques, luminárias e bancos.

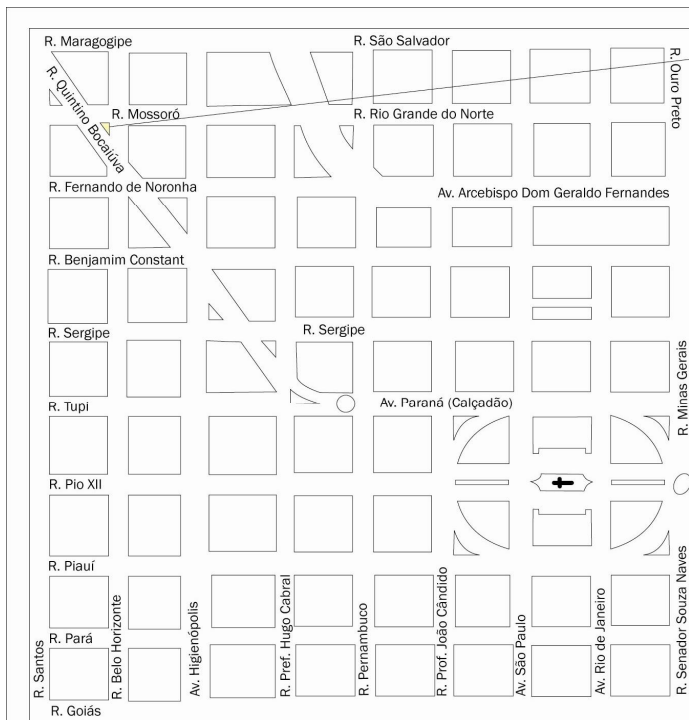
Pavimentação: Praça acimentada.

Vegetação: Árvores de grande porte, coqueiros e grama.

Entorno: A praça fica localizada no eixo da Rua Quintino Bocaiúva, possui em seu entorno estabelecimentos comerciais e prédios residenciais.



Figura 38: Praça 21 de Abril e Entorno.
Fonte: Google Earth. M.E. P. org., 2007.



Localização da Praça 21 de Abril



Apropriação pela comunidade

Praça 21 de Abril



Praça 21 de Abril - 2006

Destaque para a escala e a vegetação da praça.

Bairro: Centro

Região: Central

Nº da (o) lei/decreto de criação: Lei nº216

Data de criação: 18.12.1953

Localização: Situada ente as Ruas Mossoró, Quintino Bocaiuva e Belo Horizonte.





Fontes: Câmara Municipal de Londrina - Lei 216/53

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL.

Quadro 40: Praça 21 de Abril, 2006.


Praça 21 de Abril - Mobiliário Urbano

Elementos de Apoio à Circulação e Serviços




1- Pontode ônibus
2- Ponto de táxi
3- Lixeira
4- Telefones públicos

Elementos de Sinalização e Ordenação da Circulação



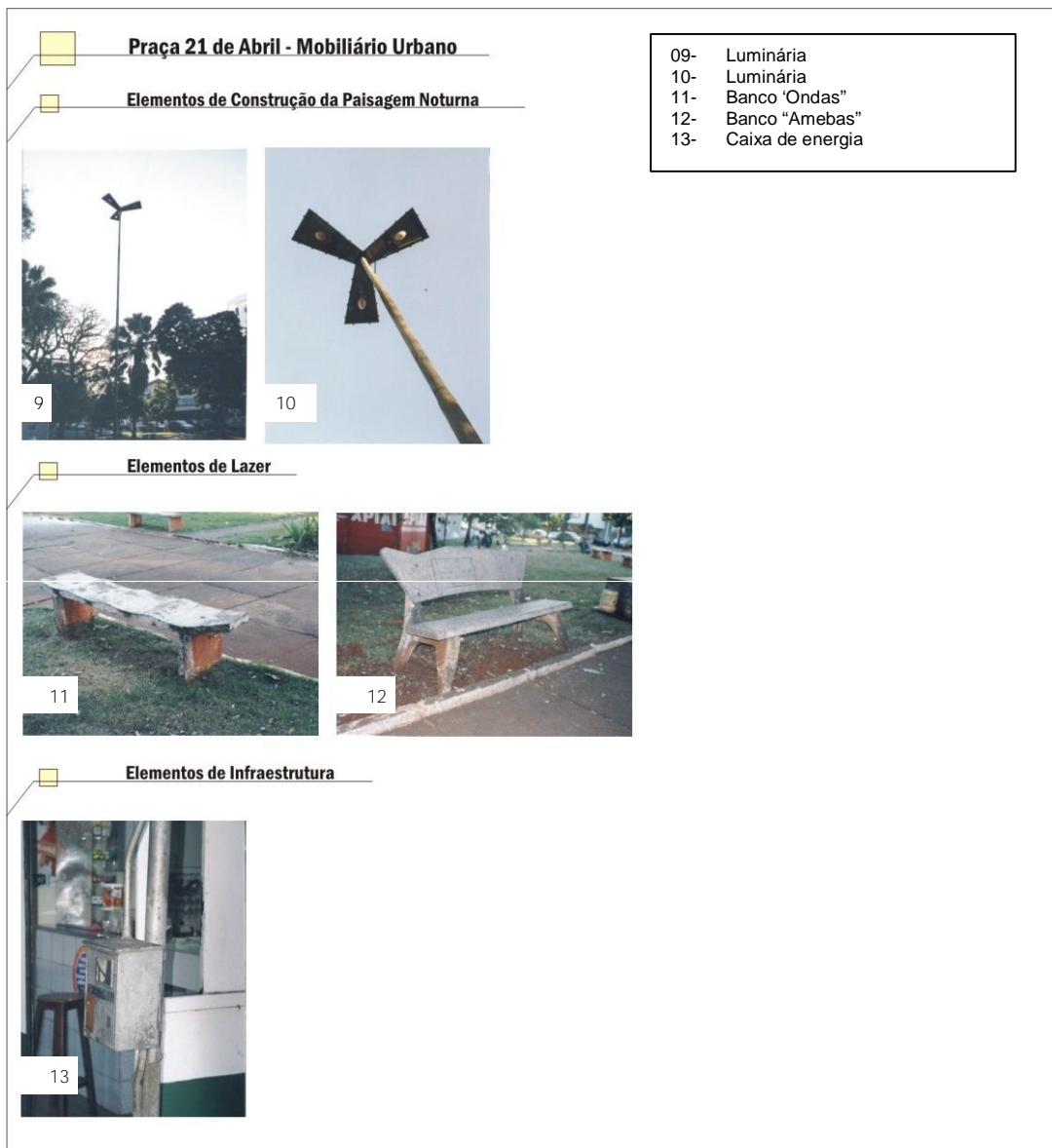
5- Sinalização

Elementos de Comercialização

6- Kioske (Alimentos)
7- Kioske (Alimentos)
8- Kioske (Jornais)

Quadro 41: Mobiliário Urbano da Praça 21 de Abril



Quadro 42: Mobiliário Urbano da Praça 21 de Abril (2)

Análise do Caráter									
1. Primeira Impressão	2. Relevô	3. Acessos e Circulação Interna	4. Vegetação	5. Mobiliário	6. Vistas	7. Escala	8. História e Significado da Praça	9. História e Significado Visual do Entorno	10. Apropriação pela Comunidade
1	2	2	3	1	1	1	2	2	1

Quadro 43: Quadro de Avaliação do caráter da Praça 21 de Abril

3.3.1.10 Praça Jonas Faria de Castro



Figura 39: Praça Jonas Faria de Castro, Década de 80. Praça aprazível com densa vegetação.

Fonte: Desconhecida

Localização: No centro de Londrina, entre as Ruas Santos, Mossoró e Quintino Bocaiúva.

Usos: Passagem de pedestres, comércio nos quiosques, canteiro.

Relevo: Terreno plano.

Forma: Forma triangular. Faz parte do eixo da Rua Quintino Bocaiúva. Seu traçado interno é formado pelos acessos às ruas adjacentes e uma diagonal.

Vegetação: árvores de grande porte e grama.

Mobiliário Urbano: Quiosques, rampas, luminárias e bancos.

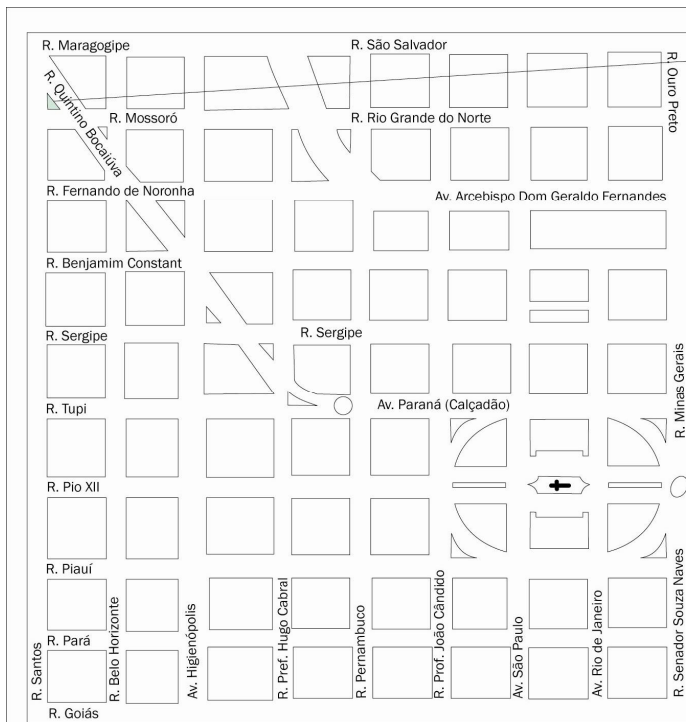
Pavimentação: Praça acimentada.

Entorno: A praça localiza-se no eixo da Rua Quintino Bocaiúva, possui no seu entorno a Praça 21 de Abril, estabelecimentos comerciais, prédios residenciais e um

terreno vazio (onde antes era localizado o Colégio Londrinense e o antigo Colossinho).



Figura 40: Praça Jonas Faria de Castro e Entorno.
Fonte: Google Earth. M.E. P. org., 2007.



Localização da Praça Jonas Faria de Castro

Praça Jonas Faria de Castro



Praça Jonas Faria de Castro - 2006

Destaque para o volume da vegetação.

Bairro: Centro

Região: Central

Nº da (o) lei/decreto de criação: Lei nº216

Data de criação: 18.12.1953

Localização: Situada ente as Ruas Santos, Mossoró e Quintino Bocaiúva.

Fonte: Câmara Municipal de Londrina - Lei 216/53

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL.

Quadro 44: Praça Jonas Faria de Castro, 2006.

Praça Jonas de Faria Castro - Mobiliário Urbano

Elementos Visuais e Referenciais



1

- 01- Elemento memorial desativado
- 02- Pontos de taxi
- 03- Rampa de acesso
- 04- Telefones Públicos
- 05- Sinalização
- 06- Kioske (Alimentos)
- 07- Kioske (Alimentos)
- 08- Kioske (desativado)

Elementos de Apoio à Circulação e Serviços



2

Elementos de Sinalização e Ordenação da Circulação



3

Elementos de Comercialização



4

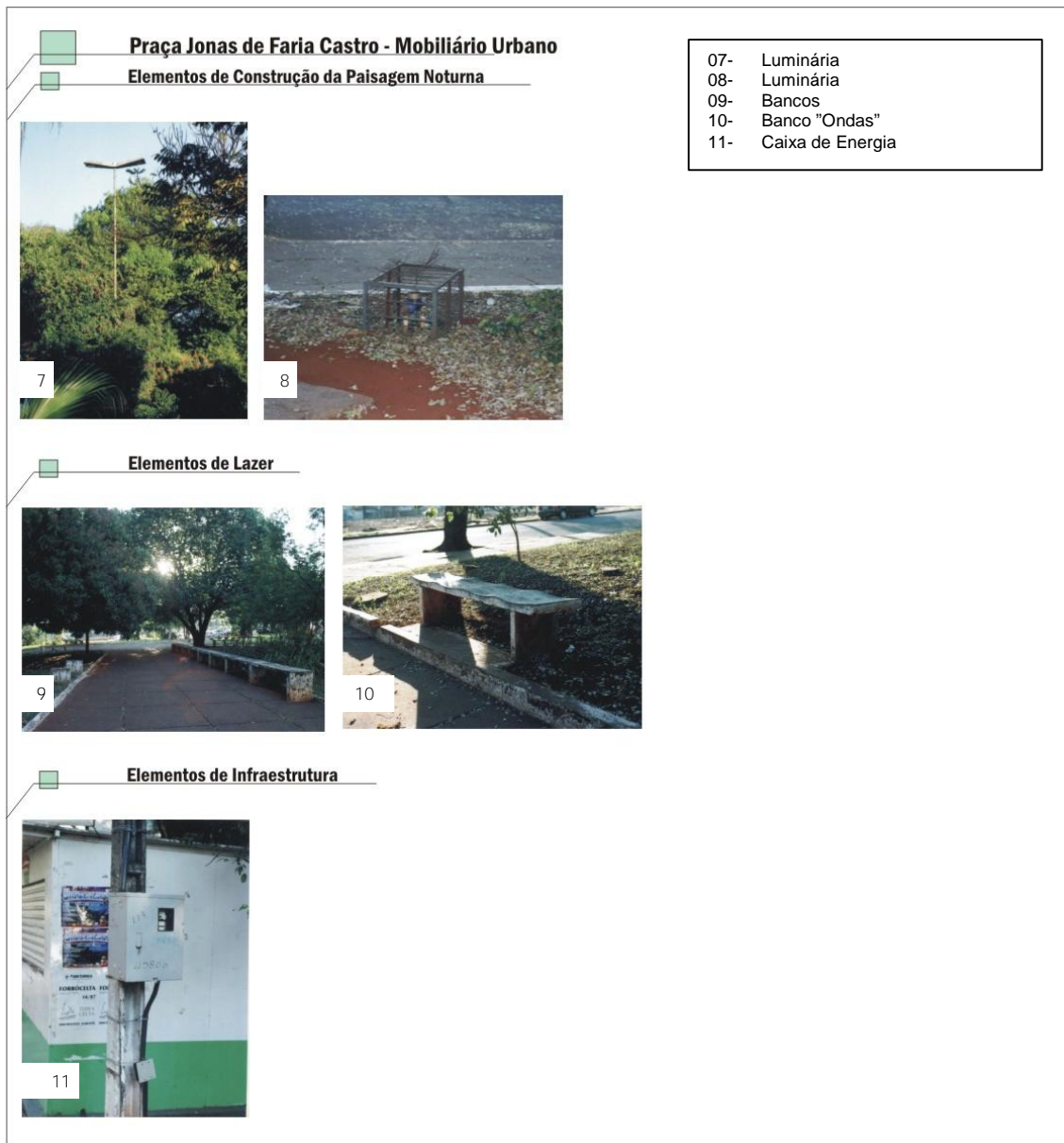


5



6

Quadro 45: Mobiliário Urbano da Praça Jonas Faria de Castro



Quadro 46: Mobiliário Urbano da Praça Jonas Faria de Castro (2)

Análise do Caráter									
1. Primeira Impressão	2. Relevo	3. Acessos e Circulação Interna	4. Vegetação	5. Mobiliário	6. Vistas	7. Escala	8. História e Significado da Praça	9. História e Significado Visual do Entorno	10. Apropriação pela Comunidade
1	2	2	3	1	1	1	2	3	1

Quadro 47: Quadro de Avaliação do caráter da Praça Jonas Faria de Castro

3.3.1.11 Praça D. Pedro I

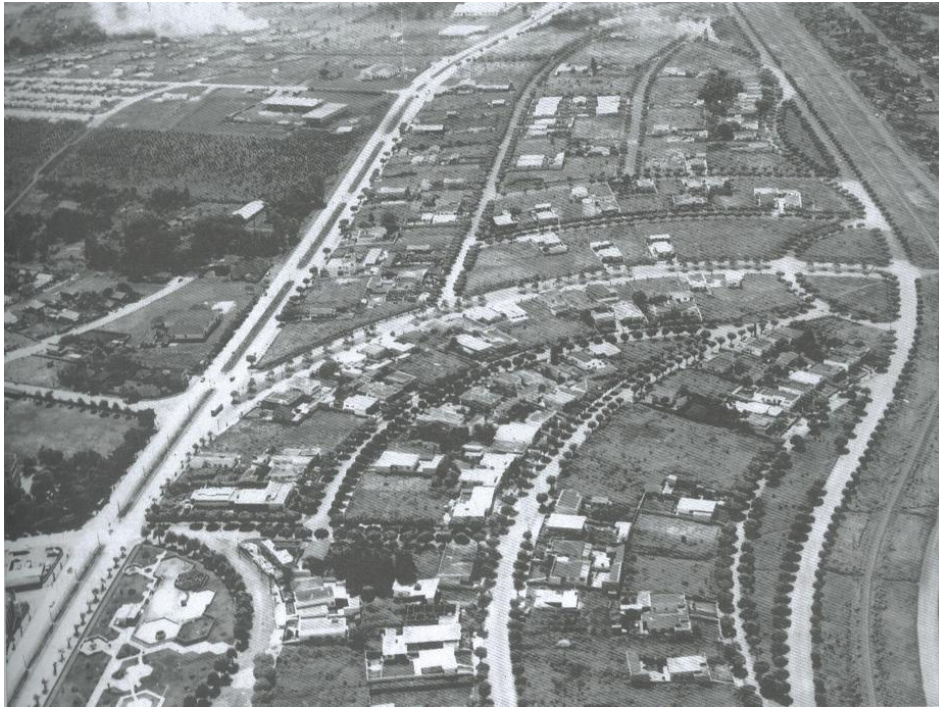


Figura 41: Vista aérea do Jardim Shangri-lá, anos 60. A vegetação pontuando o traçado do novo bairro.

Fonte: Yamaki (2006 p. 71)

Localização: No bairro Jardim Shangri-Lá A, entre a Avenida Tiradentes e a Rua Gustavo Barroso.

Usos: Lazer, recreação, passagem de pedestres, canteiro viário.

Relevo: Terreno inclinado.

Forma: Praça com forma semicircular, seu traçado interno é formado por duas diagonais com canteiros em forma hexagonal.

Mobiliário Urbano: Um módulo policial, lixeiras, telefone público, pontos de ônibus, luminárias, bancos e parque infantil.

Pavimentação: A pavimentação é feita com piso de concreto de formato hexagonal.

Vegetação: Árvores de portes variados e grama.

Entorno: Possui no entorno o Colégio Marista de Londrina, uma lanchonete do McDonalds, estabelecimentos comerciais, prédios residenciais e a Avenida Tiradentes.

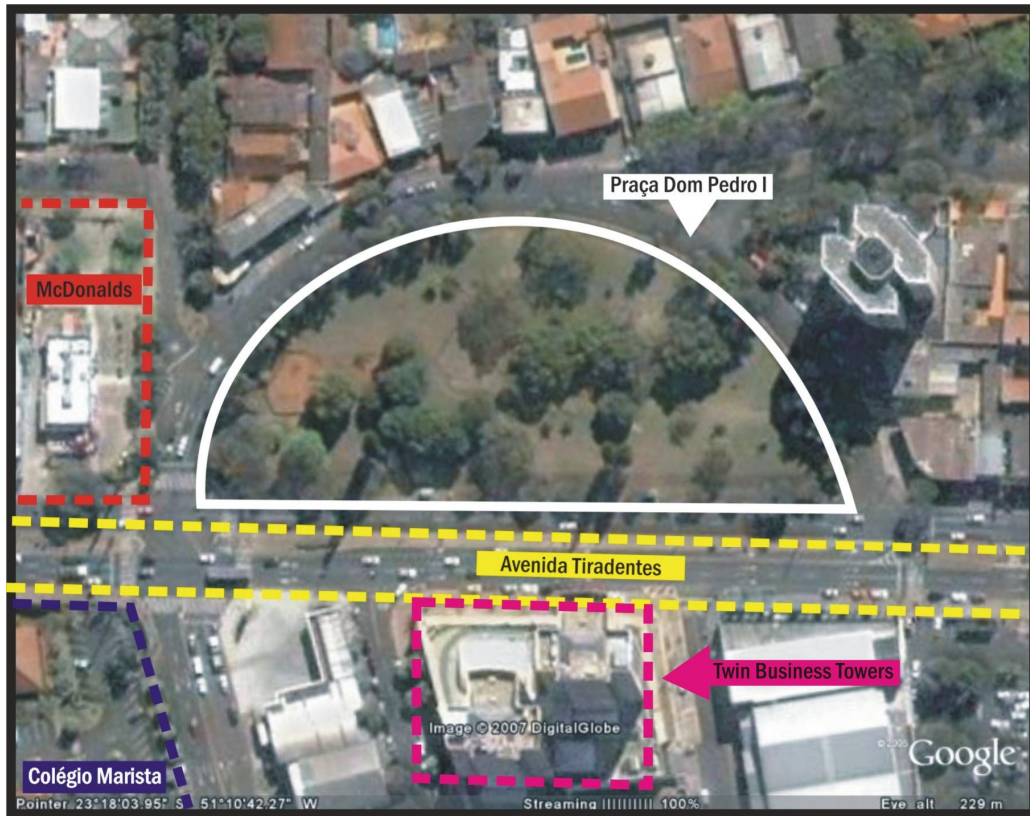
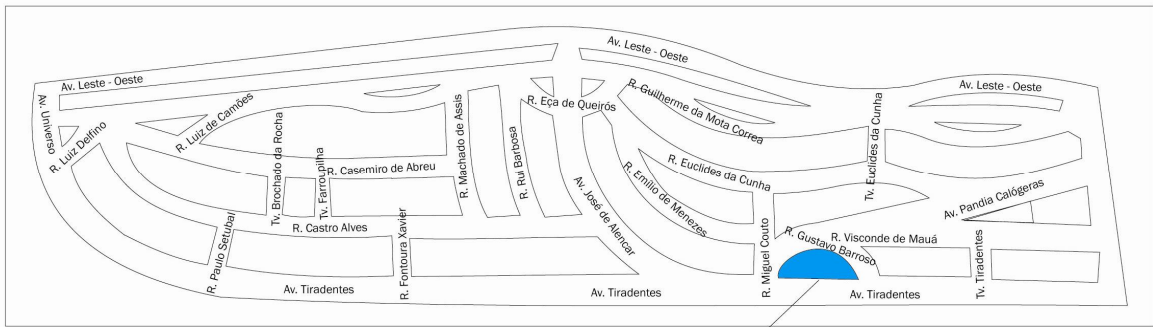


Figura 42: Praça Dom Pedro I e Entorno.
Fonte: Google Earth. M.E. P. org., 2007.



Localização da Praça Dom Pedro I



Praça Dom Pedro I - 2006

Destaque para a escala e a vegetação da praça.



Praça Dom Pedro I

Bairro: Shangri- Lá A

Região: Oeste

Nº da (o) lei/decreto de criação: Lei nº 216

Data de criação: 18.12.1953

Localização: Situada ente a Av. Tiradentes e a Rua Gustavo Barroso.

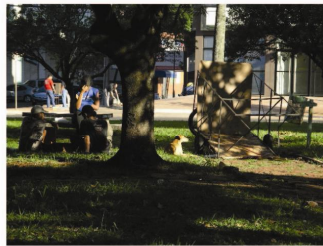
Fontes: Câmara Municipal de Londrina - Lei 216/53

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL.



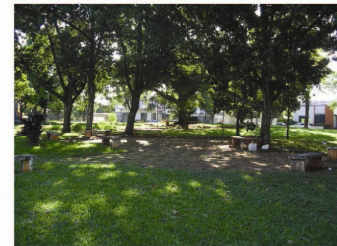
Praça Dom Pedro I - 2006

Vegetação.



Praça Dom Pedro I - 2006

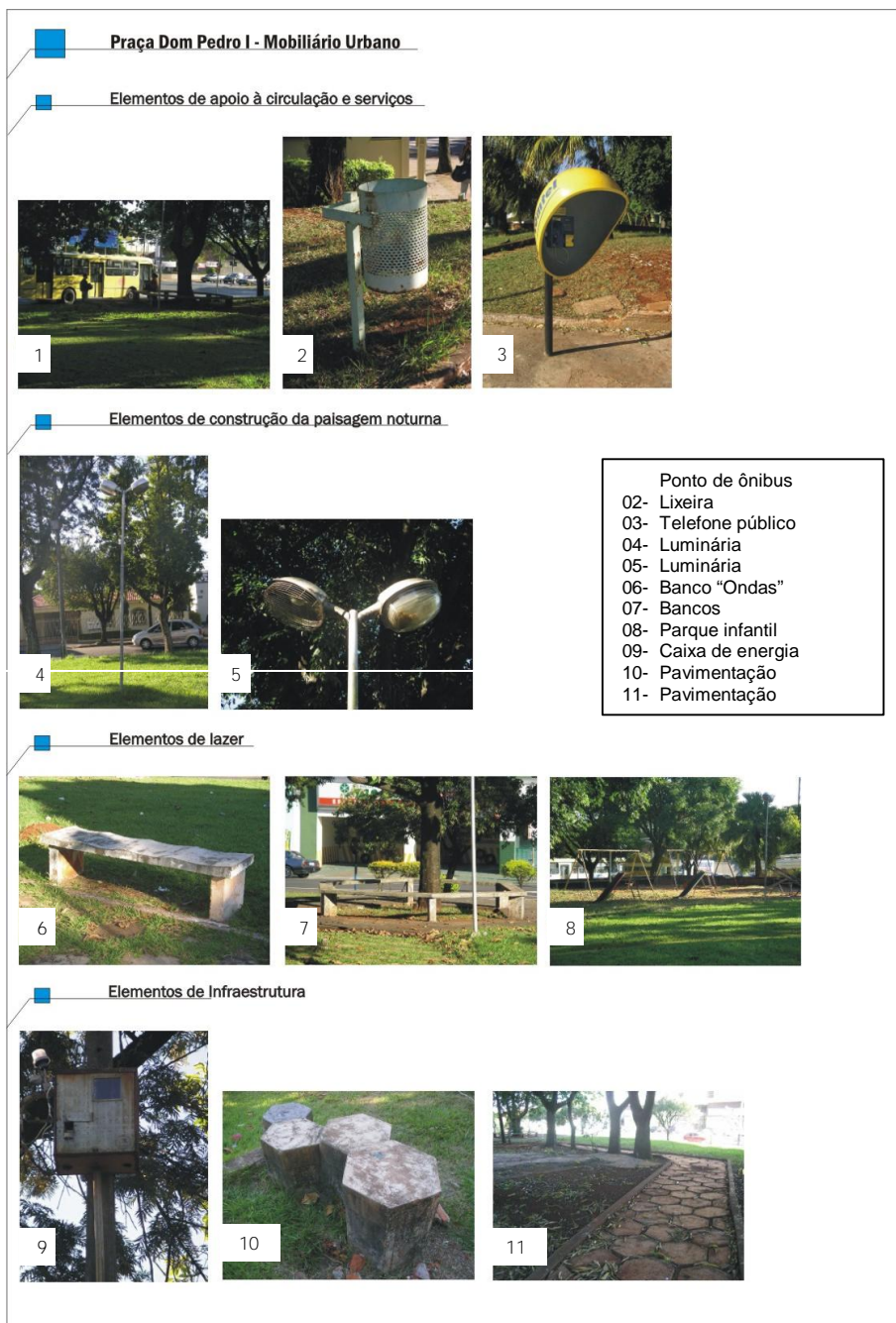
Apropriação pela comunidade



Praça Dom Pedro I - 2006

Acessos e circulação interna.

Quadro 48: Praça D. Pedro I, 2006.



Quadro 49: Mobiliário Urbano da Praça D. Pedro I

Análise do Caráter									
1. Primeira Impressão	2. Relevo	3. Acessos e Circulação Interna	4. Vegetação	5. Mobiliário	6. Vistas	7. Escala	8. História e Significado da Praça	9. História e Significado Visual do Entorno	10. Apropriação pela Comunidade
2	3	2	3	3	2	3	2	3	2

Quadro 50: Quadro de Avaliação do caráter da Praça D. Pedro I

3.3.1.12 Praça D. Pedro II

Localização: No bairro Jardim Shangri-Lá A, entre as Av. Leste-Oeste e José de Alencar e a Rua Eça de Queiroz.

Usos: Passagem de pedestres, canteiro viário.

Relevo: Terreno plano.

Forma: A forma da praça é $\frac{1}{4}$ de círculo. Seu traçado interno é restrito a um caminho que corta a praça diagonalmente.

Mobiliário Urbano: Ponto de ônibus, telefone público, luminárias.

Pavimentação: Placas de cimento.

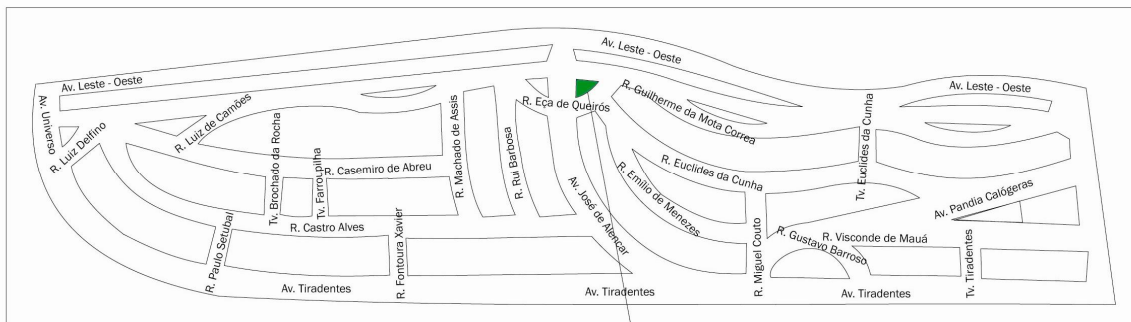
Vegetação: Árvores de médio porte e grama.

Entorno: É uma área residencial.



Figura 43: Praça Dom Pedro II e Entorno.

Fonte: Google Earth. M.E. P. org., 2007.



Localização da Praça Dom Pedro II



Praça Dom Pedro II - 2006

Vista geral da praça.

Praça Dom Pedro II

Bairro: Shangri- Lá A

Região: Central

Nº da (o) lei/decreto de criação: Lei nº216

Data de criação: 18.12.1953

Localização: Situada ente a Avs. Leste Oeste e José de Alencar e a Rua Eça de Queiroz.

Fonte: Câmara Municipal de Londrina - Lei 216/53

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL.

Quadro 51: Praça D. Pedro II, 2006.

Praça Dom Pedro II - Mobiliário Urbano

Elementos de apoio à circulação e serviços



1



2

01- Ponto de ônibus
 12- Telefone Público
 13- Sinalização
 14- Pontos de ônibus
 15- Luminária
 16- Poste
 17- Pavimentação

Elementos de sinalização e ordenação da circulação



3

Elementos de construção da paisagem noturna



4

Elementos de Infraestrutura



5



6

Quadro 52: Mobiliário Urbano da Praça D. Pedro II

Análise do Caráter									
1. Primeira Impressão	2. Relevo	3. Acessos e Circulação Interna	4. Vegetação	5. Mobiliário	6. Vistas	7. Escala	8. História e Significado da Praça	9. História e Significado Visual do Entorno	10. Apropriação pela Comunidade
1	2	1	2	1	1	1	1	2	1

Quadro 53: Quadro de Avaliação do caráter da Praça D. Pedro II

3.3.1.13 Praça Princesa Isabel

Localização: Localizada na Vila Portuguesa, entre a Av. Jorge Casoni e a Rua Guaicurus.

Usos: Canteiro viário.

Relevo: Terreno inclinado.

Forma: Forma irregular. Traçado interno irregular.

Mobiliário Urbano: Lixeiras, bancos e luminárias.

Pavimentação: Acimentada.

Vegetação: Árvores de médio porte, pinheiros e grama.

Entorno: Estabelecimentos comerciais e residências.

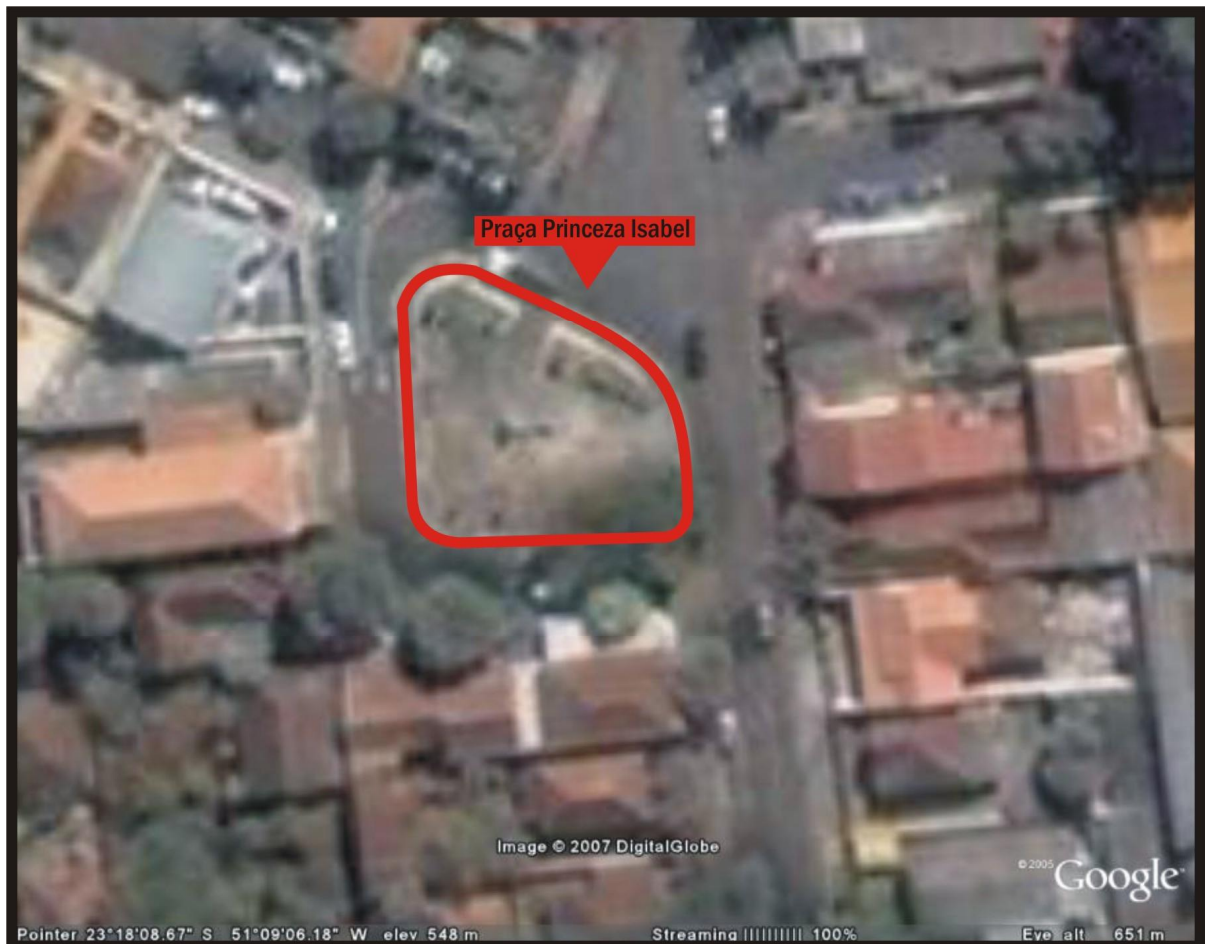


Figura 44: Praça Princesa Isabel e Entorno.

Fonte: Google Earth. M.E. P. org., 2007.

Localização da Praça Princesa Isabel

Praça Princesa Isabel

Praça Princesa Isabel - 2007
Vista geral da praça. Escala e entorno.

Bairro: Vila Portuguesa
Região: Central
Nº da (o) lei/decreto de criação: Lei nº216
Data de criação: 18.12.1953
Localização: Situada ente a Av. Jorge Casoni e a Rua Guaicurus.

Fonte: Câmara Municipal de Londrina - Lei 216/53
 Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL.

Quadro 54: Praça Princesa Isabel, 2006.

Praça Princesa Isabel - Mobiliário Urbano

Elementos Visuais e Referenciais

01- Esculturas
02- Lixeira
03- Luminária
04- Banco "Ondas"

1



Elementos de Apoio à Circulação e Serviços

2



Elementos de Construção da Paisagem Noturna

3



Elementos de Lazer

4



Quadro 55: Mobiliário Urbano da Praça Princesa Isabel



Quadro 56: Mobiliário Urbano da Praça Princesa Isabel (2)

Análise do Caráter									
1. Primeira Impressão									
2. Relevô									
3. Acessos e Circulação Interna									
4. Vegetação									
5. Mobiliário									
6. Vistas									
7. Escala									
8. História e Significado da Praça									
9. História e Significado Visual do Entorno									
10. Apropriação pela Comunidade									
1	2	1	2	2	1	1	1	2	1

Quadro 57: Quadro de Avaliação do caráter da Praça Princesa Isabel

3.3.1.14 Praça Santa Cruz

Localização: No bairro Aeroporto, no cruzamento da Avenida São João e a Rua Vasco da Gama, mais especificamente em frente à Paróquia Nossa Senhora do Rocio. Nos documentos da prefeitura e nos mapas, consta como sendo uma rotatória, que, no entanto não existe.

Usos: Lazer, pátio de uma paróquia.

Relevo: O terreno é plano.

Forma: A praça é retangular.

Vegetação: Árvores de porte médio, arbustos e grama.

Mobiliário Urbano: Ponto de ônibus, bancos e luminárias.

Pavimentação: Pavimentação feita de blocos de cimento.

Entorno: Paróquia N. S. do Rocio.



Figura 45: Praça Santa Cruz e Entorno.
Fonte: Google Earth. M.E. P. org., 2007.



Localização da Praça Santa Cruz

Praça Santa Cruz



Praça Santa Cruz - 2007

Acessos e vegetação.

Bairro: Aeroporto
Região: Leste
Nº da (o) lei/decreto de criação: Lei nº216
Data de criação: 18.12.1953
Localização: Situada no cruzamento (redondo) da Av. São João com a Rua Vasco da Gama

Fonte: Câmara Municipal de Londrina - Lei 216/53

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina - IPPUL.



Praça Santa Cruz - 2007
Entorno / Paróquia N.S.do Rocio



Praça Santa Cruz - 2007
Vegetação

Quadro 58: Praça Santa Cruz, 2006.



Quadro 59: Mobiliário Urbano da Praça Santa Cruz

Análise do Caráter										
1. Primeira Impressão	2	2	2	1	2	1	1	1	1	1
2. Relevo										
3. Acessos e Circulação Interna										
4. Vegetação										
5. Mobiliário										
6. Vistas										
7. Escala										
8. História e Significado da Praça										
9. História e Significado Visual do Entorno										
10. Apropriação pela Comunidade										

Quadro 60: Quadro de Avaliação do caráter da Praça Santa Cruz

Considerações Sobre a Análise do Caráter das Praças

Este trabalho analisa as 14 praças da Cidade de Londrina oficializadas pela Lei 216/53, visando a identificação de elementos definidores do seu caráter.

Com este objetivo, foi desenvolvido um quadro de análise (quadro 06, p. 65), baseado nos elementos indicados por Bentley et al. (1985); Jacobs (1999) e pelos Manuais de Design Detr (2000); Llewelyn- Davies (2000); The City Of Edinburgh Council (2003); Pps (2003) e Cabe Space (2007).

Foram considerados os seguintes critérios para a avaliação das praças: Primeira Impressão; Relevo; Acessos e Circulação Interna; Vegetação; Mobiliário; Vistas; Escala; História e Significado da Praça; Historia e Significado Visual do Entorno e Apropriação pela Comunidade.

As praças foram avaliadas pontualmente, por meio da atribuição de valores aos critérios de análise, de forma a graduar sistematicamente a influência de cada um deles na construção do caráter e fornecer uma base para comparação entre praças pesquisadas. Vide quadro abaixo:

Praças	Critérios Para a Análise do Caráter										
	1. Primeira Impressão	2. Relevô	3. Acessos e Circulação Interna	4. Vegetação	5. Mobiliário	6. Vistas	7. Escala	8. História e Significado da Praça	9. História e Significado do Entorno	10. Apropriação pela Comunidade	
1. Praça Marechal Floriano Peixoto	2	3	2	3	3	3	3	3	3	3	28
2. Praça Rocha Pombo	1	2	3	3	2	3	3	3	3	3	26
3. Praça Willie Davids	2	2	2	2	2	1	2	2	3	2	20
4. Praça Gabriel Martins	2	2	2	2	1	1	2	2	2	2	18
5. Praça 1º de Maio	3	2	2	2	3	2	2	3	3	3	25
6. Praça 7 de Setembro	2	2	2	2	2	1	2	2	2	2	19
7. Praça 19 de Dezembro	2	2	1	2	1	2	1	1	2	1	15
8. Praça XV de Novembro	2	2	1	2	3	2	2	1	2	2	19
9. Praça 21 de Abril	1	2	2	3	1	1	1	2	2	1	16
10. Praça Jonas Faria de Castro	1	2	2	3	1	1	1	2	3	1	17
11. Praça D. Pedro I	2	3	2	3	3	2	3	2	3	2	25
12. Praça D. Pedro II	1	2	1	2	1	1	1	1	2	1	13
13. Praça Princesa Isabel	1	2	1	2	2	1	1	1	2	1	14
14. Praça Santa Cruz	2	2	2	1	2	1	1	1	1	1	14

Quadro 61: Quadro Comparativo do Caráter das Praças de Londrina.

A maneira mais consistente que encontramos para representar os resultados da análise do caráter das praças foi por meio da construção de gráficos em forma de “radar” ou “teia de aranha”. Este mecanismo nos permite interpretar e avaliar resultados. Por meio dos gráficos, tanto a indicação dos pontos favoráveis como os críticos é mais clara.

Gráficos semelhantes ao que foi adotado nesta pesquisa também foram desenvolvidos por outros grupos, visando analisar a qualidade de espaços públicos, porém com outra configuração e outras categorias de análise, como é o caso do guia Spaceshaper (CABE SPACE, 2007).

O gráfico funciona de maneira que cada uma das dez linhas que irradiam do ponto central representa um dos dez critérios adotados na análise das praças:

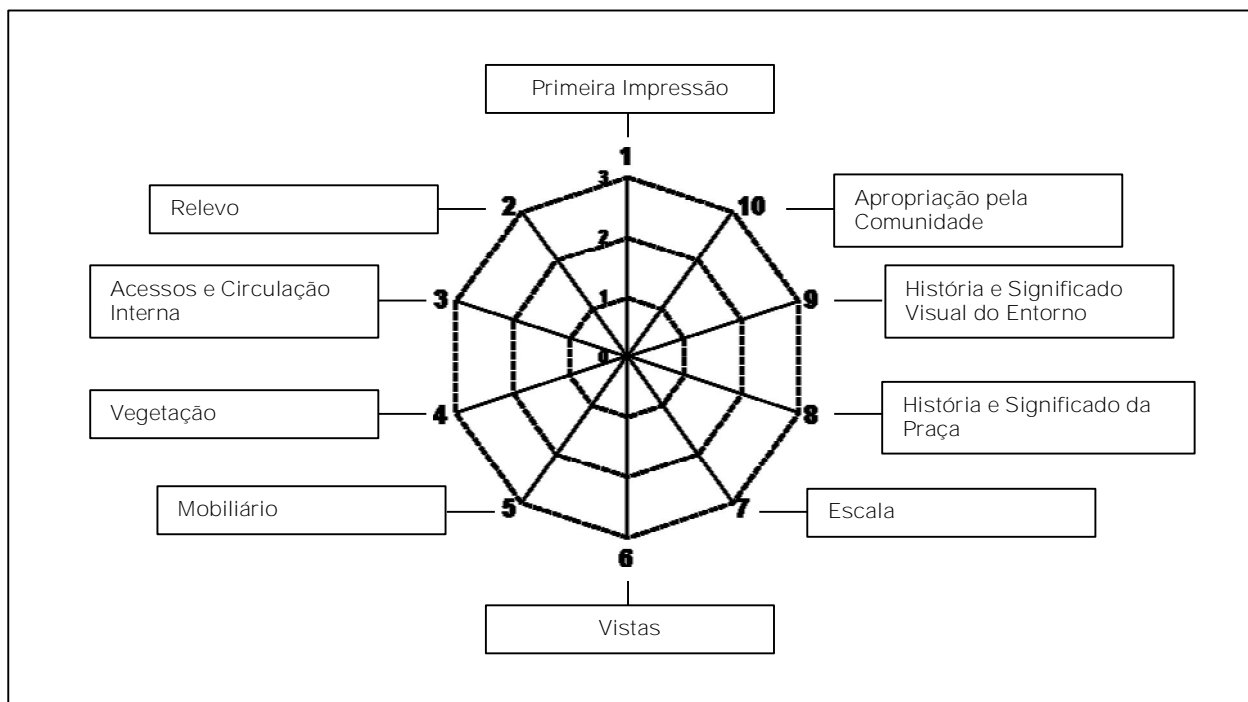
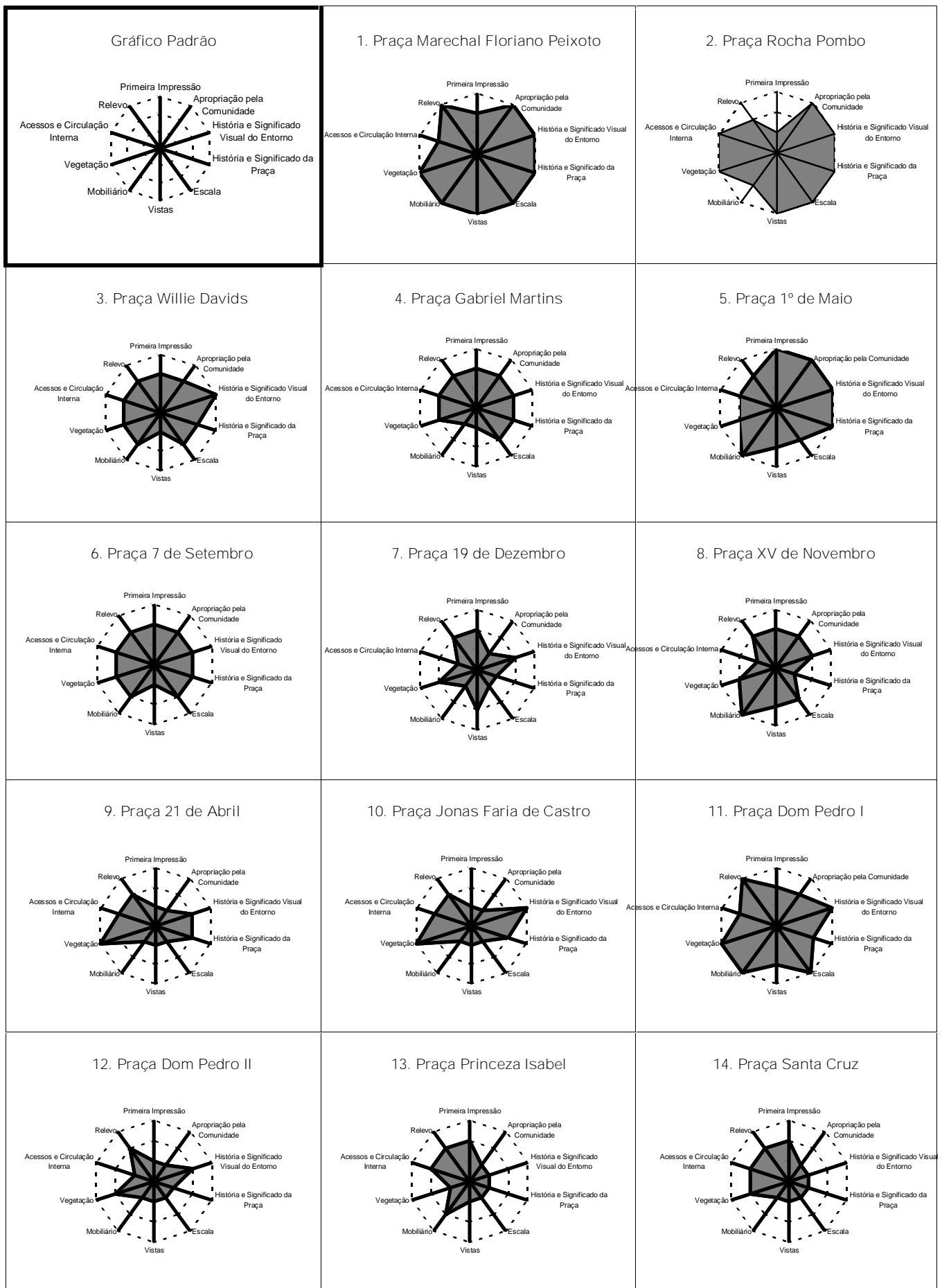


Figura 46: Gráfico Padrão com Critérios de Avaliação do Caráter de Praças.
 Fonte: Panchoni e Yamaki, 2007.

Cada eixo está dividido em três pontos, que representam os graus de importância do elemento. Assim, o valor três é dado aos elementos mais significativos, dois aos elementos neutros e um aos negativos.

A junção dos pontos forma uma poligonal e quanto maior for a sua área, melhor é a avaliação do local.

Os gráficos apresentados a seguir resultam da aplicação do modelo de avaliação dos elementos que compõem o caráter das praças.

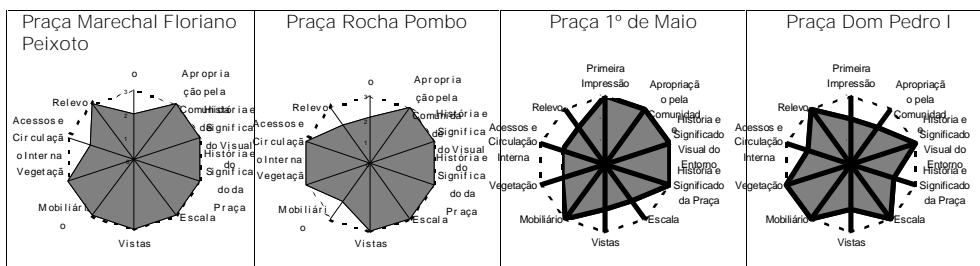


Quadro 62: Gráficos de Caráter das Praças de Londrina.

A análise dos gráficos permite notar as praças mais pontuadas e as menos pontuadas. Aquelas mais pontuadas são as praças onde o conjunto de elementos formadores do caráter tem maior importância.

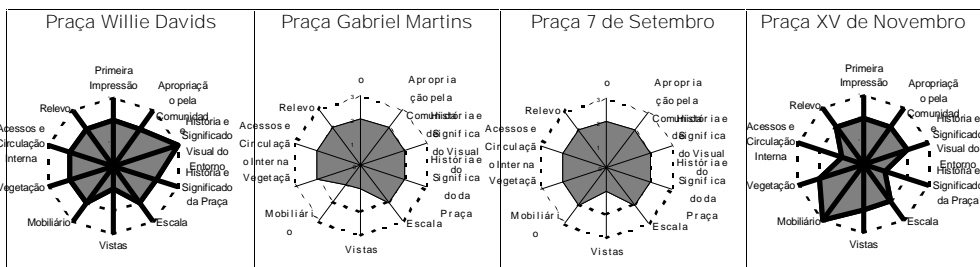
A partir dos dados (pontuação e área da mancha dos gráficos) é possível ainda classificar as praças estabelecendo três níveis de caráter:

(A) Praças com forte caráter: Praças Marechal Floriano Peixoto, Rocha Pombo, 1º de Maio e Dom Pedro I;



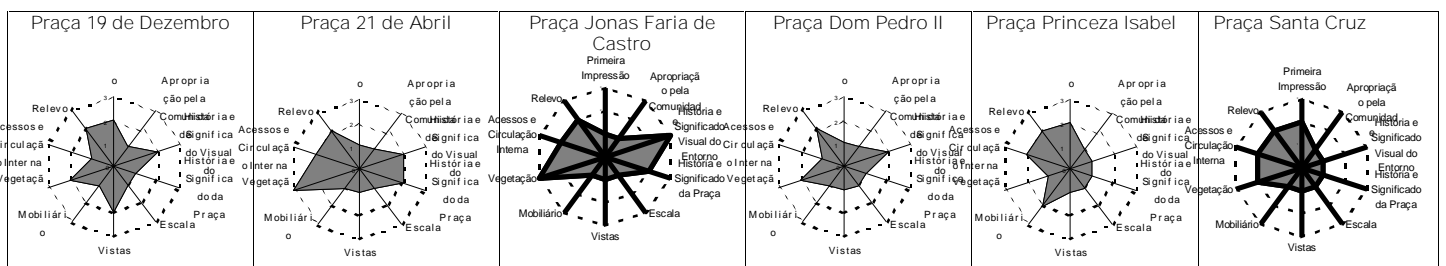
Quadro 63: Gráficos das praças com forte caráter

(B) Praças com caráter regular: Praças Willie Davids, Gabriel Martins, 7 de Setembro e XV de Novembro;



Quadro 64: Gráficos das praças com caráter regular

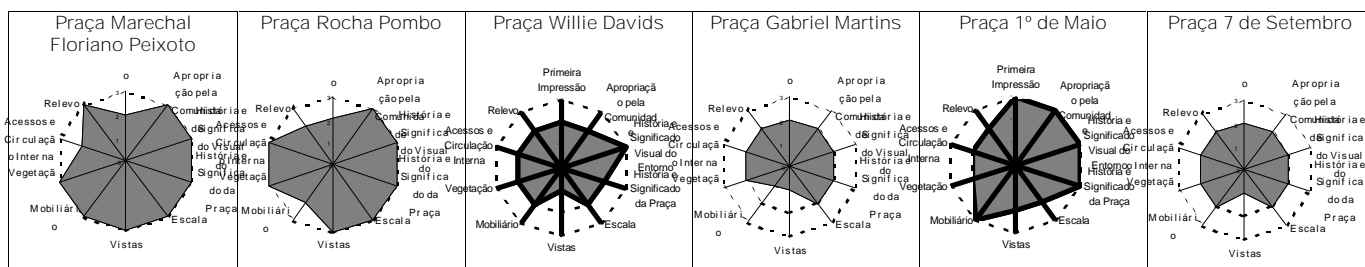
(C) Praças com fraco caráter: Praças 19 de Dezembro, 21 de Abril, Jonas Faria de Castro, Dom Pedro II, Princesa Isabel e Santa Cruz.



Quadro 65: Gráficos das praças com fraco caráter

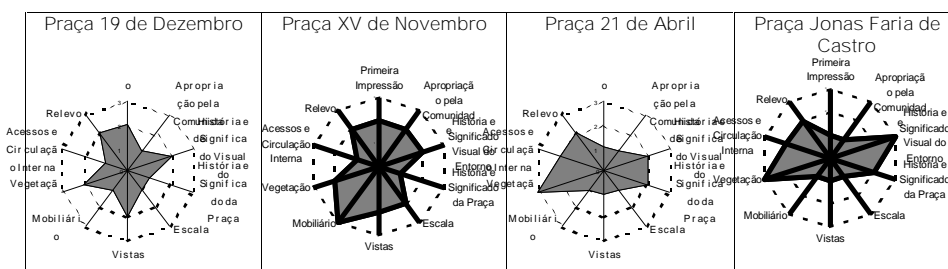
Assim, podemos distinguir diferenças significativas nos grupos de praças pré definidos anteriormente:

(I) Praças do Grupo I:



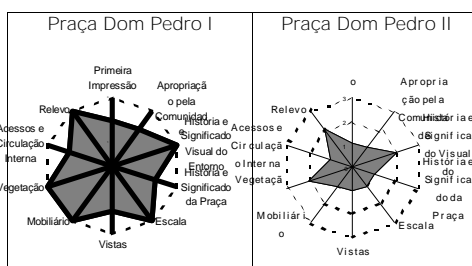
Quadro 66: Gráficos das praças do grupo I

(II) Praças do Grupo II:



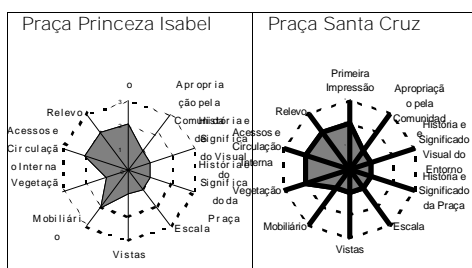
Quadro 67: Gráficos das praças do grupo II

(III) Praças do Grupo III:



Quadro 68: Gráficos das praças do grupo III

(IV) Praças do Grupo IV:



Quadro 69: Gráficos das praças do grupo IV

Pode-se deduzir portanto que, as praças do centro histórico (antigas Praça da Matriz, Praça da Estação e as 4 “praças” da elipse) são as que apresentam maior grau de caráter segundo os critérios adotados.

As praças “projetadas” resultam também em maior grau de caráter em relação às outras “não projetadas”.

As praças do grupo II, ao longo da antiga saída para Nova Dantzig são áreas triangulares de ajuste da malha ortogonal à diagonal da Quintino Bocaiúva.

Algumas delas adquirem certo grau de caráter devido às edificações do entorno, como é o caso da Praça Jonas Faria de Castro. Ficava ao lado do Colégio Londrinense.

As praças analisadas e que resultaram em menor grau de caráter, são aquelas isoladas, de pequenas dimensões, ou partes de rotatórias.

Os graus de caráter descritos resultaram da análise geral da pontuação e da mancha interna dos gráficos. No entanto, com uma análise pontual de cada praça, ou seja, considerando cada variável separadamente ou pequenos grupos de variáveis, percebemos a definição do caráter de algumas praças através do grupo de itens com maior pontuação. Como por exemplo, a Praça 1º de Maio, na qual a análise aponta maior pontuação nos itens históricos.

Considerações Finais

A crescente desestruturação das cidades tem conduzido simultaneamente à degradação contínua dos espaços públicos. Associada à falta de manutenção, à crescente insegurança, nota-se um processo de reforma e renovação que tenta “modernizar” os espaços públicos, eliminando qualquer vestígio da passagem do tempo.

A isso muito contribui a sobreposição de projetos que, desarticulados, não tem como preocupação a questão da qualidade do espaço. Nesta pesquisa, identificamos através de estudos de precedentes, seis qualidades possíveis para a análise do espaço público praça: 1.acessibilidade; 2.diversidade; 3.legibilidade; 4.adaptabilidade; 5. continuidade / fechamento e 6.caráter.

O item caráter ou personalidade foi pesquisado em maior profundidade para o desenvolvimento dos trabalhos, devido à crescente preocupação sobre o tema observado nas novas agendas como a Nova carta de Atenas (2003).

Dez critérios foram apontados como sendo essenciais à construção e manutenção do chamado caráter das praças históricas. Levam em consideração as experiências nacionais e internacionais. Assim, foram elencados os seguintes tópicos: 1.primeira impressão; 2.relevo; 3.acessos e circulação interna; 4.vegetação; 5.mobiliário; 6.vistas; 7.escala; 8.história e significado da praça; 9.história e significado visual do entorno e 10.apropriação pela comunidade.

Organizados em forma de um gráfico radar ou teia de aranha, permitem a avaliação da qualidade de praças, bem como um estudo comparativo.

Como estudos de caso para a aplicabilidade foram analisados as 14 praças de Londrina oficializadas pela Lei 216/53. Agrupadas em conjuntos segundo

localização e articulação, resultaram em grupos de praças com certa homogeneidade. Tal homogeneidade resulta principalmente do seu significado histórico, localização e reconhecimento pela comunidade.

A análise indicou maior grau de caráter nas praças do centro histórico, principalmente as mais centrais e as que formam a elipse central do plano inicial da cidade. Pode-se dizer que a carga histórica destes espaços: Praça da Matriz e Praça da Estação extrapolam o desgaste que vem ocorrendo com o passar dos anos.

Por outro lado, praças menores e mais afastadas do centro, as praças rotatórias, demonstram possuir menor grau de caráter. Nestas, nota-se a ausência de um conjunto de características que as torne mais atrativas.

Em conjunto com a sistemática de avaliação, um mecanismo de fácil manuseio foi criado, permitindo uma interação com o avaliador. Além de identificar as variáveis necessárias à sua melhoria, facilita a compreensão visual dos graus de caráter.

Os critérios utilizados neste trabalho para a avaliação do caráter das praças foram adotados por serem considerados principais, mais abrangentes e capazes de fornecer resultados satisfatórios, de acordo com o enfoque da pesquisa. Tais critérios podem ser subdivididos ou desmembrados, gerando conseqüentemente uma série de outros critérios e resultados mais amplos.

Existem referências do uso de outros critérios para a avaliação de praças que podem ser considerados.

Mc Indoe (2000) considera diferentes variáveis para a avaliação das amenidades em espaços públicos, entre eles: variedade; interação social; arte pública; escala; definição espacial; ordem; caráter; interesse visual; acessibilidade; conforto; qualidade do ar; limpeza e segurança entre outros. Classifica estes

critérios em: atributos de recreação, atributos culturais, coerência estética e agradabilidade.

Como parte do item coerência estética, o caráter é um dos critérios considerados. Segundo Mc Indoe (2000), a importância do caráter está em expressar a identidade única de cada parte de uma cidade, partindo do contexto local e da sua história.

Cooper, Carolyn e Russel (2001), por sua vez consideram como critérios de avaliação de praças:

- Localização: capacidade de atrair variedade de usuários;
- Tamanho: adequado ao contexto do entorno e à escala;
- Complexidade Visual: possibilidade de compreensão visual da praça, a partir da variedade de formas, cores, texturas e componentes nela contidos;
- Usos e Atividades: A estrutura da praça comportando diferentes usos e atividades sem que haja conflito de interesses de uso;
- Microclima: a possibilidade de uso da praça considerando as variação de fatores climáticos e de temperatura;
- Limites: a percepção da praça como um lugar distinto, devendo ser visível e funcionalmente acessível aos passantes;
- Sub-espacos: as grandes praças (exceto aquelas projetadas com finalidade de reuniões ou mercado) podem ser divididas em unidades menores ou sub-espacos, para promover o uso de sua totalidade;
- Circulação: facilidade de movimentação no interior da praça;
- Lugares para sentar: é importante que haja suficientes acentos para que as pessoas se sentem;

- Vegetação: considera a variedade e qualidade dos efeitos (de texturas, cores, volume, ambientação, olfativos) criados pela vegetação;
- Mudanças de Nível (desníveis): os efeitos estéticos e psicológicos causados pelos desníveis e a atração de pessoas sem oferecer perigo;
- Arte pública e Esculturas: sua contribuição para a vida da cidade e o bem estar de seus habitantes;
- Pavimentação: como estímulo para a movimentação das pessoas na praça e também na diferenciação das superfícies, denotando que a praça é um lugar separado e convidativo;
- Venda de Alimentos: a venda de alimentos torna a praça mais convidativa;
- Atrações: a possibilidade de realização de programas nas praças para atrair variedade de atividades e usos;
- Presença de vendedores: ambulantes ou kiosques podem promover maior freqüentação da praça, torná-la mais popular e segura;
- Sinalização: importante referência para a orientação dos usuários;
- Design Universal: possibilitando o uso da praça por todas as pessoas, de diferentes idades e por pessoas portadoras de necessidades especiais;
- Manutenção: evidencia os cuidados com a manutenção da praça e todos os seus componentes.

Podemos perceber com estes exemplos, entre outros existentes, que o estudo de praças é um tema bastante abrangente, possibilitando distintas abordagens e a utilização de diversos critérios de avaliação. Estes critérios devem

ser adotados de acordo com sua importância, e baseados no direcionamento da pesquisa.

Devemos considerar que itens como a manutenção, a preservação e a segurança das praças, ainda que não tenham sido diretamente avaliados nesta pesquisa, são questões bastante relevantes quando se trata da atratividade e frequência dos espaços públicos.

A falta de devido cuidado com estes detalhes, maioria das vezes é a causa da não frequência nas praças. Também pode significar a perda de seu caráter.

As praças e demais espaços públicos de Londrina, hoje, necessitam de maior atenção. Elas podem e devem ser os nossos “cartões postais”, ensejando prosperidade e mostrando o quanto a cidade se preocupa com sua identidade e com o bem estar de seus cidadãos.

A construção, fortalecimento e preservação do caráter de espaços urbanos históricos deve ser um processo contínuo, um desafio, principalmente em cidades novas como Londrina.

Referências Bibliográficas

ABNT, *Associação Brasileira de Normas Técnicas: ABNT NBR 9050:2004.*

Mc INDOE, Graeme. *AMENITY MONITORING REPORT. . Palmerston North City Council: Amenity Monitoring Report. 2000. –*
<<http://mfe.govt.nz/publications/rma/tech-report-66-chapter4-palmerston-north-city-council.pdf>> (acesso em: 16 fev 2008)

ANGELIS, B. *A Praça no contexto das Cidades: O Caso de Maringá.* 2000. 383 p. Tese (doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e ciencias Humanas, USP. São Paulo.

APPLETON, Jay. *The Integrity of the Landscape Movement.* In: *Understanding Ordinary Landscape.* Authors: Groth, Paul; Bressi, Todd W.(org). New Haven: Yale University, 1997.

BENTLEY, I et al. *Responsive Environments: A Manual for Designers.* London: Portugal, Architectural Press, 1985. 166p.

BONNEMAISON, Joel. *Viagem em Torno do Território.* In: *Geografia Cultural: Um Século. V. 3.* CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.) Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002. pp. 83-131.

BRASIL. Decreto–Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. *Diário Oficial*, Brasília, DF, 20 dez. 2000.

CABE SPACE. *Spaceshaper, Cabe:* Inglaterra, 2007. Disponível em: <www.cabe.org.uk. Acesso em 20 jul. 2007.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis.* Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CARLOS, Ana Fani A. *A Cidade.* São Paulo: Contexto, 1992. Série Repensando a Geografia.

CIAM - CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA , *Carta de Atenas.* 1933. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Cartas Patrimoniais.* 3 ed. Rev. Aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. p. 65.

CASTELNOU. A. *Arquitetura Londrinense.* Londrina: Atrito Art Editorial, 2002 348 p.

CAVALLARI, Márcia Cristina. *Expansão urbana de Londrina (1970-1995).* 1996. Monografia (Bacharelado em Geografia). UEL, Londrina.

COOPER M. C., FRANCIS C. e RUSSEL, R. Urban Plazas: Design Review Checklist In: *The Saver Standards For Urban Design*. Watson, Plattus & Shibley (eds.) N.York: Mc graw Hill, 2001.

COORDINATED STREET FURNITURE PROGRAM FOR TORONTO – Canadá, 2006. Disponível em : <<http://www.toronto.ca/involved/projects/streetfurniture>>

CORONA, E. e LEMOS, C. *Dicionário Da Arquitetura Brasileira* - Corona e Lemos. 1ed. São Paulo: Edart., 1972.

COSGROVE, Denis. *Geografia Cultural do Milênio*. In: *Manifestações da Cultura no Espaço*. Editado por: Rosendahl, Zeny e Corrêa, Roberto Lobato (orgs). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

_____. *A Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas*. In: *Paisagem Tempo e Cultura*. Editado por: Rosendahl, Zeny e Corrêa, Roberto Lobato (orgs). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

COUNCILS WITHIN GREATER LONDON (ENGLAND). Disponível em : <<http://www.oultwood.com/localgov/uk/london.php>> Acesso em 20 jan. 2007

CUNHA, F.C.A. da. *Crescimento Urbano e Poluição Hídrica na Zona Norte de Londrina – PR*. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia). UNESP – Presidente Prudente.

DEL RIO, V. *Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento*. São Paulo: Pini, 1990.

DETR. *By design*. Urban design in the planning system: Towards better practice. Inglaterra, 2000. Disponível em: <<http://www.cabe.org.uk>> Acesso em: 22 out. 2006.

DOWNTOWN AUSTIN DESIGN GUIDELINES. Disponível em: < <http://www.ci.austin.tx.us>> Acesso em: 24 nov. 2006.

ENGLISH PARTNERSHIPS AND THE HOUSING CORPORATION. *Urban Design Compendium*. Inglaterra, 2000. Disponível em: <<http://www.englishpartnerships.co.uk/publications.htm>> Acesso em: 2 nov. 2006

ENGLISH HERITAGE. *Streets for all* . Inglaterra, 2006. Disponível em: <<http://www.english-heritage.org.uk>> Acesso em: 07 nov. 2006

ESTUDOS DE ROB KRIER. Disponível em < <http://www.a-aarhus.dk>> Acesso em 10 jan. 2007

FOTO DE LONDRES Disponível em:
<<http://www.terrageria.com/europe/london/thames-river/picture.uken35615.html>>
Acesso em 27 jan. 2007.

FRESCA, T. M. *Mudanças recentes na expansão físico-territorial de Londrina*. Geografia. v. 11, n. 2, jul- dez., p. 251-274. Londrina, 2002.

HAYDEN, Dolores. *The Power of Place: Urban Landscape as Public History*. Cambridge: MIT Press, 1995.

IBGE. *Censos Demográficos – Paraná: 1950, 60, 70, 80, 91, 2000*. Rio de Janeiro.

INAJI, Toshiro. *Public Design*. Tokyo: Jiten Shuppan Center, 1991. 510p.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Cartas Patrimoniais*. 3 ed. Rev. Aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 408 p.

JACOBS, Allan B. *Great Streets*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1999. 234p.

KRIER, R. *El espacio Urbano*. Barcelona: Gustavo Gili, 1981.

LANDIM, Paula da Cruz. *Desenho de Paisagem Urbana: As Cidades do Interior Paulista*. São Paulo: Editora Unesp, 2004. 126p.

LANDSCAPE CHARACTER ASSESSMENT.

<<http://www.landscapecharacter.org.uk/node/2>> Acessado em 16 fev 2008.

LAVALLE, Adrián Gurza. *As Dimensões Construtivas do Espaço Público: Uma Abordagem Pré-Teórica para Lidar com a Teoria*. In: *Espaço & Debates: Espaço Público: O Conceito e o Político*. V.25. n. 46. São Paulo: Annablume Editora Comunicação, 2005. pp. 33-44.

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. *Uma História de Movimentos*. In: Santos, M. e Silveira, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LINARDI, M. C. N. *Pioneirismo e Modernidade: a urbanização de Londrina – PR*. 1995. Tese (Doutorado em Geografia Humana) FFLCH-USP, São Paulo.

Londrinenses redescobrem o charme da Concha Acústica:

Espaço revitalizado vira ponto de encontro de várias gerações nos finais de tarde. Folha de Londrina. mai. 2007. < <http://www.bonde.com.br/folha/folhad.php>> Acesso em 15 mai. 2007.

LYNCH, K. *A Imagem da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 227p.

MAPAS DE LONDRES. Disponível em <<http://www.streetmap.co.uk>> Acessado em 26 jan. 2007

MARX, R. B. *Arte e Paisagem: Confeências Escolhidas*. São Paulo: Nobel, 1987.

MELO, Victor Andrade de e PERES, Fábio de Faria. *Espaço, Lazer e Política: Desigualdades na distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro*. In: Destinos da Cidade: Comunicação, Arte e Cultura. FREITAS, Ricardo F. e NACIF, Rafael (Orgs.) Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005. pp. 83-109.

MOURTHÉ, Claudia. *Mobiliário Urbano*. Rio de Janeiro, 1998. 51p.

MOZOTA, B. Borja. *Design et Management*. Paris: D'Organisation, 1990.

NOVA CARTA DE ATENAS, 1998. Disponível em <<http://www.urbanismo-portugal.net>> Acesso em: 03 fev. 2006

Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1976. (3 ed., revista e ampliada em 1999); 6a reimpressão, Curitiba, 2004 (1ª reimpressão Positivo.)

Panfleto de Inauguração do Jockey Club de Londrina, 1952.

PHILLIPS PARTNERSHIP, Minneapolis. Disponível em <<http://www.phillipspartnership.org>> Acesso em: 9 dez. 2006.

PPS. *Project for Public Spaces*. Estados Unidos, 2002. Disponível em: <<http://www.pps.org>> Acesso em 1 jun. 2005.

PRANDINI, N. *Aspectos da geografia urbana de Londrina*. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 1951-52. *Anais...* São Paulo: 1952, v. 6, t.1, p. 61-80.

_____. *O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise*, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA. Disponível em <<http://www.londrina.pr.gov.br/turismo/concha.php3>> Acesso em: 20 jul. 2006.

PROSHANSKY, H.; *Community Environmental Design*. In: Gifford, R.; *Environmental Psychology*, Allyn and Bacon, Boston, 1996. pp. 124-127.

RELPH, E.C. *As Bases Fenomenológicas da Geografia*. In: *Revista Geografia*. V.4, nº 7, Rio Claro, S.P: Associação de Geografia Teórica, 1979.

ROBBA, F. ; MACEDO S.S. *Praças Brasileiras*. São Paulo: Edusp. 2003.

ROBOTNIKOF, Nora. *El Espacio Público: Variaciones en Torno a um Concepto*. In: *Espaço & Debates: Espaço Público: O Conceito e o Político*. V.25. n. 46. São Paulo: Annablume Editora Comunicação, 2005. pp. 45-54.

SOUTHWARK COUNCIL. Disponível em:
<<http://www.southwark.gov.uk/Public/Home.aspx> > Acesso em 20 jan. 2007

SOUZA, Maria Adélia A. de. *Governo Urbano*. São Paulo: Nobel, 1988.

TAKEDA, M. *As Transformações da Área Central de Londrina: uma outra centralidade*. 2004. 167p. Monografia (Curso de Geografia). UEL, Londrina.

THE CITY OF EDIMBURGH CONCIL. *The Edimburgh Standards for Urban Design*. Escócia, 2003. Disponível em:< <http://www.edimburgh.gov.uk>> Acesso em: 10 nov. 2006.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar*. São Paulo: Difel, 1983.

UEHARA, D.M. *Passeios Públicos na Paisagem Londrinense*. 2005. 358 p. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP. São Paulo

UNITED NATIONS ENABLE. *Acessibility for the Disabled – A Design Manual for a Barrier Free Environment*. Disponível em: <<http://www.un.org>> Acesso em 27 nov. 2006.

WAGNER Philip L. e MIKESELL Marvin W. *Temas da Geografia Cultural*. In: *Geografia Cultural: Um Século*. V. 1. CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.) Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000. pp. 111-167.

YAMAKI, H.T. *Iconografia Londrinense*. Londrina: Edições Humanidades, 2003. 105 p.

_____. *Labirinto da Memória: Paisagens de Londrina*. Londrina: Edições Humanidades, 2006. 145 p.

ANEXOS

ANEXO I : ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE ÁREAS HISTÓRICAS DA CIDADE DE LONDRES

Com este estudo, pretende-se analisar os métodos e os processos de construção e preservação do carácter histórico dos bairros da cidade de Londres.



Figura 47: Londres, vista para The Houses of Parliament, 2006.

A Inglaterra possui elaborados programas para a proteção e manutenção de áreas históricas. Um dos mais importantes é o HELM, Historic Environment Local Management (Administração do Ambiente Histórico Local), promovido pelo English Heritage Government Office for London.

O projeto HELM (Historic Environment Local Management) foi lançado pelo grupo English Heritage em março de 2004. É um conjunto de cuidados e ferramentas de treinamento projetado para promover planejamento, manutenção, desenvolvimento econômico e social relativo ao ambiente histórico, e isto é gerenciado pelas autoridades locais, secretários e outros membros. Tem sido promovido através de ensino à distância, seminários de treinamento, cursos e séries de publicações que são acessíveis também pela internet. (ENGLISH HERITAGE, 2006).

O país se interessa em preservar seus ambientes históricos porque eles contribuem atraindo investidores e turistas. Valores de marketing em áreas históricas são muito mais fortes que em outros lugares. O patrimônio histórico é a chave do turismo para este país.

Uma das áreas de preservação é a capital: Londres. A cidade como um todo tem a assistência de programas de preservação histórica.

Em 1998 Londres atraiu 25 milhões de visitantes, dos quais 13.5 milhões vindos de países estrangeiros, gerando uma renda total de 8 bilhões de libras. Para 2004 espera-se atrair 18.1 milhões de visitantes estrangeiros e ter um ganho de 10 bilhões de libras. Londres é uma cidade mundial. Este é o dinamismo econômico que dirige a Grã Bretanha [...] Sucessivas vitórias tem confirmado que sua história, patrimônio histórico, museus e parques são os principais fatores de atração para quem quer visitar, viver ou trabalhar aqui. (ENGLISH HERITAGE, 2006, p. V.)

Londres foi fundada pelos romanos na margem norte do rio Tâmesa, cerca de 50 d. C., além de ser a capital da Inglaterra e a sede do governo e da realeza britânica, é uma cidade cosmopolita que recebe milhares de visitantes todos os anos.

A Grande Londres é composta de 34 “Boroughs” ou “Councils”, que funcionam como prefeituras que administram áreas e bairros específicos.

Londres é uma cidade que investe na qualidade e na atratividade de seus espaços públicos:

Enquanto os espaços verdes de Londres fazem uma contribuição vital para a qualidade dos recursos naturais regionais, os outros espaços públicos de Londres também são a chave efetiva para consagrar a capital como um lugar para se viver e trabalhar. Eles também são essenciais para habilitar o ambiente histórico a gerar todos os benefícios possíveis. Espaços públicos históricos contribuem para um coeso senso de caráter e distintividade para um ambiente – eles aumentam e iluminam aspectos que fazem com que uma área seja atrativa para que as pessoas visitem e se identifiquem com ela. Investir no patrimônio público é também um elemento chave para a regeneração de áreas decadentes, restaurando a confiança em seu futuro econômico, atraindo mais investimentos e restaurando o orgulho cívico. (ENGLISH HERITAGE,2006).

O projeto HELM, comissiona e publica um outro projeto denominado Streets for All, voltado essencialmente para a manutenção dos espaços públicos históricos de cidades inglesas.

Este projeto vem como incentivo ao desenvolvimento sustentável e tem como preocupação principal fazer com que os espaços públicos sejam legíveis, funcionais e que preservem as suas características históricas e sua identidade.

Segundo o manual Streets for All (ENGLISH HERITAGE,2006), alguns princípios nesse sentido foram adotados e aplicados aos espaços públicos de Londres, referentes à pavimentação e ao mobiliário urbano, como podemos ver a seguir.

I.1 Manutenção do Caráter de Áreas Históricas: Pavimentação de Ruas e Calçadas

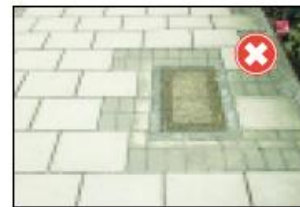
Há um investimento na qualidade da pavimentação das ruas e calçadas de Londres, que são tidas como o contexto no qual as construções são vistas pelas pessoas, além de ser consideradas vitais para a caracterização de áreas específicas da cidade.



Invest in quality.
Traditional natural materials
are sustainable, durable and
improve with age



Rectangular concrete slab
paving can look as good as
natural stone and should be
cut and laid to the same
specifications



Small unit paving in random
patterns highlights ugly
services and fragments the
street scene

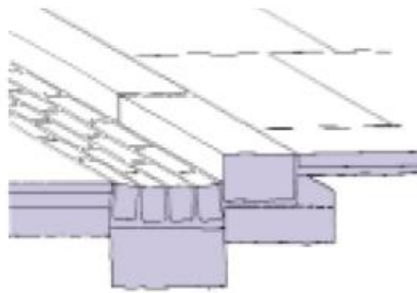
Figura 48: Principal tipo de pavimentação das calçadas de Londres.
Fonte: (<http://www.helm.org.uk>)

Foram instituídos criteriosos princípios de qualidade para a pavimentação da cidade, que podem ser encontrados no manual Streets for All – um guia para a manutenção das ruas de Londres, como se apresenta a seguir:

- Investimento em qualidade: A busca por materiais tradicionais e naturais para a pavimentação, pois são mais sustentáveis, oferecem melhor custo-benefício, são resistentes e duráveis, portanto possuem um ciclo de vida mais longo e podem ser reciclados.
- Dar continuidade à longa tradição que a cidade tem na utilização da pavimentação feita através de pedras, pedras artificiais ou concreto no

formato retangular de 900X600mm. Este tipo de pavimentação deve ser adotado como padrão para manter o caráter das ruas da cidade.

Footway construction: get it right! rigid vs flexible



Typical paving construction in a London urban area

General specification for replacement footways

Footway

900mm x 600mm x 63mm precast concrete paving on 25mm mortar bed, joints 10mm max and filled with mortar slightly recessed from the surface.

At vulnerable locations use 75mm slabs, possibly with reinforcing mesh in them (RC slabs), which should be bedded on 100mm concrete, capable of bearing vehicle load, rather than 100mm of compacted base course.

Kerbs

300mm W x 200mm H granite, 12–20mm joints.

Some streets have thinner 100 W granite kerbs.

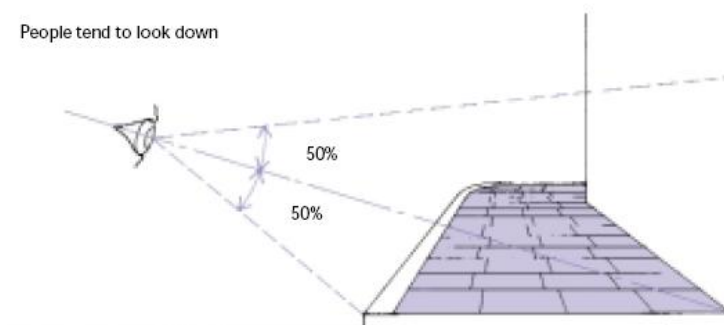
Figura 49: Construção da pavimentação das calçadas de Londres.

Fonte: <<http://www.helm.org.uk>>

- Manter a relação entre a pavimentação e o entorno e seus detalhes.
- Cuidados na instalação da pavimentação, no sentido de manter o enquadramento e o nível do piso.

The pedestrian's view

People tend to look down



Paving is important. In most views, half of what we see is the ground. Paving also helps accentuate the visual continuity of a street

Figura 50: A visão do pedestre em relação ao piso das calçadas de Londres.

Fonte: <<http://www.helm.org.uk>>

- Evitar a instalação de pisos de formato pequeno e/ou de cores e modelos arbitrários, que não estejam de acordo com o padrão adotado.

Os cuidados com a manutenção e preservação do patrimônio histórico da cidade se aplicam à sua pavimentação, que é tida como grande contribuidora para a caracterização de algumas áreas de Londres.



London's streets are made of a mixture of local and imported materials. In the 1930s tarred wood block was common, today it is rare

Figura 51: Antiga pavimentação das ruas de Londres.

Fonte: <<http://www.helm.org.uk>>

As antigas ruas de Londres foram pavimentadas geralmente com materiais naturais como pedras e granito, que ainda sobrevivem em algumas áreas, apesar de raras. A restauração destas áreas recebe o incentivo do governo, que prima pelo caráter histórico da cidade além de entender que a restauração custa apenas uma fração do preço de re-pavimentar a rua com um novo material.



Original Victorian paving: King's Cross



London's lost heritage. Expensive high quality setted surfaces are common under later layers of tarmac. Old concealed setted surfaces can be exposed easily and restored to provide effective traffic calming

Figura 52: A Restauração e manutenção da pavimentação de áreas históricas em Londres.

Fonte: <<http://www.helm.org.uk>>

A cidade possui alguns princípios para a pavimentação de áreas históricas :

- Manter e restaurar a pavimentação histórica.
- Respeitar o padrão e os detalhes específicos de pavimentação

de áreas históricas quando forem necessários reparos.

1.2 Manutenção do Caráter de Áreas Históricas: Mobiliário Urbano

Além das recomendações estipuladas para a pavimentação, existem também políticas voltadas especificamente para o mobiliário urbano em Londres.

De acordo com o programa Streets for All, princípios foram adotados no sentido de eliminar o excesso de elementos do mobiliário urbano

instalados nas ruas e espaços públicos inadequadamente, causando desordem e potencialmente mascarando o caráter do local.

Pedestrian crossings have been improved in The Strand. Crossings have been simplified, and guard rails and unnecessary signs removed: Before and after



Figura 53: A eliminação de elementos supérfluos do mobiliário em Londres, antes e depois.
Fonte: <<http://www.helm.org.uk>>

Assim, a ordem é remover elementos supérfluos, agrupar alguns equipamentos quando possível além de estabelecer normas específicas quanto à cor, localização e design para todos os equipamentos de mobiliário urbano.

Clutter

The impact of clutter should be further reduced by co-ordinating the colour of posts and supports for traffic signs, signals, traffic signal control boxes and bus shelters with the colour of lighting columns, bins and other street furniture in a locality.



Two apparently similar scenes with very little local distinctiveness



The separate identities of each place can be seen when clutter is reduced



Figura 54: A eliminação de elementos supérfluos do mobiliário em Londres, antes e depois (2).
Fonte: <<http://www.helm.org.uk>>

Os elementos históricos do mobiliário urbano remanescentes nas ruas e espaços públicos de Londres contribuem enormemente para o caráter da cidade como um todo ou em áreas específicas. *Streets for All* (Inglaterra, 2006).



Figura 55: A preservação de elementos históricos que caracterizam áreas em Londres
Fonte: <<http://www.helm.org.uk>>

Foram adotadas regras para estes elementos, que são identificados, especificados e documentados pelos “Councils” e preservados no local onde estão instalados, e quando possível mantidos em uso.

Um exemplo são estes recipientes que antigamente eram utilizados como bebedouros de água para os cavalos de transporte, como pode ser visto na figura acima (fig.55). Com a proibição do tráfego de animais nas ruas de Londres e a substituição dos meios de transporte, estes elementos não seriam mais usados, mas eles foram mantidos nos seus lugares originais e transformados em floreiras.



Above: Historic street furniture should be preserved in place and brought back into use

Figura 56: A preservação de elementos históricos característicos de Londres

Fonte: <<http://www.helm.org.uk>>

I.3 Construção do Caráter Histórico por Meio de Elementos do Mobiliário Urbano em Bairros de Londres – A área de South Bank Thames River.

Os elementos do mobiliário urbano podem influenciar na construção do caráter de determinados espaços públicos ou áreas específicas das cidades.

Para reforçar esta idéia, foi feito um estudo em uma área de Londres denominada South Bank Thames River.



Figura 57: Mapa da região de South Bank – Londres.

Fonte: <<http://www.streetmap.co.uk>>

I.3.1 As Características da Área de Estudo – South Bank Thames River

Esta é uma área histórica que fica localizada ao sul de Londres, às margens do rio Thames.

O “Council” de Southark é responsável por esta área, que inclui os bairros de Borough & South Bank, Bermondsey, Rotherhithe, Walworth, Peckham, Camberwell, Nunhead & Peckham Ryl e Dulwich.

South Bank Thames River é caracterizado pelo tráfego intenso de pedestres em todas as estações do ano, possui no seu entorno muitas lojas e restaurantes e alguns museus.

Desta área é possível avistar pontos importantes da cidade, como o conjunto de edificações do Parlamento, o rio Thames e algumas das 34 pontes que o atravessam, como a Westminster Bridge e a roda gigante construída no ano de 2000, no jubileu da cidade, denominada London Eye.



Figura 58: South Bank Thames River – Londres, 2006.

I.3.2 Os Elementos do Mobiliário Urbano Presentes em South Bank Thames River

Londres é uma cidade que investe massivamente na qualidade de seus espaços públicos, e tem a meta de preservar o caráter de suas áreas históricas. Para tanto, as políticas de preservação e manutenção de seu patrimônio se estendem aos elementos de mobiliário urbano.

A área analisada no estudo de caso, possui um componente de mobiliário urbano principal, as luminárias.



Figura 59: Luminária de South Bank Thames River – Londres, 2006.

Elas podem ser consideradas como parte do mobiliário urbano histórico da cidade de Londres.

São fabricadas em ferro fundido e são maciças. Possuem a base e o corpo decorados com figuras medievais e pintados de preto. Em seu topo, onde são acopladas as lâmpadas, fica uma esfera de vidro ornamentada por uma coroa de ferro fundido pintada da cor dourada, simbolizando a coroa real.

Estas luminárias possuem ainda gravações onde é possível identificar seu ano de fabricação e instalação, no caso datado do século XIX, 1870, e o timbre da indústria que as fabricou, além da insígnia real VIC:REG, que refere-se ao reinado da Rainha Vitória.



Figuras 60 e 61: Detalhe das luminárias de South Bank Thames River – Londres, 2006

Sabe-se que antigamente, quando foram instaladas, para iluminar o rio Thames e a vista para as casas do Parlamento. Estas luminárias funcionavam como lamparinas, e com a instalação da energia elétrica, foram adaptadas para funcionar com lâmpadas.



Figura 62: South Bank Thames River – Londres, 2006.

Fonte: <<http://www.terrageria.com/europe/london/thames-river/picture.uken35615.html>>

Estas luminárias pontuam exclusivamente a extensão da área de South Bank Thames River em Londres, não sendo encontradas, portanto, em nenhuma outra área.

Considerações

Este é um caso, onde podemos afirmar que um elemento de mobiliário urbano representa um dos fatores responsáveis pela caracterização de uma área pública histórica.

Seu projeto é diferenciado e exclusivo para aquela área.

A forma e a simbologia inseridas nas peças retratam de certa maneira o contexto histórico do local onde estão instaladas.

Por serem produzidas com materiais resistentes e de alta qualidade, estas luminárias alcançaram a durabilidade, uma qualidade fundamental para a permanência das mesmas nos locais onde foram instaladas.

Além disso, a preservação e correta manutenção destes elementos, também foram fatores responsáveis para que elas fossem consideradas históricas e características da região de South Bank Thames River, em Londres.

Estas luminárias aparecem com grande frequência nos cartões postais de Londres, são facilmente identificáveis e também tornam a área reconhecível pelo fato de sua presença.

ANEXO II: A CONTRIBUIÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO PARA A CONSTRUÇÃO DO CARÁTER DE ESPAÇOS PÚBLICOS

II.1 O Mobiliário Urbano

O mobiliário urbano é um dos elementos que podem contribuir para a qualidade dos espaços públicos. As indicações contidas no projeto destes itens fornecem um mecanismo formal baseado nas demandas específicas destes espaços.

O mobiliário urbano é constituído por elementos tais como cabines telefônicas, lixeiras, abrigos de pontos de ônibus, quiosques, postes de luz, bancos de praça, placas de sinalização, letreiros, outdoors, backlights, etc.

Estes elementos encontram-se instalados em espaços públicos e são importantes para a sua utilização, por se tratar de dispositivos de acessibilidade, informação e orientação, segurança, conforto e ornamento que tem uma finalidade comum, o uso público.

O mobiliário urbano sempre esteve presente nas cidades como complementação de sua urbanização. No Brasil, nas cidades históricas que preservam as características do espaço urbano do século XVIII e XIX, podemos observar a presença do mobiliário urbano destas épocas, como o banco de pedra na ponte, o lampião a gás – hoje adaptado à energia elétrica – e as bicas d'água nos largos e praças. (MOURTHÉ, 1998, p.7)

II.1.1 A abordagem funcional das peças de mobiliário urbano

Os elementos do mobiliário urbano podem ser complementares, ditos de escala micro-arquitetônica, e integram o espaço urbano.

Sob o ponto de vista funcional, estes equipamentos podem ser divididos em categorias. De acordo com a Encyclopedia of Public Design (INAJI,1991), com algumas modificações, podemos classificá-los da seguinte forma:

1. Elementos visuais e referenciais: Esculturas e marcos;
2. Elementos de apoio à circulação e serviços: Abrigos de ônibus e táxi, coberturas, cabines policiais, banheiros públicos, protetores de árvores, cestos de lixo, telefones públicos, caixas de correio;
3. Elementos de sinalização e ordenação da circulação: Placas de logradouros, placas informativas, placas de trânsito e sinalização semafórica, cercas, rampas cancelas;
4. Elementos de comercialização: Bancas de jornal, quiosques, barracas de vendedores ambulantes e de flores, cadeiras de engraxates, mesas para cafés e bares em áreas públicas;
5. Elementos de incorporação da natureza: Floreiras e fontes;
6. Elementos de construção da paisagem noturna: Postes e luminárias;
7. Elementos de publicidade: Outdoors e letreiros computadorizados;
8. Elementos de lazer: Bancos, cadeiras, mesas de jogos, projetos para idosos, projetos para crianças, projetos para atletas e jovens;
9. Elementos de infraestrutura: Pavimentação, caixas de luz, caixas de telefone, tampas de bueiros. (INAJI, 1991)

II.1.2 O Design das Peças de Mobiliário Urbano

Conforme Mozota (2002), o objetivo do *design* se estrutura em pensar e pesquisar a coerência do sistema de objetos e conceber marcas, espaços ou objetos para satisfazer necessidades específicas segundo um processo lógico. Sua principal característica é o fato de que o projeto potencializa a produção e reprodução contínua dos objetos projetados.

Por exemplo: um banco de praça pode ser produzido em grande escala ou em pequena escala, apenas para compor um determinado ambiente[...] É o caso de projetos exclusivos desenvolvidos por designers e arquitetos para algumas praças de Belo Horizonte. (MOURTHÉ, 1998, p. 16).

O projeto dos elementos de mobiliário urbano pode ser feito individualmente ou em grupo. Quando existe uma proposta projetual de criação de grupos de elementos de mobiliário urbano harmônicos entre si, podemos dar a este grupo a denominação de família, que geralmente inclui bancos, cestos de lixo e luminárias.

Para o projeto de elementos de mobiliário urbano, assim como para projetos dos mais diferentes produtos, são estabelecidas diretrizes que visam alcançar determinado objetivo.

Foram pesquisados sites governamentais e institucionais, que contém programas direcionados para o mobiliário urbano, e deles foram extraídas as principais diretrizes projetuais para a criação e implantação do mobiliário urbano.

Segundo os programas Coordinated Street Furniture Program For Toronto (2006), que é um programa desenvolvido pelo governo da cidade de Toronto no Canadá, com objetivo de caracterizar áreas específicas da cidade por meio da criação de elementos de mobiliário urbano, Streets for All (ENGLISH HERITAGE, 2004) do governo inglês, que inclui uma série de manuais contendo princípios de manutenção, qualificação e regeneração urbana direcionados às diversas regiões da Inglaterra e o Project for Public Spaces (PPS, 2003) criado por um grupo de profissionais envolvidos com o projeto e a qualificação de espaços públicos, as principais qualidades e diretrizes projetuais para a criação de elementos de mobiliário urbano, estão representadas no quadro abaixo:

Qualidades desejáveis para o projeto de elementos do mobiliário urbano	Diretrizes projetuais
Estética	<ul style="list-style-type: none"> • Convidativa. • Simples. • Elegante. • Legível.
Identidade	<ul style="list-style-type: none"> • Criação inspirada na imagem da cidade ou local. • Integração à paisagem. • Uso de materiais da região. • Caracterização da área onde será instalado.
Harmonia	<ul style="list-style-type: none"> • Harmonizar materiais, dimensões, formas, cores e estilo. • Promover ordenação visual entre os itens. • Compatibilidade entre os itens.
Funcionalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Adequar física e tecnologicamente para o uso. • Criação de equipamentos multifuncionais.
Usabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Ergonomicamente correto. • Design Universal. • Acomodação para portadores de necessidades especiais. • Acessível a crianças e idosos.
Adaptabilidade/ Flexibilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Fácil adaptação ao terreno. • Modularidade.
Segurança	<ul style="list-style-type: none"> • Produção e instalação garantindo a segurança do usuário. • Cuidados com projeto, materiais utilizados, posicionamento e manutenção dos itens.
Conforto	<ul style="list-style-type: none"> • Criar elementos que sejam confortáveis, cuidando dos materiais e formas
Durabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de materiais resistentes. • Resistência ao tempo, à corrosão e ao vandalismo.
Facilidade de Manutenção/ Conservação	<ul style="list-style-type: none"> • Facilitar a manutenção dos elementos do mobiliário. • Facilitar a reposição de peças.
Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Uso de materiais da região • Consumo eficiente da energia durante todo o ciclo de vida. • Proteção e manutenção. • Uso de novas tecnologias. • Agrupamento dos elementos para a diminuição dos pólos de energia e suportes.
Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • Conexão entre os elementos e o uso da tecnologia. • Inclusão de propaganda e mensagens públicas.

Quadro 70: Quadro de qualidades e diretrizes para o projeto de elementos do mobiliário urbano. Elaborado por M.E.P.

Fontes: Coordinated Street Furniture Program for Toronto (2006); English Heritage (2004); PPS (2003).

Outras Diretrizes	
Quantidade/ Densidade	<ul style="list-style-type: none"> • Redução do mobiliário. • Remoção de elementos supérfluos. • Agrupamento dos elementos para a diminuição dos pólos de energia e suportes.
Controle dos Equipamentos de Empresas Privadas	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação. • Manutenção. • Posicionamento. • Adequação ao contexto
Mobiliário Histórico	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação: • Elementos memoriais devem permanecer instalados e preservados no local, sofrer manutenção regular e restauração se necessário, pois enriquecem a paisagem e reforçam a identidade do local. • Originalidade: • Os elementos de interesse histórico devem ser atestados em sua originalidade. • Manutenção e restauro: • A continuidade destes elementos nos locais onde se encontram e sua longevidade são promovidas pela manutenção adequada incluindo restauro de peças quando for necessário. • Réplicas: • A reprodução e instalação apropriada de itens do mobiliário urbano considerado histórico reforçam a identidade da área.

Quadro 70: Quadro de qualidades e diretrizes para o projeto de elementos do mobiliário urbano. Elaborado por M.E.P.

Fontes: Coordinated Street Furniture Program For Toronto (2006); English Heritage (2004); Pps (2003)

No quadro acima, que contém objetivos e diretrizes de design específicos para os elementos do mobiliário urbano, citados em programas gerados para serem aplicados em cidades situadas no Canadá, na Inglaterra e nos Estados Unidos, com objetivo de qualificar seus espaços públicos por meio desses elementos, podemos perceber que as preocupações existentes vão além de proporcionar um aspecto estético agradável.

Identificou-se que estes elementos devem ser projetados para suprir funcional e esteticamente os espaços públicos, além de proporcionar conforto e segurança aos usuários, considerando também a possibilidade de seu uso a portadores de necessidades especiais.

Consta também a tentativa de que os elementos do mobiliário urbano promovam o caráter dos espaços públicos onde serão implantados. Isto foi reforçado com as diretrizes direcionadas ao mobiliário urbano histórico, com os princípios para a sua preservação, manutenção e restauro e instalação de réplicas em espaços históricos.

II.2 O Mobiliário Urbano como Elemento Definidor de Caráter de Espaços Públicos

Estudos de caso de cidades no Brasil e no exterior nos permitem constatar as possibilidades do mobiliário urbano na construção do caráter do espaço público.

As famílias de mobiliário urbano geralmente são exclusivas e projetadas para serem implantadas em áreas específicas com o objetivo de personalizá-las:

“O mobiliário urbano pode estar inserido em diversos ambientes de forma personalizada – como ocorre em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro – ou padronizada em toda a cidade – como é o caso de Curitiba.” Mourthé (1998, p.18).

Segundo os estudos realizados, a caracterização de determinados espaços públicos ou áreas específicas pode acontecer de acordo com os seguintes fatores:

- Diferenciação dos elementos proporcionada pela exclusividade dos projetos ou por meio da utilização de materiais locais em sua fabricação.
- Criação de famílias de mobiliário urbano específicas para determinadas áreas, por meio da harmonização da forma, escala, cores e/ou materiais dos elementos projetados e diretrizes de projeto que reflitam o contexto onde serão instaladas as peças do mobiliário.

- O incentivo à durabilidade e conseqüente permanência dos elementos do mobiliário urbano nos locais onde forem instalados, através do uso de materiais duráveis e de alta qualidade e a criação de elementos de fácil manutenção.
- A possível inserção de detalhes simbólicos que reflitam a história do local nos elementos do mobiliário.
- Preservação do mobiliário com caráter histórico.

Como foi visto, é possível que um espaço público ou uma área tenha seu caráter relacionado aos elementos do mobiliário urbano.

II.3 Estudo de Caso: Os Bancos de Londrina.

O estudo dos bancos existentes em Londrina tem a intenção de verificar a existência de elementos que possam fazer parte da construção do caráter histórico dos espaços públicos da cidade. Foram coletados dados históricos e os bancos foram fotografados e documentados.

II.3.1 Histórico dos Bancos de Londrina.

Nos tempos da colonização da cidade de Londrina, nos anos 1930, com a construção de algumas moradias de madeira, alguns troncos de árvore eram adaptados e utilizados como bancos.

Londrina crescia rapidamente, e o comércio se desenvolvia na região central da cidade, onde se encontravam exemplares de alguns bancos de tábua, e também um banco de granilite, como na Rui Barbosa, antigo nome da Praça Marechal Floriano Peixoto:



Figura 63: "Praça Rui Barbosa" 1938.
Fonte: Yamaki (2006, p. 37)

Os bancos de ferro e madeira que encontram-se hoje no Museu Histórico Pe. Carlos Weiss podem ter pertencido à antiga estação ferroviária que funcionava antigamente no mesmo local:



Figuras 64,65 e 66: Bancos do Museu.

As ruas e espaços públicos ganhavam bancos feitos de granilite:

Os jardins de Londrina vão ter bancos. O Sr. Dr. Prefeito municipal, segundo estamos informados, vae autorizar a collocação de bancos de granito com incrustações de madre perola nos jardins da cidade. Os mesmos bancos serão fornecidos gratuitamente pelo comércio local. PARANÁ NORTE, (11jun.1938, p. 2)

Alguns destes bancos com ornamentação nos seus pés, onde o café simbolizava a riqueza local.



Figuras 67 e 68: Banco de Granilite Manchete

Muitos similares possuíam propagandas do comércio local em seus encostos, estampadas no granilite:



Figuras 69 e 70: Bancos de Granilite

Estes bancos são muito comuns ainda hoje em outras localidades da região, como em Ibiporã e Cambé.

Existiam também, modelos de granilite com formas diferenciadas, como podemos notar no banco abaixo, com características do traçado modernista:



Figura 71: Banco "Amebas".

Paralelo a isto, com a criação das praças, a cidade começava a perceber a necessidade de acomodação para a população crescente, e isso fez com que o mobiliário tenha se desenvolvido. Segundo anúncio no jornal, a praça Floriano Peixoto:

[...] Londrina possui hoje, um lindíssimo jardim, onde desabrocham flores as mais variegadas, de uma policromia gritante e deveras festiva. No entretanto, naquele logradouro público hoje tão querido, e procurado, evidencia-se às quintas feiras e aos domingos principalmente, dias em que um aluvião de pessoas para ali se dirige, uma grave lacuna. Trata-se do número reduzidíssimo de bancos ali existentes. A maioria das famílias, geralmente acompanhadas de filhos menores, é obrigada a permanecer de pé, horas a fio... PARANÁ NORTE, (23 jan.1944) Apud Yamaki (2006, p.38)

Assim foi se desenvolvendo o mobiliário urbano, foram sendo criados ou adaptados modelos para serem instalados nos espaços públicos, como este (fig. 00, abaixo), que é um exemplar original da Praça Marechal Floriano Peixoto ou Willie Davids, dos anos 1940. Geométrico, de fácil leitura, estes bancos

produzidos em Londrina eram instalados nas praças Marechal Floriano e Willie Davids.



Figura 72: Banco “Bola” antigo.

A Praça Marechal Floriano Peixoto já passou por algumas reformas, onde foram substituídos quase todos os elementos de mobiliário urbano, inclusive os bancos. Na última reforma foram instalados bancos com características semelhantes às dos bancos que faziam parte da praça em 1940 (fig. 70, abaixo), que são cópias e não réplicas como deveriam ser:



Figura 73: Banco “Bola” cópia.

Devemos citar ainda, um tipo de banco característico dos pontos de táxi da cidade da época, que ainda hoje é muito fácil de ser encontrado (fig. 74, abaixo):



Figura 74: Banco do ponto de táxi.

No bosque “Marechal Candido Rondon” foram instalados bancos em forma de arcos, que existem até os dias de hoje.



Figura 75: Banco do Bosque

Em muitas das praças oficializadas pela Lei nº216/53 e também nas praças construídas nos anos 1970, há um tipo de banco muito comum:



Figuras 76 e 77: Bancos ondulados

Estes bancos são facilmente identificáveis pelo ondulado do assento, que serve entre outros, para que seja incômodo para deitar e assim, dificulta a permanência de indigentes.

Eles foram produzidos em grande quantidade e até os dias de hoje são conservados nos locais, como vimos exemplos nas praças pesquisadas no capítulo anterior.

No fim da década de 1970, foi apresentado um projeto para a revitalização da área central da Cidade de Londrina:

Lerner objetivou três pontos básicos na reestruturação do centro de Londrina: '[...] melhor organização do sistema viário da cidade, melhor distribuição do transporte coletivo e organização dos pontos de encontro, no sentido de revitalizar a cidade, inclusive no setor de atrativos comerciais'.

- 1) O centro de Londrina passará por uma reestruturação quase completa.
- 2) Será criada uma "rua de pedestres" abrangendo não só o trecho interditado da Av. Paraná mas também o Bosque e as praças (e vias próximas) Gabriel Martins, Willie Davids, Primeiro de Maio e Sete de Setembro.
- 3) Nessa área de pedestres haverá muitos quiosques (bares, bancas de jornais, flores e informações turísticas, telefones públicos e etc.), com cobertura de fibra de vidro, branca, tipicamente projetada para Londrina.
- 4) O terminal de coletivos urbanos deixará de existir no Bosque. Algumas linhas terão ponto central entre a Catedral e a praça Marechal Floriano e as outras terão controles nos extremos de seus trajetos.
- 5) Haverá estacionamentos de apoio junto à área de pedestres, administrados pelo município, e o acesso de veículos será racionalizado.
- 6) Na praça Willie Davids haverá um pequeno palco para apresentações musicais, no Bosque existirá um teatrinho para 80 crianças, a praça Marechal Floriano terá uma escadaria em toda a extensão no lugar do atual muro de arrimo junto à Av. Paraná, a praça Primeiro de Maio contará com 'play ground', haverá acessos especiais para garagens e empresas na área de pedestres
- 7) As obras terão início imediato, devendo ser executadas num prazo máximo de 9 meses, com materiais e mão-de-obra da região. Os recursos (Cr\$ 16 milhões no global) já estão equacionados e terão retorno rápido. Essas são as principais inovações que serão introduzidas na área central de Londrina, através da execução de um projeto de reurbanização apresentado, ontem, à Imprensa, pelo prefeito Antonio Belinati, o arquiteto e urbanista Jaime Lerner (contratado para coordenar os estudos e assessorar sua execução) e o secretário municipal de obras, Romeu Demattê Jr. (FOLHA DE LONDRINA; UEL; CDPH, 2002, dossiê nº 0756, 18/11/1979 Apud TAKEDA, 2004 p. 117)

Este projeto era denominado Projeto Centro, e com a revitalização do Calçadão, além dos quiosques previstos, foram instalados mais itens de

mobiliário urbano. Nesta ocasião foi criada uma família de mobiliário, contendo bancos, quiosques, lixeiras e luminárias, para serem instalados no Calçadão.

Dos bancos criados e instalados neste projeto, alguns exemplares ainda são mantidos em uso no Calçadão de Londrina (fig. 75 abaixo):



Figura 78: Banco duplo.

Estes bancos são produzidos com uma estrutura metálica reforçada e possuem uma cantoneira instalada na parte superior do encosto, para que as pessoas não se sentem sobre eles (figs. 76 e 77, abaixo).



Figuras 79 e 80: Banco duplo (detalhes)

No Calçadão da Avenida Paraná e nas praças Willie Davids e Gabriel Martins, predominam hoje, bancos com design mais simples, estruturados por uma base metálica com formas retas e alguns pequenos arabescos e com o assento feito de ripas de madeira.



Figura 81: Banco do calçadão

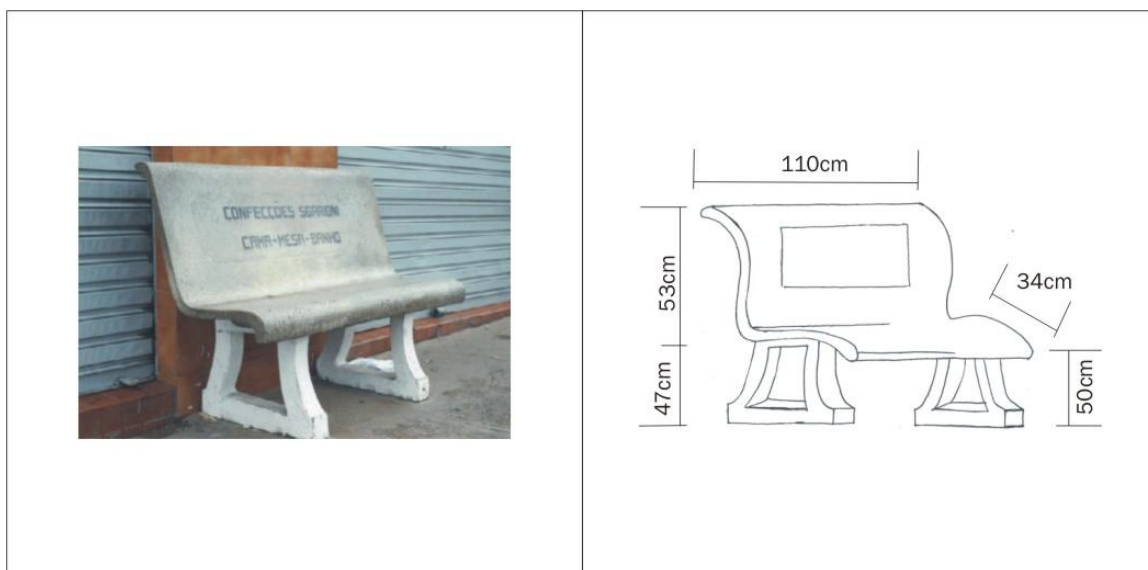
Londrina possui um repertório considerável de bancos em seus espaços públicos. Estes bancos foram sendo instalados com o passar dos anos. Alguns para promover conforto e acomodação, outros para embelezar a cidade, outros apenas para mobiliá-la.

Podemos dizer que os bancos podem contar um pouco da história urbana da cidade e participam da construção do caráter dos seus espaços públicos.

amarelo e vermelho, formando a inscrição. O suporte e o assento são unidos por pinos de aço. O banco não é fixado no solo.

ANO PROVÁVEL DE FABRICAÇÃO E LOCAIS DE IMPLANTAÇÃO: 1940, nas ruas e espaços públicos de Londrina.

EXEMPLARES REMANESCENTES: Existem dois exemplares deste banco, um encontra-se na Avenida Rio de Janeiro, ao lado do Bosque Marechal Candido Rondon e o outro, na Avenida Souza Naves, em frente à Praça 1º de Maio.



Quadro 72: Banco 02

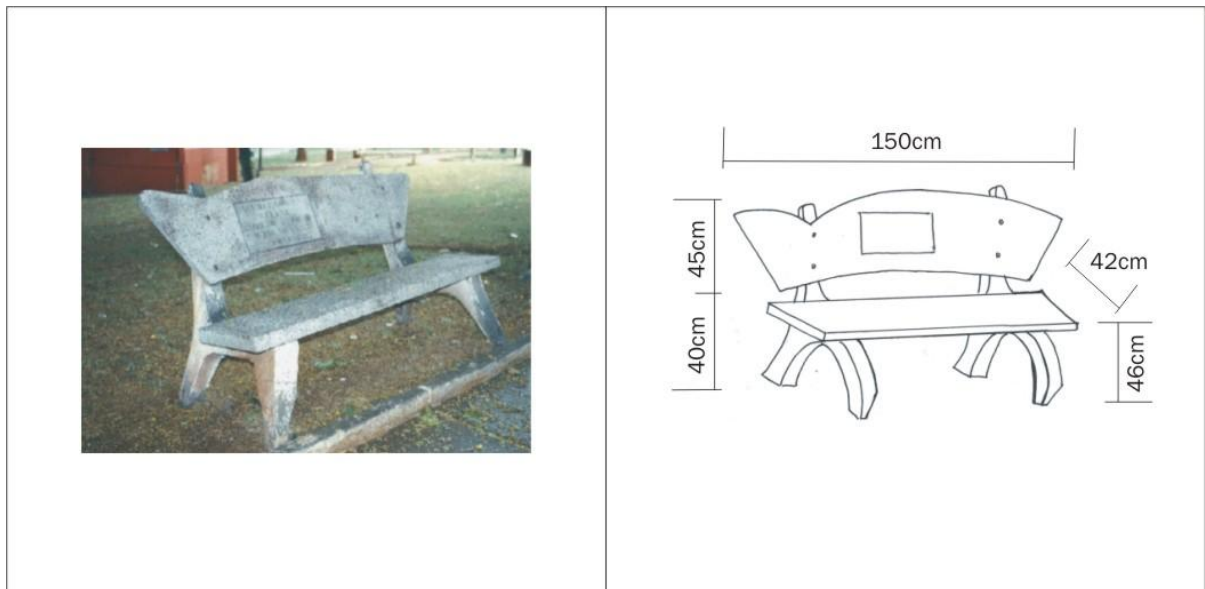
CARACTERÍSTICAS: Banco de Granilite e concreto. Sua fabricação foi patrocinada pelos comerciantes da cidade, e por esse motivo geralmente encontra-se inscrita a propaganda destes estabelecimentos no assento. É encontrado em Londrina e algumas cidades da região como Cambe e Ibiporã. Não faz parte de nenhum projeto específico de espaço público na cidade de Londrina.

DIMENSÕES: Altura 47 cm no assento
 100 cm no encosto
Largura 110 cm
Profundidade 34 cm

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Suportes de concreto armado pintado de branco. Assento e encosto formados por uma única peça de granilite com 6 cm de espessura e uma angulação entre o assento e o encosto de aproximadamente 110 ° o espaço entre os pedriscos do granilite é preenchido por massa com pigmentação cinza e no local das inscrições é usada massa com pigmentação preta. O suporte e o assento são unidos por pinos de aço. O banco não é fixado no solo.

ANO PROVÁVEL DE FABRICAÇÃO E LOCAIS DE IMPLANTAÇÃO:1940, nas ruas e espaços públicos de Londrina.

EXEMPLARES REMANESCENTES: Este exemplar está localizado na Avenida Duque de Caxias, na altura do cruzamento com a Avenida Juscelino Kubitscheck.



Quadro 73: Banco 03

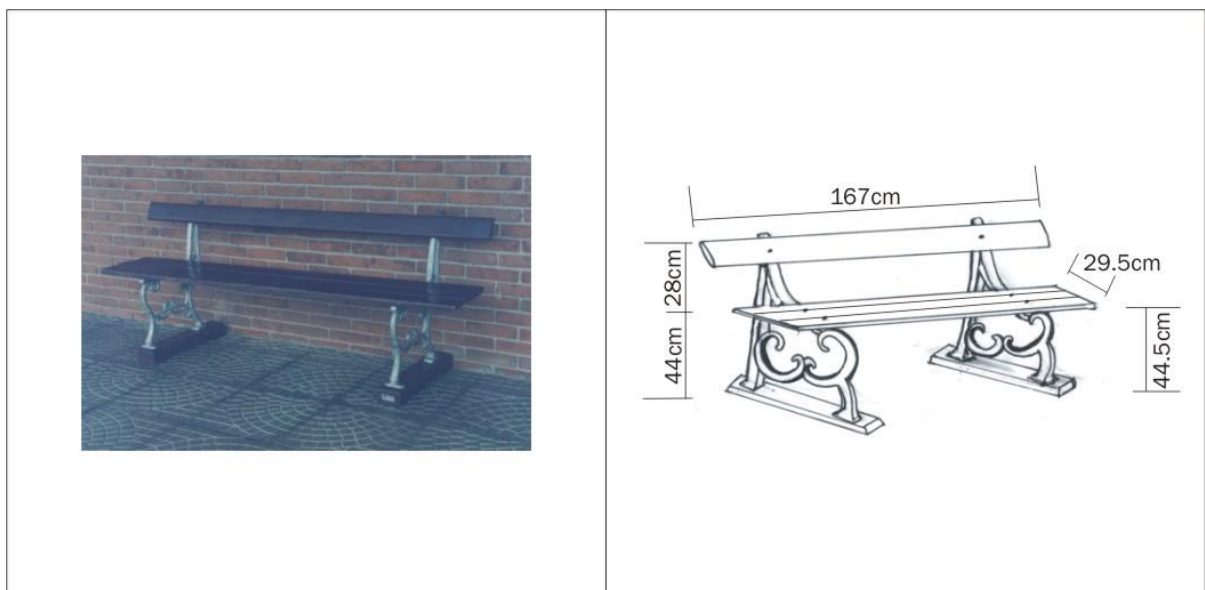
CARACTERÍSTICAS: Banco de Granilite e concreto que segue as formas “modernas” dos anos 1950. Provavelmente sua fabricação tenha sido patrocinada por comerciantes da cidade, pois exibe uma antiga propaganda no assento. É um banco único e não faz parte de nenhum projeto de espaço público.

DIMENSÕES: Altura 40 cm no assento
85 cm no encosto
Largura 150 cm
Profundidade 42 cm

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Suportes de concreto armado. Assento formado por uma peça retangular de granilite de 150x42 cm com espessura de 3cm. Encosto formado por uma peça de forma irregular, fabricado com granilite, possui 3cm de espessura. As peças do assento e encosto são fixadas ao suporte por meio de pinos de aço e a angulação entre o assento e o encosto de aproximadamente 110 °. O banco não é fixado no solo.

ANO PROVÁVEL DE FABRICAÇÃO E LOCAIS DE IMPLANTAÇÃO: 1950, nas ruas e espaços públicos de Londrina.

EXEMPLARES REMANESCENTES: Existe apenas um exemplar, que está localizado a margem da Praça 21 de Abril, junto ao ponto de táxi.



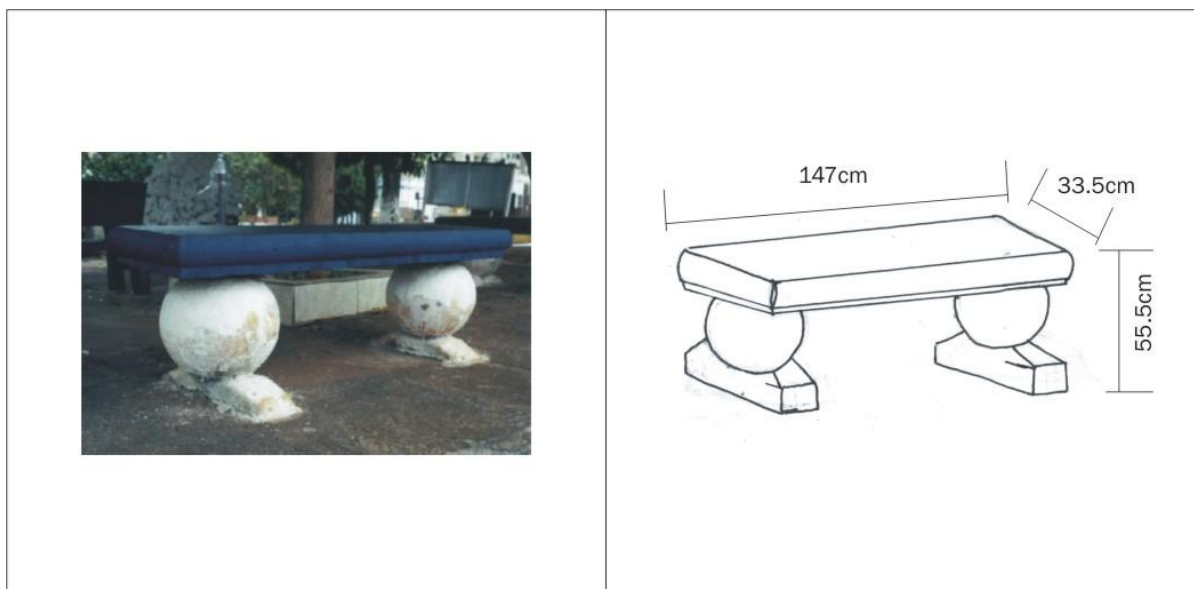
Quadro 74: Banco 04

Profundidade 45 cm

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Suportes fabricados com aço tubular de 5cm de diâmetro arqueados e chapas de ferro chato de 5cm de largura x 1cm de espessura geralmente pintados com cores claras, a mesma pintura usada no assento e encosto. Assento e encosto são formados por tábuas de madeira maciça geralmente pintada de amarelo ou cores claras. O assento é formado por duas tábuas de madeira de 22cm de largura x 2cm de espessura, montadas sobre o suporte e com separação entre si de cerca de 1cm. O encosto é formado por apenas uma tábua de madeira de 20cm de largura x 2cm de espessura, com os cantos vivos. As peças do assento e encosto são fixadas ao suporte por meio de pinos de aço e a angulação entre o assento e o encosto de aproximadamente 110 °. O banco não é fixado no solo.

ANO PROVÁVEL DE FABRICAÇÃO E LOCAIS DE IMPLANTAÇÃO: 1940, nos pontos de táxi da cidade de Londrina.

EXEMPLARES REMANESCENTES: Este exemplar está localizado na Avenida Duque de Caxias próximo ao cruzamento com a Avenida Juscelino Kubitscheck, mas outros exemplares são facilmente encontrados nos pontos de táxi espalhados pela cidade de Londrina.



Quadro 77: Banco 07

CARACTERÍSTICAS: Estes são bancos de concreto maciço e possuem aspecto formal notável, por seus pés esféricos e sua aparência robusta. Estes bancos fizeram parte das Praças Marechal Floriano Peixoto e Willie Davids nos anos 1940. Hoje eles encontram-se no cruzeiro do Cemitério Municipal São Pedro.

DIMENSÕES: Altura 55.5 cm no assento (variável)

Largura 147 cm

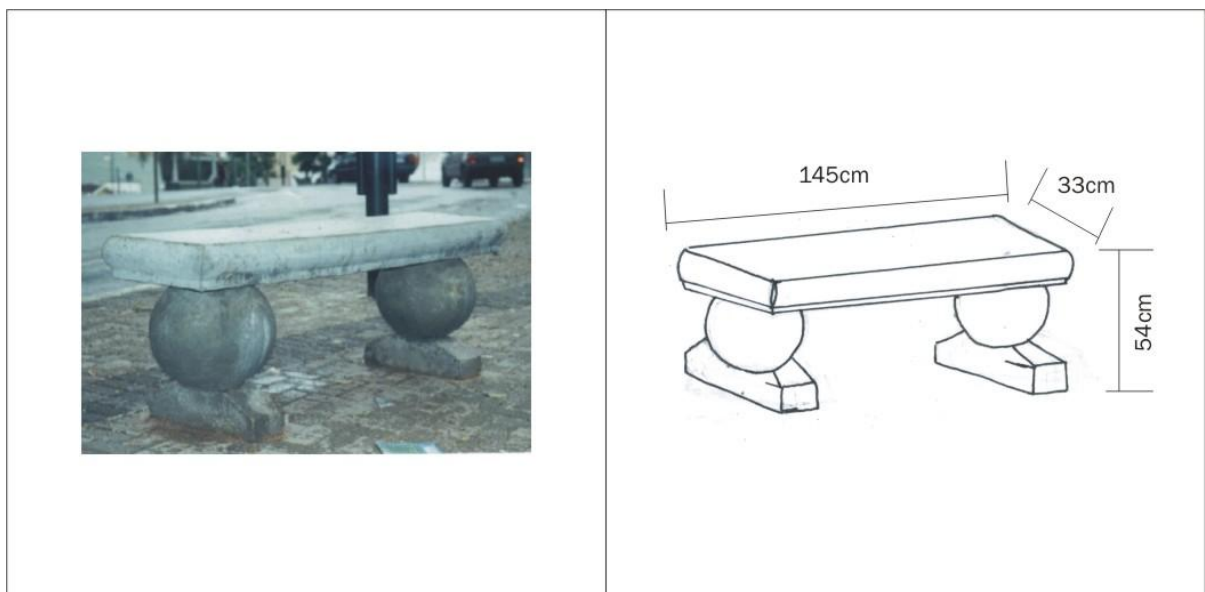
Profundidade 33.5 cm

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: É um banco sem encosto. O suporte e o assento são fabricados com concreto armado (reproduzido por meio de fôrmas) e encontram-se pintados de branco e azul. O suporte é composto por duas partes; a primeira, para fixação no solo, em forma trapezoidal, com 33cm de largura x 10cm de altura e 14 cm de espessura, a segunda parte é uma esfera de 34 cm de diâmetro. O assento deste banco é uma peça retangular de 147x35, 5 cm, com 11,5cm de espessura, sua superfície é plana e as bordas são chanfradas. O suporte

do banco é introduzido no solo para sua fixação. O banco não se adapta às irregularidades no relevo do terreno.

ANO PROVÁVEL DE FABRICAÇÃO E LOCAIS DE IMPLANTAÇÃO: 1940 nas praças Marechal Floriano Peixoto e Willie Davids. Posteriormente, foram remanejados para o cruzeiro do Cemitério Municipal São Pedro.

EXEMPLARES REMANESCENTES: Poucas peças restaram e encontram-se no cruzeiro do Cemitério Municipal São Pedro, em Londrina.



Quadro 78: Banco 08

CARACTERÍSTICAS: Estes bancos são cópias do modelo anterior (banco 07). Possuem o mesmo aspecto formal, porém com dimensões distintas. Foram recentemente instalados na Praça Marechal Floriano Peixoto, na última reforma, talvez na tentativa de re-introduzir algumas características que esta praça possuía nos anos 1940. O projeto é específico da Praça Marechal Floriano Peixoto.

DIMENSÕES: Altura 54 cm no assento (variável)

Largura 145 cm

Profundidade 33 cm

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: É um banco sem encosto. O suporte e o assento são fabricados com concreto armado. Não são pintados. O suporte é composto por duas partes; a primeira, para fixação no solo, em forma trapezoidal, com 32cm de largura x 11cm de altura e 14 cm de espessura, a segunda parte é uma esfera de 30 cm de diâmetro. O assento deste banco é uma peça retangular de 145x33 cm, com 13cm de espessura, sua superfície é plana e lisa e as bordas são chanfradas. O suporte do banco é introduzido no solo para sua fixação. O banco não se adapta às irregularidades no relevo do terreno.

ANO PROVÁVEL DE FABRICAÇÃO E LOCAIS DE IMPLANTAÇÃO: 2004, na Praça Marechal Floriano Peixoto.

EXEMPLARES REMANESCENTES: Praça Marechal Floriano Peixoto



Quadro 79: Banco 09

CARACTERÍSTICAS: Bancos com forma de “u” invertido, são compostos por uma peça única e não possuem encosto. São fabricados com concreto e não possuem um padrão dimensional fixo para todas as peças. Estes são bancos são

encontrados em praças da cidade de Londrina e estão presentes em grande quantidade no Bosque Marechal Candido Rondon.

DIMENSÕES: Altura 42 cm no assento (variável)

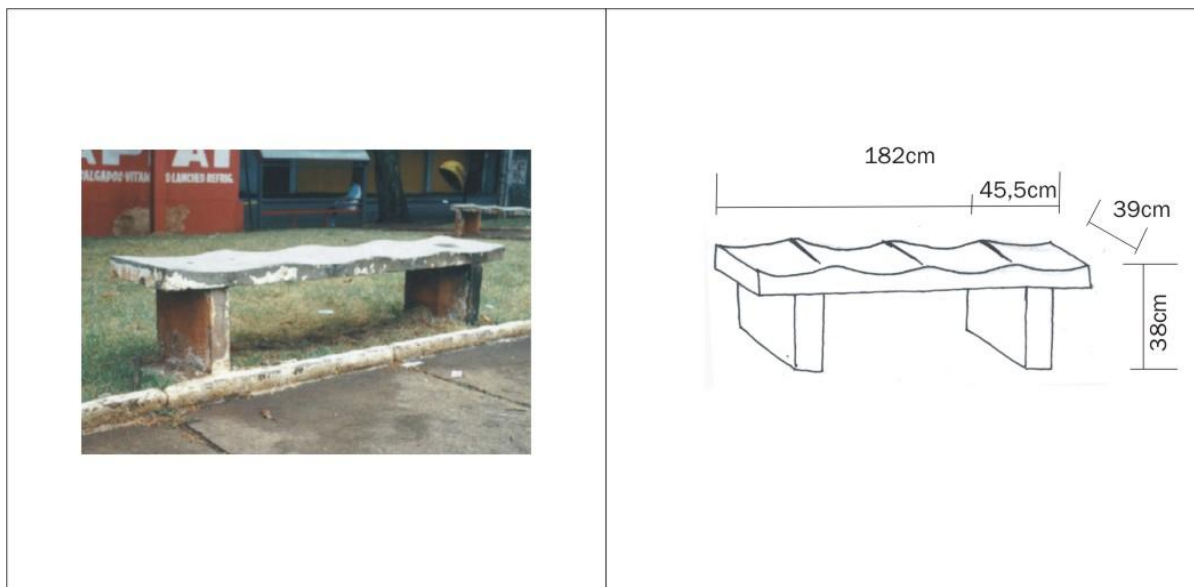
Largura 150 cm

Profundidade 33 cm

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: É um banco sem encosto. O suporte e o assento formam uma peça única, em forma de “u” invertido. São fabricados com concreto e encontram-se exemplares sem pintura e pintados. Os pintados geralmente são de cor cinza. A superfície dos bancos é irregular e áspera. Estes bancos não possuem uma padronização dimensional uniforme em todas as peças. Geralmente o assento fica a aproximadamente 42 cm do solo. A espessura dos bancos varia, em torno de 8 cm. A parte inferior do banco é introduzida no solo para fixação. O banco pode ser adaptado às irregularidades de relevo do terreno.

ANO PROVÁVEL DE FABRICAÇÃO E LOCAIS DE IMPLANTAÇÃO: 1950, no Bosque Marechal Candido Rondon e em algumas praças da cidade de Londrina.

EXEMPLARES REMANESCENTES: Grande quantidade destes bancos encontra-se no Bosque Municipal Marechal Candido Rondon e em algumas praças de Londrina, como é o caso de uma das praças localizadas na Rua Humaitá, e da Praça Bento Gonçalves, no Jardim Shangri-Lá A.



Quadro 80: Banco 10

CARACTERÍSTICAS: Este banco possui como principal característica, o seu assento, que é ondulado. O assento sugere divisões de espaço para quatro pessoas, mas a função desta ondulação é desencorajar as pessoas a utilizem os bancos para se deitar e para coibir a permanência de indigentes nos locais aonde os bancos são instalados. Este modelo de banco faz parte do conjunto de mobiliário urbano da maioria das praças da cidade de Londrina. Eles são fabricados com concreto armado.

DIMENSÕES: Altura 38 cm no assento (variável)

Largura 182 cm

Profundidade 39 cm

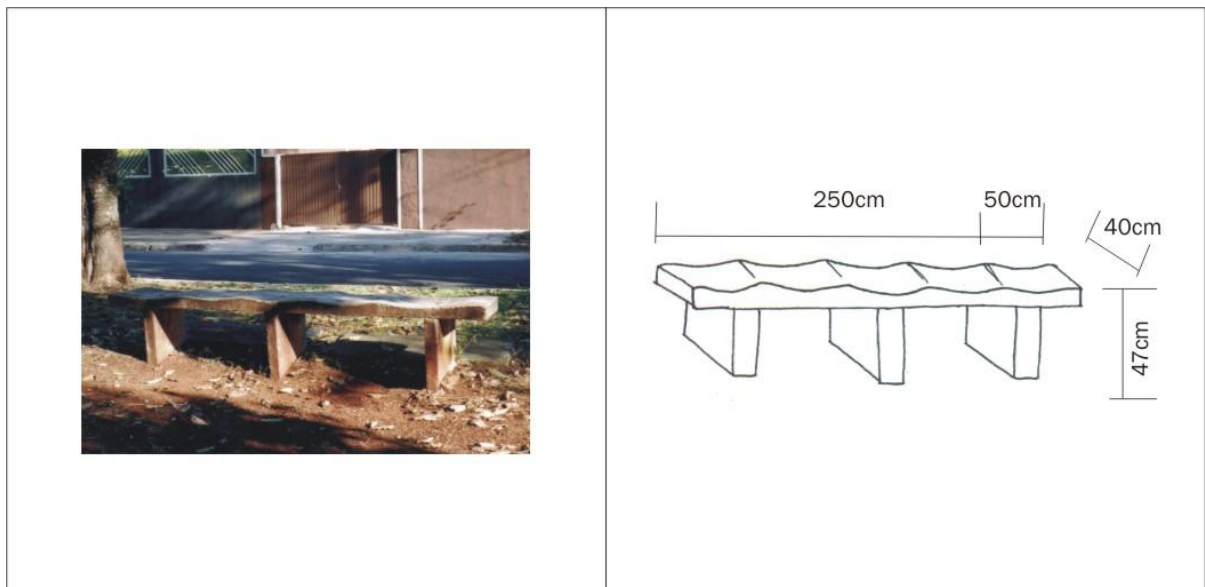
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Este modelo de banco não possui encosto e é composto por três peças, sendo a base feita com duas pranchas de concreto armado e o assento é fabricado da mesma forma. As peças se encaixam por meio de pinos de aço. O assento é ondulado e sua altura varia de acordo com a adaptação da base no solo. A espessura do assento varia entre 8 e 6 cm, de acordo com sua ondulação, que possui quatro partes mais finas de aproximadamente 45,5

cm de largura e tem a superfície áspera. Encontram-se pintados ou não. Os que são pintados não tem uma predominância de cor. Estes bancos adaptam-se facilmente às diferenças do terreno.

ANO PROVÁVEL DE FABRICAÇÃO E LOCAIS DE IMPLANTAÇÃO: 1960/70.

Foram implantados em muitas praças e espaços públicos da cidade de Londrina, principalmente nos anos 1970.

EXEMPLARES REMANESCENTES: Existem inúmeros exemplares deste banco, que se encontram instalados na maioria das praças de Londrina. Podemos citar alguns dos locais onde foram encontrados: Bosque Marechal Cândido Rondon, Praças Rocha Pombo, 21 de Abril, Jonas Faria de Castro, Praças da Rua Humaitá (localizadas no centro de Londrina), Praças Dom Pedro I, Gomes de Souza, Raimundo Correia, Bento Gonçalves (no Jardim Shangri-Lá), Praça Santa Cruz e outras localizadas no Bairro Aeroporto, e na Praça Princesa Isabel na Vila Portuguesa.



Quadro 81: Banco 11

CARACTERÍSTICAS: Este é um banco com modelo similar ao anterior (quadro 74), com a diferenças dimensionais em seu assento, um pouco mais extenso, possuindo 5 “lugares” e um “pé” a mais. Este modelo foi somente encontrado em uma Praça no Jardim Shangri-lá.

DIMENSÕES: Altura 47 cm no assento (variável)

Largura 250 cm

Profundidade 40 cm

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Este modelo de banco não possui encosto e é composto por quatro peças, sendo a base feita com três pranchas de concreto armado e o assento é fabricado da mesma forma. As peças se encaixam por meio de pinos de aço. O assento é ondulado e sua altura varia de acordo com a adaptação da base no solo. A espessura do assento varia entre 8 e 6 cm, de acordo com sua ondulação, que possui cinco partes mais finas de aproximadamente 50 cm de largura, de superfície áspera. Encontram-se sem pintura. Estes bancos adaptam-se às diferenças do terreno.

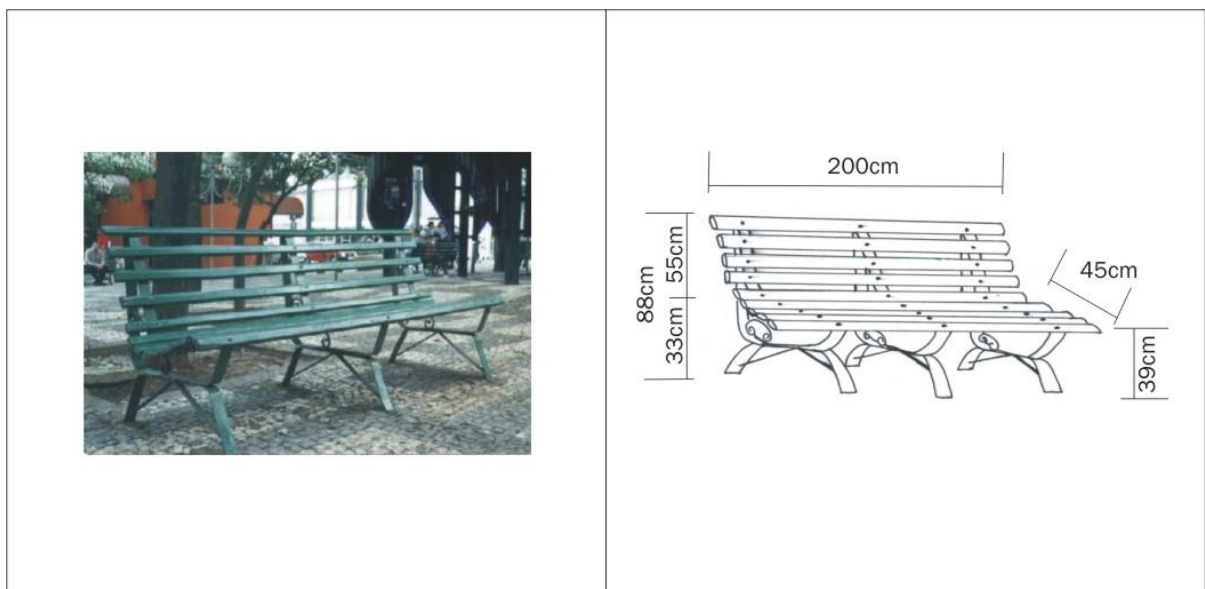
ANO PROVÁVEL DE FABRICAÇÃO E LOCAIS DE IMPLANTAÇÃO: 1960/70. Na Praça Raimundo Correia, localizada No Jardim Shangri- Lá, em Londrina.

EXEMPLARES REMANESCENTES: Existem poucos exemplares, e todos estão na Praça Raimundo Correia.

14cm de largura x 2cm de espessura com os cantos arredondados. Os assentos distam 22 cm um do outro aproximadamente e são fixados ao suporte por pinos de aço. Cada um dos encostos deste banco é fabricado a partir de uma única tábua de 30 cm de largura x 3 cm de espessura com cantos vivos, fixada por pinos de aço a 9 cm de altura do assento e distando também 22 cm entre si, também são pintadas de marrom. A angulação entre o assento e o encosto é de 90° Este banco possui acopladas aos encostos, cantoneiras de aço de 2cm x 2 cm, pintadas de marrom.

ANO PROVÁVEL DE FABRICAÇÃO E LOCAIS DE IMPLANTAÇÃO: 1979, no Calçadão de Londrina e em frente à Biblioteca Central da cidade.

EXEMPLARES REMANESCENTES: Existem alguns bancos deste modelo no Calçadão da Avenida Paraná, outros em frente à Biblioteca Municipal de Londrina um exemplar que fica na Rua Prefeito Hugo Cabral, a margem da Praça 19 de Dezembro.



Quadro 83: Banco 13

CARACTERÍSTICAS: Banco simples composto por chapas de ferro e madeira. O desenho deste modelo remete ao desenho dos bancos de madeira de jardim,

adaptado para ser usado como mobiliário urbano. Foi projetado para ser introduzido no Calçadão de Londrina, e encontram-se exemplares também em toda extensão do Calçadão da Universidade Estadual de Londrina.

DIMENSÕES: Altura 39 cm no assento
 88 cm no encosto
 Largura 200 cm
 Profundidade 45 cm

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Suportes fabricados com chapas de ferro chato de 5cm de largura x 2cm de espessura, dobradas e soldadas. Possui na parte interna traseira dos pés detalhes feitos com ferro de secção circular, de 1 cm de diâmetro, com pintura verde nos exemplares do Calçadão de Londrina e bege nos da Universidade Estadual de Londrina. Assento e encosto são feitos com sarrafos de madeira maciça com o mesmo acabamento do suporte. O assento é formado por seis sarrafos de madeira de 5 cm de largura x 2cm de espessura que são acoplados justapostos e unem-se ao suporte por pinos de aço. São montadas sobre uma leve curvatura presente no suporte. O encosto é composto por oito sarrafos com as mesmas dimensões dos que formam o assento, também fixados ao suporte por pinos de aço, com separação entre si de aproximadamente 1cm. A angulação entre o assento e o encosto é de aproximadamente 120°. Estes bancos são fixados no solo por meio de pinos de aço.

ANO PROVÁVEL DE FABRICAÇÃO E LOCAIS DE IMPLANTAÇÃO: 1990, no Calçadão de Londrina que abrange as praças Jorge Danielides, Gabriel Martins e Willie Davids e no Calçadão da Universidade Estadual de Londrina.

EXEMPLARES REMANESCENTES: Existe um grande número destes bancos instalados no Calçadão de Londrina e também nas praças Jorge Danielides, Gabriel Martins e Willie Davids e no Calçadão da Universidade Estadual de Londrina.

acoplados justapostos e unem-se ao suporte por pinos de aço. Não há curvatura no suporte. O encosto é composto por quatro ripas com as mesmas dimensões dos que formam o assento, também fixados ao suporte por pinos de aço, com separação entre si de aproximadamente 2cm. A angulação entre o assento e o encosto é de aproximadamente 95°. Estes bancos são fixados no solo por meio de pinos de aço.

ANO PROVÁVEL DE FABRICAÇÃO E LOCAIS DE IMPLANTAÇÃO: 1990, nas alamedas Miguel Blasi e Manuel Ribas

EXEMPLARES REMANESCENTES: Encontram-se alguns exemplares nas alamedas Miguel Blasi e Manuel Ribas, localizadas no centro de Londrina.

Considerações

Londrina possui um repertório variado de modelos de bancos instalados nos espaços públicos.

Os bancos antigos que ainda permanecem nos espaços, guardam um pedaço da história da cidade, que aos poucos vai se desfazendo com o passar do tempo, pela falta de manutenção ou pelas idéias inovadoras das “revitalizações” de espaços públicos, que são freqüentes na cidade.

Alguns bancos chamam a atenção por serem peças únicas, que muitas vezes sobreviveram ao vandalismo e a ação do tempo. Outros, são característicos de espaços específicos, como pode ser citado o banco da Praça Marechal Floriano Peixoto ou o banco das Alamedas Miguel Blasi e Manuel Ribas e também os bancos de pontos de táxi, que fazem parte da identidade destes locais.

Em outro caso, podemos dizer que os bancos são característicos da cidade de Londrina, como os bancos nº 09,10 e 13 que são encontrados em grande quantidade e em diversos locais e fazem parte do cotidiano das pessoas.

Cada banco tem o seu valor. Ao serem removidos, em cada nova reforma, é removida também uma parte da história da cidade, história que se mantém viva na memória de quem viu a cidade crescer. De quem já se sentou para descansar ou bater um papo na praça, e os espaços perdem um pouco do seu caráter.

